UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA - NCET
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - DGEO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG

DHULIANI CRISTINA BONFANTI

O PLANEJAMENTO URBANO E AS OCUPAÇÕES EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP NO PERÍMETRO DA CIDADE DE RIO BRANCO, ACRE.

PORTO VELHO-RONDÔNIA
2019

DHULIANI CRISTINA BONFANTI

O PLANEJAMENTO E AS OCUPAÇÕES EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP NO PERÍMETRO DA CIDADE DE RIO BRANCO, ACRE.

Dissertação Entregue ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia, Universidade Federal de Rondônia (UNIR) como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de pesquisa: Território e sociedade na Pan-Amazônia-TSP

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Cristina das Silva Nunes

PORTO VELHO-RONDÔNIA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

B713p Bonfanti, Dhuliani Cristina.

O Planejamento urbano e as ocupações em Áreas de Preservação Permanente-APP no Perímetro da Cidade de Rio Branco-Acre / Dhuliani Cristina Bonfanti. -- Porto Velho, RO, 2019.

154 f. : il.

Orientador(a): Prof.ª Dra. Adriana Cristina da Silva Nunes

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Planejamento Urbano. 2.Área de Preservação Permanente-APP. 3.Rio Branco-Acre. 4.Plano Diretor. I. Nunes, Adriana Cristina da Silva. II. Título.

CDU 711.4(811.2)

Bibliotecário(a) Luã Silva Mendonça CRB 11/905

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Dhuliani Cristina Bonfanti

A Banca de Defesa de Mestrado presidida pela Orientadora e Presidente **Profa. Dra. Adriana Cristina da Silva Nunes** e constituída pelos examinadores: **Prof. Dr. Michel Watanabe** - Examinador interno/PPGG/UNIR; **Dr. Luiz Cleiton de Holanda Lobato** - Examinador Externo/IBGE, reuniram-se em 19 de agosto de 2019, às 9h, no Auditório Milton Santos/CEGEA/UNIR/Bloco 1T, para avaliar a dissertação de mestrado intitulada: ***"O Planejamento e As Ocupações em Áreas de Preservação Permanente – APP no Perímetro Urbano de Rio Branco, Acre"*** da mestranda **Dhuliani Cristina Bonfanti**, matrícula **20171001970**. Após a explanação da pós-graduanda e arguição pela Banca Examinadora, a referida **DISSERTAÇÃO** foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação em Geografia foi considerada APROVADA. A Candidata terá o prazo de até 90 dias para fazer as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua dissertação, sob pena de invalidação, pelo Colegiado, do processo de Defesa, conforme preceitua o § 3º do artigo 83 do Regimento Interno do PPGG, uma vez que o curso só finaliza com a entrega da Dissertação revisada e a comprovação do cumprimento dos demais créditos, conforme Regimento Interno. ***Este documento tem validade de 90 dias a contar desta data.***

Porto Velho-RO, 19 de agosto de 2019.

Profa. Dra. Adriana Cristina da Silva Nunes
Orientadora e Presidente

Prof. Dr. Michel Watanabe
Examinador interno/PPGG/UNIR

Dr. Luiz Cleiton de Holanda Lobato
Examinador Externo/IBGE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação Fundação Universidade Federal de Rondônia Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pela autora.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES)

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)

Dedico esta escrita a mulher da minha vida,

Minha primeira guerreira, mamãe, **Aparecida Bonfanti**,

A sra. Meu esforço, minhas lutas, todo meu amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

Cheguei até aqui devido minha vida ser direcionada de forma incrível por mulheres fascinantes. Nasci de uma guerreira Aparecida Bonfanti e junto a outras Katia, Lucia, Daniele, Sabrina e Vilma Ribeiro fui criada. A educação, força, amor e coragem que vive em vocês vive em mim. Obrigada.

A minha Avó que tanto amo e que estará para sempre em minha mente e coração, Lucia Josefina Rossato Bonfanti (*in memoria*).

As minhas queridas amigas que me deram a maior força para entrar no mestrado e continuar nele, auxiliando sempre que precisei... Dangela Lopes, Agda Priscila, Kassiana Lima, Geisiani Pereira, Barbara Uane, Evanilce Gomes, Evelyn Veras e Suzana Dourado... foram essenciais nessa jornada.

Especialmente agradeço a amiga forte e incrível que é sempre meu maior incentivo, sempre me escutando e estendendo a mão... Janete Farias... "Mana" ter sua amizade e companhia foi um dos melhores presentes deste mestrado.

As libertarias, que despertam o que há de melhor em mim, sendo simplesmente elas, me acolheram em suas vidas de braços abertos. São importantes, não somente em minha construção profissional, mas é principalmente em meu crescimento pessoal, levando a tornar-me uma mulher e pesquisadora mais forte. As doutoras, Maria de Jesus Morais e Maria das Graças Silva Nascimento Silva.

Aos professores da UFAC, por serem exemplo e ensinarem a cada dia que devemos lutar por uma sociedade mais justa. Em especial ao prof. Dr. Silvio Simione da Silva e a profa. Dra. Lucilene Almeida.

A este agradeço de forma peculiar, em primeiro momento ao Prof. Dr. Josué Costa Silva, por incentivar e oportunizar novos olhares e novas geografias. No segundo momento ao Josué, pela amizade, cuidado, carinho e suas palavras sábias que por muitas vezes me auxiliaram.

Aqueles que dividiram um lar comigo, compartilhando de momentos de aprendizados, felicidades e milhares de lembranças... Alessandra Manchinery, Rogério Mesquita, Janete Farias, Emanuel Mustafa, Edmilson Gomes e a gotinha de amor Yomaco Manchinery. Os laços traçados nessa jornada jamais serão esquecidos.... Obrigada.

Ao meu tio, padrinho, amigo e grande apoiador Dimas Francisco Bonfanti.

A minha tia e madrinha Sebastiana da Conceição, por todo apoio e incentivo.

As minhas amigas e vizinhas em especial a Inês Mesquita.

Aos meus primos Flavia Souza, Alan Lopes, Vivian Bonfanti e Eduardo Vieira.

Ao meu amigo e irmão Damião Alves Serra.

Aos amigos Emanuel do Amaral e Gustavo Araújo.

A Waldelis Terço e sua família por todo apoio.

Aqueles que me acolheram na cidade de Porto Velho, em seu lar e em suas vidas e tornaram-se grandes amigos, em especial a Elenice Duram e família, Valdinei do Nascimento, Elisabeth Coelho, Barbara Elis e a Gleissiane e Glauber Castro. Conhecer cada um de vocês foi um enorme presente.

Aos amigos de turma da UNIR, pelas trocas de informação, aulas, campos e por tudo que aprendemos juntos, principalmente aos meus dois amigos Denis Lopes Brito e aquela que estará para sempre em minha vida, Tania Olinda.

Ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG UNIR em especial a querida Patrícia, por sempre atender com muito carinho e paciência. Destaco profunda admiração aos professores que dedicam sua vida, pesquisa e tempo pela construção e evolução deste programa e dos alunos que por aqui passam, em especial ao prof. Dr. Adnilson de Almeida e Profa. Dra. Maria Madalena Aguiar.

Aos que me auxiliaram na pesquisa, no sol do campo ou que me atenderam prontamente quando surgia “Você tem isso? Pode enviar? Pode conseguir?” ... aos meninos do CAR, com carinho ao Talles Evangelista e Claudio Cavalcante.

Aos meus queridos e amados sobrinhos Paulo, Eduardo, Julia, Lucas, Victor, Gabriela, Arthur, e a flor do meu jardim Maria Rita. Aqui estou... para que sejam mais fortes e confiantes em suas caminhadas e principalmente para que cheguem mais longe.

Agradeço a minha orientadora, Profa. Dra. Adriana Cristina da Silva Nunes pelo exemplo em ser mulher, pesquisadora e profissional de excelência. Por todo o acompanhamento na pesquisa, conhecimento transmitido e esforço para que eu caminhasse, meu muito obrigada.

Por fim e mais importante, aquele que me ofereceu a oportunidade de estar aqui, viver e conhecer as pessoas especiais que conheci, de crescer como pessoa e profissional, de ultrapassar meus limites, por impulsiona meus caminhos, me dá forca e vontade de prosseguir...meu chão, meu amigo, meu pai...a **DEUS** eu agradeço.

Com gratidão e imensa felicidade agradeço a cada um@ que possuiu participação nesta etapa.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à **VIDA**, à **LIBERDADE**, à **IGUALDADE**, à **SEGURANÇA** e à **PROPRIEDADE**.

(BRASIL, 1988)

RESUMO

A cidade é formada através dos processos de transformação do homem sobre o espaço, essa modificação segue uma lógica que é traçada pelo desenvolver do planejamento e da gestão. Neste sentido, esta pesquisa buscou analisar e discutir o planejamento e a expansão da cidade a partir das influências traçadas pelas ocupações em áreas de preservação permanente-APP da cidade de Rio Branco-Acre. O desenvolver deste processo seguiu três passos, o primeiro, traz uma discussão sobre a configuração das cidades brasileiras, considerando as influências na gestão e no planejamento através principalmente da implantação dos Planos Diretores. No segundo momento, é caracterizado o método e a metodologia que configura o processo de desenvolvimento desta pesquisa, estruturada pela metodologia de Libault (1971), através dos quatro níveis (compilatório, correlativo, semântico e normativo), que proporcionou a coleta dos dados, a análise e integração dos mesmos, resultando em uma exploração das informações e fornecendo resultados gerais sobre o objeto de estudo. Por último, é realizado a análise da configuração da cidade de Rio Branco, demonstrando como ocorreu a formação da cidade as margens dos rios e a vulnerabilidade socioambiental e como o planejamento, através dos planos diretores permeiam a estrutura urbana. Esta relação foi demonstrada através da classificação do uso do solo de três importantes cursos d'água, que são eles: Rio Acre, igarapé Judia e igarapé São Francisco, nos anos de 2006 e 2015. Ao relacionar a análise do uso do solo, com o direcionamento da expansão da cidade e as influências traçadas pelo Plano Diretor, permitiu observar que a remoção das habitações em áreas de proteção permanente, tem influenciado diretamente na dinâmica e estruturação da cidade, determinando surgimento de novos bairros, provocando nova organização e expansão do perímetro urbano de Rio Branco, ocasionando impactos sociais e ambientais.

Palavras-chaves: Planejamento Urbano. Área de Preservação Permanente – APP. Rio Branco – Acre. Plano Diretor.

ABSTRACT

The city is formed through the processes of transformation of man over space, this transformation follows a logic that is traced by the development of planning and management. In this sense, this research sought to analyze and discuss the planning and expansion of the city from the influences traced by occupations in permanent preservation areas - APP in the city of Rio Branco-Acre. The development of this process followed three steps, the first brings a discussion about the configuration of Brazilian cities, considering the influences on management and planning through the implementation of Master Plans. In the second moment, it is characterized the method and methodology that configures the development process of this research, structured by the Libault (1971) methodology, through the four levels (compilation, correlative, semantic and normative), which provided the data collection, the analysis and integration thereof, resulting in a wide exploration of the information and providing general results about the object of study. Finally, the analysis of the configuration of the city of Rio Branco is performed, showing how the formation of the city along the river banks and the social and environmental vulnerability occurred and how the planning through the master plans permeate the structure of the city. This relationship was demonstrated through the land use classification of three important watercourses, namely: Acre River, Judia Stream and São Francisco Stream, in 2006 and 2015. By relating land use analysis to By directing the expansion of the city and the influences outlined by the Master Plan, it was observed that the removal of housing in PPA areas has directly influenced the dynamics and structuring of the city, determining the emergence of new neighborhoods, causing a new organization and expansion of the perimeter. Rio Branco, causing social and environmental impacts.

Key-words: Urban Planning. Permanent Preservation Area - APP. Rio Branco - Acre. Master plan.

LISTA DE FIGURA

Figura 1. Inauguração do Mercado público de Rio Branco..... 40
Figura 2. Construção da Ponte Juscelino Kubitschek 43
Figura 3. Mapa de localização da área de estudo 48
Figura 4. As margens do rio Acre 49
Figura 5. Igarapé São Francisco..... 51
Figura 6. Margem do igarapé Judia.. 52
Figura 7. Organização da pesquisa Bibliográfica..... 56
Figura 8.Organização da pesquisa Cartográfica..... 57
Figura 9. Localização das classes e uso do solo nas APPs. 62
Figura 10. Série histórica dos mosaicos de fotografias aéreas 68
Figura 11. O Porto e as Primeiras construções as margens do rio Acre - 1907 70
Figura 12. Estrutura da Vila Rio Branco em 1909 71
Figura 13. Rio Branco em 1909..... 72
Figura 14. Rio Branco em 1930..... 72
Figura 15. A cidade de Rio Branco Pós década de 1940 75
Figura 16. Rio Branco na década de 1970..... 77
Figura 17. Cenários da Ocupação da cidade até 1995..... 83
Figura 18. Zoneamento da cidade de Rio Branco no ano de 1986..... 86
Figura 19. Macrozoneamento da cidade estabelecido pelo Plano Diretor de 2006, sob a Lei Municipal nº 1.611..... 91
Figura 20. Mancha Urbana de Rio Branco no ano da década de 1970 a 2015..... 94
Figura 21. Inundação em 1930..... 96
Figura 22. Inundação em 1940..... 96
Figura 23. Vista aérea da cidade de Rio Branco no ano de 2012 99
Figura 24. Edificações consideradas prioritárias para remoção 102
Figura 25. Estrutura do Bairro Cidade do Povo 103
Figura 26. Loteamentos Sociais na cidade de Rio Branco 109
Figura 27. Igarapé da Maternidade..... 111
Figura 28. Parque da Maternidade..... 111
Figura 29. Via Parque..... 112
Figura 30. Av. Antônio da Rocha Viana 112
Figura 31. Classificação do uso do solo da APP do Igarapé São Francisco. 114
Figura 32. Identificação da APA..... 117
Figura 33. Área de Lazer na APA..... 117
Figura 34. Relação dos dados das classes de uso do solo do igarapé Judia. 119
Figura 35. Ocupações espontâneas as margens do igarapé Judia..... 121
Figura 36. Bairro 06 de agosto..... 122
Figura 37. Gameleira..... 122
Figura 38. Relação dos dados das classes de uso do solo do rio Acre 123

LISTA DE QUADRO

Quadro 1. Áreas de aplicação e uso do SIG 55
Quadro 2. Base de dados da pesquisa 58
Quadro 3. Classes de uso da terra da área de APP do Igarapé Judia. 63
Quadro 4. Descrição dos atributos de interpretação de imagens 66
Quadro 5. Descrição das diretrizes do planejamento 84
Quadro 6. Dados referente as enchentes do rio Acre e o número de atingidos no município de Rio Branco. 97
Quadro 7. Características do zoneamento da cidade de Rio Branco 104
Quadro 8. Classificação das áreas de risco segundo a Lei Municipal nº 2.222 de 26 de dezembro de 2016 sob o Art. 129 107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Análise dos resultados da classificação semiautomática 65
Tabela 2. Análise dos resultados da classificação manual 67
Tabela 3. População do município de Rio Branco a partir de 1940 78
Tabela 4. Conjuntos Habitacionais da COHAB, a partir da década de 1970 80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

APP – Área de Preservação Permanente

BNH – Banco Nacional de Habitação

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPASE - Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado

GPS – Global Positioning System

MMA – Ministério do Meio Ambiente

SCP - Semi-Automatic Classification Plugin

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PMRB – Prefeitura Municipal de Rio Branco

PT – Partido dos Trabalhadores

SDC – Secretária das Cidades

SFH – Sistema Financeiro de habitação

SEHAB – Secretaria de Habitação e Interesse Social

SIG – Sistema de Informação Geográfica

SMDGU – Secretária de Planejamento e Gestão Urbana

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

UFAC – Universidade Federal do Acre

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 1
INTRODUÇÃO 3
1 CAPÍTULO 01: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 6
1.1 - A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA 6
1.2 PLANEJAMENTO E GESTÃO DAS CIDADES. 11
1.2.1 - As Estratégias de Planejamento Urbano no Brasil 13
1.2.2 - O Plano Diretor e o Estatuto da Cidade 17
1.3 - A CIDADE PELO RIO: FORMAÇÃO DO URBANO NA AMAZÔNIA 23
1.4 - ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP 28
1.5 UMA SÍNTESE DA EXPANSÃO DA CIDADE DE RIO BRANCO 38
2 CAPÍTULO 02: MATERIAIS E MÉTODOS 47
2.1- ÁREAS DE ESTUDO 47
2.2 - O MÉTODO DE ANÁLISE 52
2.3 - APLICANDO A METODOLOGIA DE LIBAULT (1971). 54
2.3.1 – Nível Compilatório 56
2.3.2- Nível Correlativo 59
2.3.3 – Nível Semântico 63
2.3.4 - Nível Normativo 68
3 CAPÍTULO 3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO 70
3.1 A CAPITAL: A CONSTRUÇÃO A PARTIR DE PROJETOS, PLANOS, PLANEJAMENTOS E A GESTÃO. 70
3. 2 - O PLANEJAMENTO E A GESTÃO ATRAVÉS DO PLANO DIRETOR. 81
3.3 - A REVISÃO DO PLANO DIRETOR A PARTIR DAS ÁREAS INUNDÁVEIS. 95
3.4 - CLASSIFICAÇÃO DE USO DO SOLO NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – APP DO IGARAPÉ JUDIA, IGARAPÉ SÃO FRANCISCO E RIO ACRE. 112
CONSIDERAÇÕES FINAIS 126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 132

APRESENTAÇÃO

O tema da pesquisa surgiu acerca do interesse pela problemática social urbana, que teve origem na graduação, onde foi desenvolvida a pesquisa sobre o planejamento e expansão urbana na cidade de Rio Branco-Acre. Nesse contexto, foram apresentadas algumas questões sobre o processo de "ocupação irregular" presente na formação da cidade. Contudo, foi apenas a partir da atuação profissional, como técnica em geoprocessamento no setor de Regularização Fundiária, da antiga Secretária de Gestão e Planejamento Urbano – SMDGU, que despertou o interesse de se aprofundar na temática.

As medidas tomadas requeriam intensos processos e debates, em uma análise cuidadosa e interdisciplinar. Foi possível observar portanto, que diversas medidas eram estabelecidas para solucionar a problemática, entre estas, ocorreu a percepção de que essas áreas cobriam uma considerável parte da cidade de Rio Branco, que a partir delas, normativas foram geradas para o benefício de diferentes agentes e que a cidade rapidamente ganharia novas proporções e seria elaborado um plano para atender a essas normativas, o que resultou no Plano Diretor de 2016.

O plano foi resultado destas e outras normativas, a busca pelo novo direcionamento da cidade já havia sido pensada antes mesmo de ser questionada a implantação de serviços e infraestrutura nestas áreas, entre elas o bairro Cidade do Povo. Ao seguir dos anos, minha atuação profissional passou da estruturação do espaço da cidade para o estado do Acre, com foco nas áreas urbanas. Neste momento, foi possível aprofundar sobre as legislações ambientais, as quais permitiu compreender que as legislações federais, não são suficientes para compreender as questões ambientais que permeiam as áreas urbanas.

Em meio as inúmeras pesquisas realizadas no desenvolver deste trabalho de dissertação, foi observado uma característica de extrema importância, que se entende ser o principal direcionador da formação e do planejamento urbano. Esta compreensão trouxe uma nova perspectiva para o olhar das formas de planejar encontradas na região norte do país.

Nesse sentido, a presente pesquisa apresenta em três capítulos, a formação e o desenvolvimento de Rio Branco ao longo dos anos, especialmente a partir do Plano Diretor de 2016, que propõe uma nova reestruturação da cidade, designada principalmente para a transferência da população que habita as áreas de fragilidades ambientais do Rio Acre, para um espaço apropriado para moradia.

Inúmeros serviços de infraestrutura estão atrelados a este projeto, permitindo a ação dos agentes de produção da cidade, estes são identificados no decorrer da análise deste planejamento, sendo eles um dos principais atuantes para a formação da nova estrutura urbana.

O novo planejamento da cidade, não apresentam medidas que venha conter a ampliação das habitações em áreas irregulares, sob tudo as margens dos inúmeros cursos d’águas que fazem parte do perímetro urbano, estando atuando para a correção de uma problemática local (rio Acre) e não espacial. Prevalecendo as características de uma ação de gestão e não de planejamento.

INTRODUÇÃO

A geografia urbana mostra-se sempre como um grande desafio para o pesquisador, por ser um campo de estudo que está em constantes mudanças. Nesse sentido, a presente pesquisa tem por finalidade mostrar a importância do planejamento urbano ou da ausência dele, dando enfoque as áreas de ocupação espontâneas alocadas as margens dos cursos d'água, espaços considerados como áreas de preservação permanente-APP. Entende-se, portanto, que a cidade de Rio Branco é uma construção de fatores históricos, econômicos e sociais que devem ser analisados associando a relação existente entre o homem, o meio natural, principalmente a hidrografia e as constantes interações.

A intensificação do uso irregular por habitações não é um fator exclusivo da cidade de Rio Branco, existem particularidades que permeia a região Norte em relação a este elemento, que corresponde a ligação cultural da população com a hidrografia, uma vez que o uso desses vai além do consumo para pesca, higiene e alimentação ou da necessidade de se ocupar um espaço vazio.

As águas da região Amazônia, é sinônimo de vias de circulação, pois os rios funcionaram por muitas décadas como o único meio de locomoção, por onde fluía o comércio, a comunicação, o deslocamento populacional e outros serviços. Nesse sentido, não se pode analisar a formação da estrutura urbana sem inserir nela a importância da hidrografia. Portanto, os cursos d'água são considerados atuantes nas influências econômicas, políticas e sociais que contribuem para a organização espacial da cidade.

Diversas cidades da região Norte são resultantes de núcleos de povoamentos, formados nas margens dos rios, Rio Branco não foge à regra, a cidade foi estruturada as margens dos cursos d'água, principalmente em torno do Rio Acre que modificou o direcionamento apenas após a década de 1970, quando foi direcionado para a área Norte do perímetro urbano, o primeiro distrito. Essa estrutura urbana, trouxe novos pontos de concentração da população de baixa renda, que sem ter onde habitar se aloca em locais impróprios, neste momento em torno dos igarapés, principalmente o igarapé São Francisco.

Em 1990 o avanço do crescimento da populacional na cidade, provocou a criação de novos eixos de expansão para a habitação. Nesse sentido, são traçados inúmeros projetos para a ocupação do segundo distrito, direcionados pela inserção de serviços nessas áreas, formando um novo núcleo de habitações em volta ao igarapé Judia. O desenvolvimento deste setor tem se intensificado ao longo dos anos, especialmente após a década de 2010, levando essa área a consolidar-se como o principal eixo de desenvolvimento.

Ao analisarmos a cidade de Rio Branco, na perspectiva dos cursos d'água, observando que os mananciais fazem parte deste processo de crescimento e desenvolvimento. A hidrografia tem se tornado um importante influenciador do novo planejamento, atrelando as questões sociais com a necessidade de se cumprir a conservação ambiental destas áreas, amparados pela legislação vigente.

O cenário dessas cidades tem passado por modificações, estabelecidas pela preservação ambiental, instituída através da constituição federal e o código florestal, os quais são determinantes para a preservação de áreas ambientalmente sensíveis, estipuladas posteriormente como áreas de preservação permanente-APP. Estas alterações levam a reestruturação das cidades, buscando adaptá-las às novas legislações, exercidas através do Plano Diretor. "*Persona física a jurídica que, directa o indirectamente y de forma decisiva, participa en la configuración de la ciudad. Los agentes urbanos forman un bloque heterogéneo y socialmente significativo, lo que les facilita llevar a cabo sus planes.*" (NARANJO et al, 2000, p. 19).

A nova estrutura é responsável por diversas alterações no espaço da cidade, que vem ajustando suas legislações e o perímetro urbano de acordo com o direcionamento determinado pelo interesse dos agentes produtores do espaço. Nesse sentido, essa pesquisa tem por objetivo analisar e discutir o planejamento e a expansão da cidade a partir das influências traçadas pela remoção das habitações em áreas de preservação permanentes-APP na cidade de Rio Branco-Acre.

Para atender a esta proposta, foram traçados objetivos específicos que determinam os passos das pesquisas que são eles: Identificar o processo de ocupação as margens dos rios a partir da década de 1970; Discutir o Plano Diretor Municipal com a regularidade das ocupações em APPs e caracterizar os agentes, usos e processos sócios espaciais presentes nas áreas de APPs.

A pesquisa está dividida em três capítulos. O primeiro, apresenta uma discussão sobre o processo de ocupação, caracterizando a implantação do planejamento como ferramenta indispensável para a formação e estruturação da cidade ao longo das décadas, delineadas pelos processos econômicos e políticos. O desenvolver dessa discussão é verificado as inúmeras problemáticas que permeiam as cidades brasileiras, entre elas as áreas de preservação permanente -APP, o qual é dado enfoque nos processos de ocupação as margens dos cursos d'água, em especial na cidade de Rio Branco.

O segundo capítulo, apresenta o processo metodológico, pelo qual a pesquisa foi desenvolvida, configurada através da metodologia proposta por Libault (1971), em quatro

níveis (compilatório, correlativo, semântico e normativo) o qual estabelece etapas interligadas, que permite o melhor desenvolver da pesquisa. A metodologia é agregada a diferentes técnicas que permitiram a investigação através dos dados coletados, proporcionando chegar a informações que alcançam os objetivos previstos.

O terceiro capítulo interliga os processos de formação da cidade, com enfoque nos cursos d'água, a atual dinâmica da configuração da cidade, compreendendo a ação do planejamento e dos diversos atores que permeiam esta nova organização do espaço urbano de Rio Branco.

Através das inquietações trabalhadas na presente pesquisa, procuramos entender as seguintes questões: como ocorre o processo de ocupação das APPs? Quais ações assumidas pelo governo perante a preservação destas áreas? O que move a recuperação e estruturação destas? Como este processo influência na produção e direcionamento do espaço urbano?

Pretende-se que essa pesquisa seja uma contribuição para o entendimento da formação, estruturação e planejamento das cidades na Amazônia. Mostrando que as particularidades nessa região não fazem parte da formação das demais cidades do país. Assim, atrelar as particularidades locais aos processos históricos, pode vir a ser a chave do planejamento das cidades.

Para isso, é importante ressaltar que essa pesquisa tem como enfoque as questões urbanas. Considerando este fator, enaltecemos que as áreas de preservação permanente-APP não serão analisadas na perspectiva ambiental, a principal busca permeia na exploração a partir das alterações das estruturas urbanas recorrentes no espaço da cidade.

1 CAPÍTULO 01: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A cidade é a concentração de intensas transformações, para compreender o espaço urbano é necessário mais do que observar ou viver nela. Torna-se preciso verificar a sua dinâmica, sua geografia e a sua história. (SPOSITO, 1994).

Neste sentido, utilizamos a definição de Carlos (2007), que retrata a cidade como uma construção humana, derivada do produto histórico-social, materializada através do acúmulo de reproduções que partem das relações instituídas entre a sociedade e a natureza.

1.1 - A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

A história brasileira é constituída de um povo agrícola, em terra de homens do campo e lavradores. Este cenário vem ser alterado em meados do século XVIII, quando as populações passam a estabelecer seus lares nas cidades. Apesar do número de habitações sofrerem um aumento significativo, o contingente populacional suporta intensas variações "No começo, a 'cidade' era bem mais uma emanação do poder longínquo, uma vontade de marcar presença em um país distante" (SANTOS, 1993, p. 17).

Maricato (2011) retrata que foi apenas a partir do século XX, que o processo de urbanização ganha espaço no Brasil, este fator foi impulsionado pela emergência do trabalhador livre, para atender a uma industrialização que se mostrava muito inicial marcada principalmente pela cafeicultura e as necessidades básicas do mercado interno. Neste período as cidades já passavam por um processo de estruturação e desenvolvimento, mas é apenas a partir da industrialização que se tornaram uma base territorial (MOURA, 2000).

Com o aumento da industrialização através da Revolução Industrial – ponto-chave do crescimento das cidades e do processo de urbanização – ocorreu a intensificação da urbanização e por consequência o espraiamento das aglomerações urbanas. Com a industrialização o espaço urbano aumenta sua extensão conforme assimila novas funções. Por conseguinte, podemos definir desde o momento em que o capital e inserido no âmbito do espaço urbano, passa a direcionar o crescimento e desenvolvimento da cidade. Lefebvre (2002) caracteriza esta evolução como a proliferação do tecido urbano, que surge para atender não só as necessidades da sociedade mais da economia.

Com a inserção de indústrias pelo governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945) algumas cidades passaram pelo processo de um rápido acréscimo populacional. Esse processo de industrialização é intensificado em meados da década de 50, com o governo de Juscelino

Kubitschek (1956 a 1961), que investiu em indústria, transporte e energia, estabeleceu como programa de governo o chamado Plano de Metas, que tinha com slogan “50 anos de progresso em 5 anos de realizações”.

A urbanização, entretanto, não ocorre de forma similar entre as cidades e as regiões, esta segue diferentes ritmos apresentando variações no espaço, suas dinâmicas são estruturadas de acordo com a necessidade e a função que lhe é atribuída. (SPÓSITO, 2012). O processo de urbanização está sempre em modificação e reestruturação, não é estático, suas mudanças são definidas pela economia.

O país nesse período passa por um rápido desenvolvimento econômico, porém, devemos lembrar que é consequência de uma produção capitalista, e que direciona as cidades a receberem não só os frutos positivos deste processo, mas principalmente os negativos. Neste sentido, é enfatizado que as cidades receberam diretamente os inúmeros impactos do rápido crescimento populacional, um deles foi o surgimento da periferia[1].

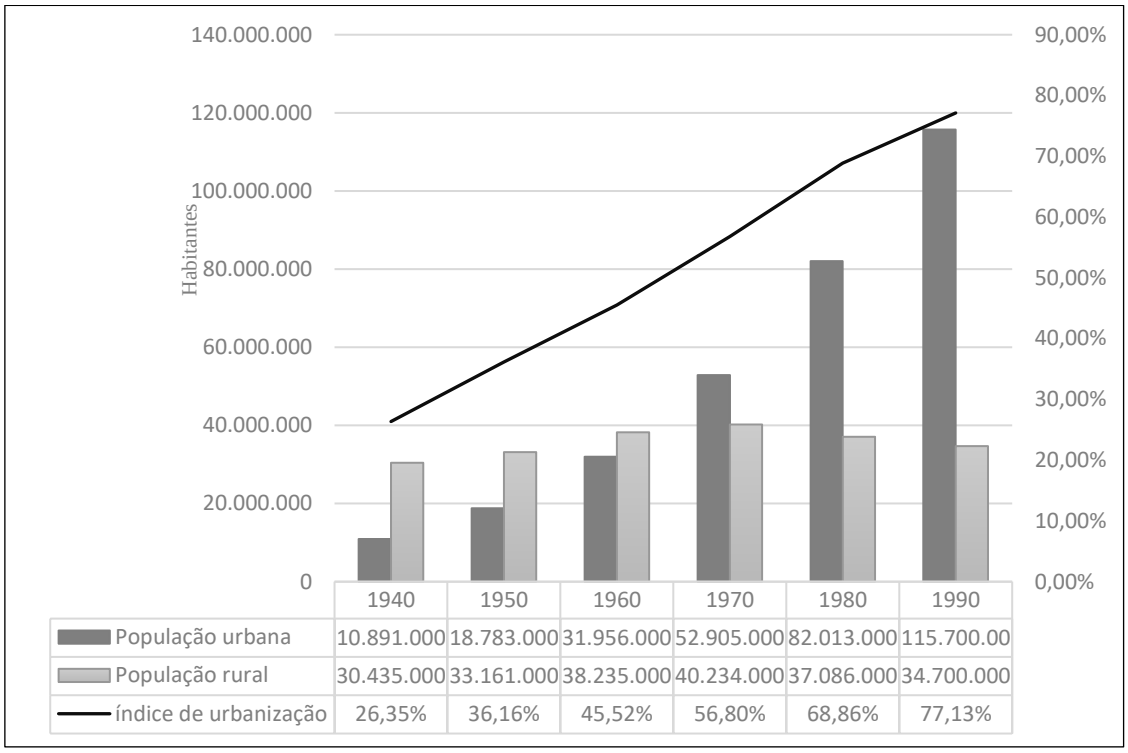
As periferias são os territórios afastados das áreas do centro, que são característicos por serem áreas livres da iniciativa privada, onde surgem tanto os bairros de luxo, como os bairros pobres. “Este crescimento das cidades denotavam uma desordem muito grande na paisagem e na malha urbana, o fato é que houve um abandono nas formas de controle público sobre o espaço construído”[2]. Este processo é intensificado rapidamente após a década de 80, com a queda da economia.

O ano de 1964 foi marcado pelo início da Ditadura Militar (1964 – 1985). O governo ditatorial detinha como objetivo principal desenvolver e integrar o país, neste período o país passou pela sua melhor faze econômica. Este processo de integração do território provocou um novo seguimento migratório, que consistiu no deslocamento entre campo e cidade e entre as regiões.

Bassul (2004) destaca que este momento ficou conhecido como período desenvolvimentista, em que a população passou a concentrar-se cada vez mais em cidades tornando-as maiores, o que levou algumas a assumir um perfil metropolitano, neste sentido a década de 1970 a população urbana já sobrepunha a rural (Gráfico 01). Com o índice de urbanização de 56,80%, os chamados “vazios” na região norte passaram a ser brutalmente ocupados.

[1] (SPOSITO, 2000, p. 52).
[2] (Ibid., p. 56).

Gráfico 1. População do Brasil e o índice de urbanização entre as décadas de 1940 a 1990.



	1940	1950	1960	1970	1980	1990
População urbana	10.891.000	18.783.000	31.956.000	52.905.000	82.013.000	115.700.00
População rural	30.435.000	33.161.000	38.235.000	40.234.000	37.086.000	34.700.000
índice de urbanização	26,35%	36,16%	45,52%	56,80%	68,86%	77,13%

Fonte: Santos (1993, p. 29). Organizado pela autora.

Na década de 1940 a população rural apresentava um índice superior referente a população urbana, mesmo com o crescimento em área urbana crescente ao longo da década, essa situação só começa a ser alterada de forma significativa a partir da década de 1960, ocorrendo a efetivação deste processo apenas na década de 1970.

A reestruturação da população estava baseada por uma nova estrutura econômica, que tinha como aliada a inserção dos meios técnicos científicos. Estes, foram implantadas principalmente no campo, dando início ao agronegócio que se estabeleceu através da produção da monocultura em larga escala, para atender principalmente ao mercado internacional. A população que nesse período concentrava-se no campo, passou a migrar para as cidades, buscando adaptar-se, como mão de obra exigida pelo processo industrial.

Segundo Sposito (2011), ao longo das décadas a população continua a crescer, essa progressão é resultante destes fatores, gerando o aumento da natalidade, diminuição da mortalidade, o processo migratório fomentado pelas intensificações do número de empregos. Com as novas formas de trabalho voltada para as fabricas, o morar nas áreas urbanas tornou-se necessidade, com a evolução desse sistema acarretado pelo aumento populacional, as áreas urbanas foram cada vez mais tornando-se ocupados e valorizados. Desta forma, o solo urbano tornou-se produto altamente lucrativo.

Essa nova realidade indicando o espaço urbano como produto, tornando valor de troca, ou seja, mercadoria[3]. Esses processos ocorrem de forma avançada e complexa causando um grande conflito, uma vez que os interesses econômicos se sobrepõem as necessidades sociais da cidade.

Em 1964, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que tinha por objetivo implementar moradias populares "a drenagem de recursos financeiros para o mercado habitacional, [...] ocasionou a mudança no perfil das grandes cidades, com a verticalização promovidas pelos edifícios de apartamentos" (MARICATO, 2011, p. 20). Estas habitações eram direcionadas a população, que obtinham renda, em sua maioria de classe média, a partir destas construções, foi elevado o campo de emprego da economia, principalmente no âmbito do mercado imobiliário.

O processo dá início a uma nova contradição que fundamenta a produção do espaço urbano como definidora da sociedade, realizando socialmente, sua apropriação, porém, privada, dominantemente mediada pelo mercado imobiliário, fazendo vigorar a lógica do valor de troca sobre o valor de uso.[4]

O urbano é moldado pelas condições e interesse de uso e domínio, pois se revela condição, meio e produto da ação humana – pelo uso – ao longo do tempo. Assim sendo, o período da ditadura teve um avanço considerável no campo econômico, mas uma intensa queda no campo social. Para Stein Neto(2008) a apropriação e o consumo da cidade ocorrem de forma desigual, esse fator e consequência da falta de acesso aos diferentes segmentos nas distintas formas espaciais, como à propriedade privada, o uso da terra, e os mecanismos de ocupação das cidades brasileiras.

Conforme descrito por Santos (2008), a maior parte dos espaços urbanos no Brasil é de herança irregular. A periferia é formada através da ocupação espontânea, pelas populações que migram em busca de emprego, saúde, educação e moradia, ao chegarem à cidade se deparam com uma nova realidade, sem atender suas perspectivas, passam a ocupar espaços distantes do centro.

Ao longo dos anos o acúmulo populacional transforma-se em bairros, que são modificados pelas reivindicações da população em busca de melhoria, através da instalação de serviços de infraestrutura, o resultado desse processo é a valorização do solo, tornando-se áreas atrativas para habitação. A procura por esses espaços passa ser extensa, motivando a população

[3] CARLOS, 2005, p. 101
[4] Id., 2012, p. 83

a vender por baixo preço, o que os leva a migrar para novas áreas, pelo processo principalmente de invasão.

Através desta análise, que é um dos diferentes meios de construção da cidade, podemos definir dois momentos, o primeiro é o ciclo de produção das cidades sem planejamento por parte do governo, e o segundo é a ação dos vários agentes produtores do espaço. Os agentes produtores do espaço urbano têm um importante papel na estruturação da cidade, na medida que as condutas estabelecidas por estes levam a um constante processo de implantação de infraestrutura e reorganização espacial, modificando e ampliando a malha urbana. Estes são: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos (CORREIA, 2002, p. 24).

A ação dos agentes sociais ocorre de forma complexa, transformando e produzindo o espaço, incorporando áreas que produzem a renovação do urbano. Os três primeiros agentes (proprietários dos meios de produção, os fundiários e promotores imobiliários) agem de forma similar, buscando sempre valorizar o urbano através da reprodução do espaço mediante a imposição de comportamentos, valores, de inclusão e de exclusão, que, por sua vez, redirecionaram mecanismos de apropriação e formas de ocupação (CALIXTO, 2008).

O quarto é o Estado, que atua na organização espacial da cidade, implantando serviços públicos em locais orientados, "é decorrente de seu desempenho especialmente desigual enquanto provedor de serviços públicos, especialmente aqueles que servem a população, que o Estado se torna alvo de certas reivindicações de segmentos da população urbana" (Id., 2002, p.25). O autor considera ainda, que devemos entender o Estado em três esferas políticas administrativas, o federal, o estadual e municipal. Em cada uma, a atuação e o discurso são diferentes, porém se assemelham quanto aos interesses dominantes.

Neste sentido, os agentes produtores da cidade e principalmente das áreas de habitação trabalham para que ocorra a elevação do valor de sua terra, esse processo ocorre junto ao Estado, pelo fornecimento de infraestrutura necessária para a valorização. Nesta lógica segundo Morais (2000) o Estado fornecendo equipamentos coletivos (saúde, educação e transportes), da infraestrutura física (serviços de água, esgoto, luz, telefone, pavimentação de ruas), redefinindo as leis de uso e zoneamento, ou seja, criando as condições gerais de reprodução do capital, da força de trabalho e da gestão da cidade.

Esta visão, apesar de ser constitucional, é isolada da realidade, uma vez que, para se desenvolver o planejamento na perspectiva do Estado que é capitalista, é necessário é á um direcionamento para que as leis e os projetos se fundam em um único objetivo, o benefício do capital. (SOUZA, 2010).

1.2 PLANEJAMENTO E GESTÃO DAS CIDADES.

> “Uma sociedade Justa não é uma sociedade que adotou leis justas para sempre. Uma sociedade justa é uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta.” (CORNELIUS CASTORIADIS, 1989).

O crescimento e desenvolvimento das cidades brasileiras provoca diferentes ações, podendo ser consideradas positivas e negativas. Entre as ações positivas consideramos o aumento da infraestrutura, o progresso tecnológico e industrial, sistema de transporte, saúde e a modificação do conceito de morar que determina novas áreas de lazer e o surgimento de novos bairros e condomínios, considerados como moradias populares.

Entre as ações negativas estão presentes a falta desses instrumentos, que atrelados a um sistema capitalista de desenvolvimento que permite as práticas positivas para uma minoria, enquanto a maioria da população de baixa renda, não desfrute de boa parte destas ações, restando para estas apenas os fatores negativos, como o desemprego, a ausência de moradias, a necessidades de ocupações espontâneas, entre outros. Neste sentido, os problemas econômicos e sociais tornam-se cada vez mais presentes, afetando os habitantes que residem e as que passam a residir no espaço urbano.

O cenário torna-se mais intenso no período da revolução industrial, no qual há um expressivo aumento da população urbana, quando esta ultrapassa rapidamente a população rural. Este processo agrava as condições de estrutura do espaço da cidade, que passa a não comportar o fluxo populacional. Por esse motivo foi necessário estabelecer regras através de normas jurídicas que tinham por objetivo a organização racional do espaço, produzindo o urbano com melhor estrutura e equilíbrio que são necessários para situar o desenvolvimento econômico e principalmente o social.

A primeira legislação implementada, surge como um instrumento de controle dos movimentos espontâneos estabelecidos no âmbito urbano, que são reflexos e consequências das transformações sociais entre homem e o espaço que habita (RATTNER, 1978). Neste contexto, o papel dos planos e normas urbanísticas era de orientar o restabelecimento de uma idealidade sempre buscada e jamais realizada, onde a cidade tornara-se pacífica e ordenada, através de técnica que a tornaria própria ao usufruto coletivo (BASSUL, 2004).

A partir da década de 1980, ocorreu um salto no planejamento urbano, fruto do surgimento do conceito de gestão, no Brasil, este termo passa a ganhar um grande destaque, tornando o conceito enfraquecido e desacreditado. Com isso, a expressão gestão tornou-se

popular, adequando-se as várias ações que envolvia gerir ou planejar, assim termos como: gestão urbana, gestão ambiental, gestão territorial e outras têm sido intensamente empregadas (SOUZA, 2002).

Para Lefebvre (2001) o planejamento é um programa político de reforma urbana, que deve ter caráter social, formulado através de um estudo, identificando as necessidades da sociedade e dando enfoque na responsabilidade das forças políticas diante do ato de planejar. Quando voltado para a questão urbana o planejamento e a gestão são instrumentos que levam a organizar a cidade, buscando atender ao bem comum da sociedade, para que todos detenham de uma melhor qualidade de vida, quando regulado através de leis que podem ser de âmbito federal, estadual e municipal é que propõem atender as insuficiências nas estruturas dos espaços urbanos.

Entre as diferentes definições que aderem os termos referente a planejamento e gestão, a que melhor se aplica e defini o processo, caracteriza que estes apesar de análogos assumem diferentes papeis. Desta forma, o planejamento está ligado ao futuro, buscando a solução a longo prazo de um acontecimento existente ou que ainda poderá acontecer. Sendo assim, uma "*Acción de prever la evolución deseada para el territorio en relación al proceso de urbanization*". (NARANJO et al., 2000, p. 273). A implementação ocorre por meio da elaboração de cenários, onde é simulado diferentes situações e estratégias para solucionar os conflitos que estavam surgindo. A gestão, porém, é a solução instantânea, o administrar de situações considerando as necessidades e recursos imediatos (SOUZA, 2010, p. 42).

Neste contexto, deve-se considerar as possíveis necessidades pósteras, procurando prevê e solucionar processos complexos que vinham sendo formados, entre eles as inúmeras problemáticas sociais que partem da construção de cenários. Os cenários são uma medida, que buscam prever o futuro simulando desdobramentos, quantificando probabilidades, sem restringir a probabilidade de inúmeros eventos (Souza, 2010)

Através destas ações o planejamento passa a ser um instrumento de poder, e é estipulado por Harvey (1985), que o descreve como um processo de reprodução social, estando o planejador (estado) com plenos poderes em fase a produção, manutenção e gestão do ambiente construído, consentido a este a responsabilidade de intervir e criar condições para um 'crescimento equilibrado'. Essas medidas devem conceber um caráter específico, que apesar de apresentar princípios políticos, necessitam ser formulado em prol da sociedade, buscando alcançar o bem comum dos cidadãos.

Existem diferentes instrumentos de planejamento, entre eles a principal ferramenta para as cidades, têm sido o Plano Diretor. Este representa a instituição da autonomia política de pelas

administrações municipais, pelas propostas da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade. Assim, o Plano Diretor deve ser o instrumento soberano que orienta o desenvolvimento urbano e a garantia dos direitos sociais, da propriedade fundiária e imobiliária urbana.

Para compreender a ideologia e o fundamento do Plano Diretor é necessário identificar o processo histórico do Brasil, que nos leva a compreender não somente a implantação do plano, mas todo o seguimento de lutas sociais que designaram a instituição desta forma de planejar e gerir as cidades.

1.2.1 - As Estratégias de Planejamento Urbano no Brasil

Consideramos aqui a urbanização das cidades brasileiras após 1940, com o principal enfoque a partir da Revolução Industrial, ponto determinante para a urbanização no mundo e no Brasil, o qual os habitantes da área urbana apresentam um crescimento exponencial, passando a ser maior que a população rural.

O crescimento populacional é recorrente especialmente nos países subdesenvolvidos através da explosão demográfica, este processo é fruto de dois fatores, o excedente de nascimentos sobre o número de mortes e principalmente devido ao grande contingente migratório que o país recebia (SANTOS, 2001). A urbanização não ocorre de forma homogênea, ela sucede a partir do grau de progresso das regiões, conforme o alcance do desenvolvimento, da fronteira agrícola e das migrações (SANTOS, 1993).

Lefebvre (2001) caracteriza que a cidade crescer de forma desordenada, seguem o curso do tecido urbano, que se sobrepõe cada vez mais rápido e dilacerando a área rural, assim a vila passa a ser substituída por subúrbios, conjuntos residenciais ou complexos industriais e pequenos aglomerados satélites.

É importante destacar que a urbanização no país, não ocorre de forma homogênea, ela sucede a partir do grau de desenvolvimento das regiões, conforme o alcance e progresso da fronteira agrícola e das migrações (SANTOS, 1993). As áreas de maior urbanização brasileira ocorrem inicialmente nas regiões sul e sudeste.

Com a urbanização do país, o crescimento exponencial da cidade e da população favorece a intensificação dos problemas urbanos, gerando conflitos por parte da população, que passou a lutar pelo direito de habitar, dando início a reforma urbana. A reforma ou revolução urbana, designa o período de transformações que a sociedade atravessa, estas ocorrem devido à intensificação do crescimento populacional e industrial, momento pelo qual a problemática

urbana predomina e intensifica a busca por soluções referentes as deficiências urbanas. (LEFEBVRE, 2001)

A reforma não é caracterizada apenas como uma remodelação do espaço físico, ela é uma reforma social, atrelado ao desenvolvimento urbano com objetivo de proporcionar a qualidade de vida para a população urbana, podemos apresentar os seguintes itens com o proposito principal da reforma urbana.

> 1) Coibir a especulação imobiliária, a qual, tipicamente, corre desenfreada em cidades de países periféricos e semiperiféricos, 2) reduzir o nível de disparidade socio-econômica-espacial interurbana, assim reduzindo o nível de segregação residencial; 3) democratizar o mais possível o planejamento e a gestão do espaço urbano.[5]

Dois objetivos caracterizado como auxiliares, são de extrema importância, quando se pretende reduzir a disparidade socioeconômica espacial.[6] O primeiro ponto expõe a importância de garantir a segurança jurídica das populações que habitam os espaços carentes de regularização fundiária, como as favelas e os loteamentos irregulares. O segundo ponto refere-se à necessidade de gerar emprego e renda para as populações carentes.

Estes princípios permeavam a ideologia da reforma, que pretendia atender as populações urbanas, retratando a necessidade de sanar a desigualdade socioeconômica, que estava presente no país, gerado pelo processo econômico através da urbanização capitalista. Os primeiros projetos, embasados nestes princípios, surgiram a partir da década de 1960.

Segundo Bassul (2004) no governo de João Goulart, foi elaborado um projeto de reforma urbana, caracterizado como um importante passo para a evolução do planejamento. Em 1963, ocorreu um evento no hotel Quitandinha, em Petrópolis (RJ), organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, que contou com a participação de políticos, técnicos e intelectuais. Este seminário resultou na elaboração de um documento, que apresentou como fundamento as estruturas sociais, mas que não tinha a contribuição da sociedade na formulação da proposta.

É importante destacar que apesar das intensas lutas sociais pelo direito à reforma urbana, este processo, foi alvo de inúmeras repressões conduzidas pelo regime militar instaurado em 1964, o qual silenciou as lutas pelo direito a cidade durante cerca de duas décadas (SOUZA, 2002). Com essas modificações, este período é marcado por uma urbanização excludente, carregando a aliança entre o urbanismo higiênico e a economia Política Desenvolvimentista, com uma forte atuação do Estado.

---

[5] SOUZA, 2005, p. 192
[6] Ibid., p. 115

Podemos caracterizar a ditadura militar como um retrocesso para as questões urbanas sociais, os direitos urbanísticos foram limitados, os investimentos voltados a estruturação das cidades eram aplicados de forma excludente, onde a estética e o mercado prevaleciam aos interesses sociais.

Neste contexto, tínhamos um índice populacional crescente em meio a uma política urbana excludente, a união destes dois fatores gerou inúmeros problemas urbanos, entre eles, o nascimento das cidades polos que segundo Ribeiro (2005), implicava em uma área mais atrasada em termos tecnológicos e de urbanização e que tinha como função, acomodar a "massa marginal" produto do desenvolvimento capitalista.

O urbano passou por uma nova estruturação para atender o capital. O solo urbano aderiu cada vez mais o valor levando as populações excluídas a intensificarem as áreas de periferia, tornando a cidade uma área excludente e não inclusiva. Este fato é reforçado por Bassul (2004) ao qual descreve que a política urbana deste período estava inteiramente subordinada a administração pública, assim o planejamento e a gestão alimentavam o processo de espoliação na cidade.

Como característica do processo de produção excludente, Ribeiro (2003) descreve que a implantação da infraestrutura, seguia um padrão, sendo direcionada apenas para algumas áreas da cidade e seguiam um padrão de arquitetura internacional, implantadas em locais estratégicos buscando viabilizar uma modernização. Este processo gera estrutura de desigualdade com forte concentração de renda e riqueza.

Estre os projetos de melhoria nas cidades, devemos destacar a introdução de inúmeros programas habitacionais. Maricato (2011), pontua que através do regime militar, foi implantado o Banco Nacional de Habitação – BNH e o Sistema Financeiro de Habitação – SFH. Estes projetos tinham como propósito atender ao mercado habitacional, que obteve um grande salto resultante do crescimento econômico.

Estes programas habitacionais, foram importantes para o crescimento econômico, proporcionando desde o crescimento dos setores de material de construção ao aumento do número de pessoas empregadas, além de suprir o déficit habitacional que assolava este período. No entanto, devemos destacar que estes programas habitacionais atendiam apenas uma parte da população, as que podiam estabelecer vínculo com um financiamento, neste sentido a classe de baixa renda que cada vez mais tornava-se a maior parte da população urbana, vivia nas áreas marginais e excludentes da cidade.

No início da década de 1980, ocorreu um abalo econômico e ampliando a desigualdade social. Maricato (2011), define este período como "década perdida", por ter como característica

a concentração da pobreza na área urbana, a elevação da crise habitacional e outros inúmeros fatores.

A crise habitacional foi afetada progressivamente, devido as disparidades econômicas. Podemos compreender estes fatores quando relacionamos as ambiguidades, uma vez que estava presente de um lado, a população de baixa renda crescendo rapidamente e do outro lado a valorização e domínio do solo, que excluía esta população das áreas urbanas. Como resultado, deste processo temos a intensificação das ocupações em áreas improprias para habitação, como: morros, alagados, várzeas e principalmente as planícies.

Habitar estes espaços, foi a alternativa cabível a esta população, que ao não ser atendida pelo Estado, buscou a opção conveniente a sua necessidade, assim estas áreas consideradas como improprias para moradia, atendeu a necessidade do morar. Morar é uma necessidade fundamental o ser humano, Rodrigues (2001) salienta que não é possível viver sem ocupar um espaço, assim morar é uma necessidade básica, como vestir ou se alimentar.

Devemos ressaltar que a crise habitacional foi intensificada neste período, ganhando grandes proporções, com tudo é anterior a ele. Maricato (2011) expõe que, os problemas urbanos são resultados de cinco séculos, oriundos especialmente a partir da privatização da terra e da emergência do trabalho livre.

O estado de calamidade da situação urbana, deu início as indignações por parte da população, que começou a requerer os direitos a moradia e infraestrutura, essas intervenções passam a ser imprescindíveis para a conquista de alguns direitos. A partir da retomada da reforma que a luta pelos direitos urbanos ganha força, estas aliadas as organizações competentes formulavam propostas de reestruturação da cidade.

Segundo Souza (2005), a constituição que viera substituir a de 1967, teve como proposta inserir a população na formulação da nova legislação, que foi possível através das chamadas “emendas populares”, ao qual a sociedade poderia criar emendas e enviá-las para avaliação do atual governo.

Inúmeras foram as propostas envidas para ser aderida junto a nova legislação, seguindo o caráter urbano, apenas dois artigos foram considerados na nova constituição. O primeiro refere-se a Lei da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 art. 182, que é específico para a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, apresentando como objetivo ordenar a evolução das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Agregando ao artigo, 04 parágrafos que são responsáveis por trazer jurisdição as políticas públicas da cidade, trazendo o plano diretor como a forma de planejamento que deve

ser implantada nos municípios com mais de vinte mil habitantes. Sendo instituído como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

O art. 183 apresenta medidas para equilibrar a especulação e valorização do solo, buscando sanar a problemática das grandes parcelas de terras que se encontra sem um uso, no período de 05 anos, dentro da cidade. Estes artigos instituíram um grande descontentamento por parte da população e principalmente pelos urbanistas, declarando negligência do Estado perante os inúmeros problemas urbanos, os quais estabeleciam a transferência para os municípios, das inúmeras problemáticas das cidades.

Para alguns profissionais da área essa ação foi positiva, segundo Meira (2005), foi uma conquista constitucional que possibilitou maior liberdade para as administrações públicas municipais, tornando mais próximo as responsabilidades das gestões locais na organização do espaço urbano. Entre as inúmeras discussões sobre a positividade e a negatividade desta legislação, temos a instalação do plano diretor, que aparece como um instrumento de reforma urbana.

1.2.2 - O Plano Diretor e o Estatuto da Cidade

A Constituição de 1988, pela primeira vez na história constitucional brasileira, tratou da problemática urbana, mesmo que de forma sucinta. Este foi um marco, visto que “as constituições anteriores não continham o vocábulo ‘urbano’, salvo para regrar, nos capítulos referentes à tributação, a aplicação do Imposto Predial e Territorial Urbano, o IPTU” (BASSUL, 2004, p. 84)

Os artigos instituídos, propõem como medida o avanço do desenvolvimento urbano, instituindo o planejamento nas cidades, para através deste promover o ordenamento e a garantia do bem-estar social, essas medidas apesar de consistirem em um salto, não atendeu as necessidades para promover a então reforma urbana.

O Plano Diretor, apesar de demonstrar muitas falhas, foi um avanço no campo do direito urbano, através dele as cidades poderiam ampliar o seu planejamento estabelecendo estratégias condizentes a suas realidades e necessidades, criando instrumentos que garantissem o bem-estar dos seus habitantes e do equilíbrio ambiental.

Neste sentido, o plano diretor é implementado pela constituição com o propósito de designar o desenvolvimento do município, estipulando regras e estratégias de planejamento, para que haja um efetivo e regulado desenvolvimento econômico, social e físico de seu território.

No que confere à legislação nacional da Constituição Federal de 1988, art. 182 e 183. Identificamos que o conteúdo presente nestes artigos, preocupa-se com a função social da cidade estabelecendo o direito à propriedade urbana. Estas iniciativas serviriam para regular o preço da terra, diminuir os vazios urbanos e garantir a moradia as áreas ocupadas pelo processo de invasão.

Apesar da inserção da pauta urbana na Constituição, os artigos apresentados não atenderam as necessidades impostas pelo urbano. As inúmeras iniciativas, das cidades, para a implementação do plano diretor, quando formulado pelos municípios, não abrangia as carências encontradas, gerando grande revolta por parte da população, que teve os seus direitos por moradias justas negligenciado.

Estes fatores são relatados por Souza (2002), o qual descreve as dificuldades que os municípios apresentaram ao construir este plano, e ao fazê-los estes não atendiam as perspectivas nem as necessidades de suas cidades. É confuso esperar que uma sociedade desigual possa produzir planos que apresentem premissas sociais e não amplamente econômicas.[7] Neste sentido temos a cidade vivenciando o planejamento de acordo com as necessidades do capital, enquanto a sociedade se adéqua as limitações já impostas.

O problema não é a falta de planejamento, pois este já existe em excesso, as cidades se desenvolvem ao longo de planos aprovados, que seguem interesses estabelecidos por quem comanda a política local.[8] “Existem muitos planos, leis bem elaboradas, políticas bem desenhadas” (VOLOCHKO, 2018, p 71).

A deficiência não está na falta de planejamento mais no direcionamento que este exprime, temos assim, as legislações formadas por marcos excludentes por onde a produção capitalista tem sido implantadas, neste sentido o planejamento urbano, não é direcionado a atender as reais necessidades da cidade, como é o caso da habitação social, infraestrutura e transporte, se tornando um instrumento do capital, uma ferramenta que direciona a valorização do solo.

O processo gera uma disparidade, onde o importante instrumento de domínio econômico não viabiliza ações voltadas as necessidades da população, que passa a ser excluída dos direitos e convívio urbano. Castro e Silva (1997) expõe que através da atuação do capital, temos como resultado o planejamento para alguns, leis para alguns, cidadania para alguns e privilégios para poucos.

---

[7] MARICATO, 2011, p. 44
[8] Id., 2015, p. 96

Para Santos (2007), o poder de articulação imposto pelo Estado está presente no planejamento e tem por proposito a expansão do capital, configurando-se através de três meios: a implantação de obras na cidade, a modificação das formas e funções do espaço e pela segregação populacional em termo de renda. Temos, portanto, o planejamento sendo utilizado como direcionador do uso do solo para beneficiar os interesses dos agentes produtores do espaço.

Este processo é implementado através de grandes obras na cidade, gerando especulação imobiliária e segregação populacional em termos de renda, este processo se faz presente através das renovações urbanas, onde se criam condições necessárias ao funcionamento do capital especulativo.

É necessário compreender que a cidade é um espaço de produção, que está constantemente em transformação, estando direcionadas ou não pelas ações do Estado. A falta de atuação do Estado concretiza-se na produção constante da cidade informal, que se desenvolve através de ações populares, em sua maioria pela população de baixa renda, através das ocupações irregulares. Maricato (2000), descreve que essa não atuação do Estado é parte de um planejamento, desde o momento que a cidade informal é estabelecida, passando a ser de responsabilidade do município.

Corrêia (2011) traz uma discussão mais aprofundada sobre essa temática, descrevendo que a formação das cidades informais, estão ligadas a uma estrutura ampla que envolve as imobiliárias e as indústrias, além das populações de baixa renda e do Estado. Descrevendo que este processo ocorre com o incentivo da proliferação da cidade informal e o seu espalhamento pelas bordas da área urbana, funcionando como uma forma de valorização dos espaços, uma vez que ao longo dos anos, estes tornam-se providos de infraestrutura e qualidade das cidades.

Entendemos assim, que a história é uma mistura complexa de determinação e indeterminação, de regras e de contingência, de níveis de condicionamento estrutural e de graus de liberdade para a ação individual, em que o esperável é, frequentemente, sabotado pelo inesperado que torna qualquer planejamento algo, ao mesmo tempo, necessário e arriscado. (SOUZA, 2010).

A partir de toda a inquietação e insatisfação resultante da Constituição e dos resultados dos então planos diretores, alguns congressistas deram início ao planejamento de uma nova legislação que intensificasse as questões urbanas apresentando um víeis social para atender as reais necessidades das cidades.

Neste sentido, foi formulado o Estatuto da cidade, este documento tem como princípio a função social, o qual é incorporado como um instrumento da propriedade urbana capaz de

introduzir a justiça social, buscando o equilíbrio necessário entre os interesses públicos e privados dentro do território urbano.

O projeto foi apresentado em 28 de 1989, recebendo o aval a favor um ano depois como Lei do Senado (PLS) n° 181, de 1989. O principal idealizador desta proposta foi o Senador Pompeu de Souza, que deu os primeiros passos em busca da formulação dessa nova legislação, atuando como organizador. Para a formulação do texto os principais autores foram Eliane Maciel e Everaldo Macedo que contou com participações amplas, com a cooperação de técnicos, consultores, professores, representantes da sociedade, entidades, instituições e outros. (BASSUL, 2004). Apesar de ser aprovado rapidamente pelo senado, este ficou estagnado na câmara dos deputados por exatamente 11 anos, ao final da elaboração, contava com 72 artigos.

A constituição federal oferece autonomia para os municípios referente ao planejamento de suas cidades, com tudo, o estatuto da cidade, passa a orientar a elaboração dos planos diretores, com a instituição de diretrizes que abrange ao coletivo urbano, funcionando como instrumento imprescindível para a maior eficácia do plano diretor.

No que confere ao artigo 1º da Lei nº a lei 10.257 de 2001, é estabelecido que o plano diretor tem finalidade pública de interesse social, buscando a regularização do uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Um dos víeis desta legislação é conferir a União a atribuição de políticas urbanas, estando estas responsáveis pela elaboração e instituição de diretrizes para o desenvolvimento urbano, através de planos nacionais e regionais voltados para a habitação, saneamento, transporte e mobilidade pública, que atenda a sociedade em geral (BRASIL 10.257/2001, art. 3º, inciso IV e V)

Brasil (2001), retrata no art. 4º, inciso III os seguintes planos como instrumentos de políticas públicas que devem ser objetos de controle social, garantida a participação de comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil. São estes: a) plano diretor; b) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo; c) zoneamento ambiental; d) plano plurianual; e) diretrizes orçamentárias e orçamento anual; f) gestão orçamentária participativa; g) planos, programas e projetos setoriais; h) planos de desenvolvimento econômico e social, por fim o inciso VI – estudo prévio de impacto ambiental-EIA e estudo prévio de impacto de vizinhança-EIV. Estas premissas atendem as iniciativas de planejamento das cidades, assistindo as áreas sociais, econômicas e ambientais que a Constituição de 1988 não apresentava, buscando suprir as deficiências encontradas nesta.

O Plano Diretor é incorporado ao Estatuto da Cidade como um instrumento criado para permitir a participação da sociedade na gestão dos interesses públicos, que determina a participação popular como item de maior eficácia para o sucesso do planejamento. (DECARLI e FERRAREZE, 2008). Essas medidas surgem com a proposta de corrigir a formulação dos planos diretores de 1988, era o direcionamento das propostas, que beneficiavam o desenvolvimento capitalista.

Buscando o controle dessa forma de planejar são inseridas diretrizes que incidem no aperfeiçoamento da estruturação de um planejamento que atenda o bem coletivo. Assim, temos uma reformulação que traz gestão democrática, bem como atua corrigindo distorções no consumo de bens. Para garantir a eficácia do projeto propunha instrumentos fiscais, financeiros e econômicos, jurídicos, administrativos e políticos, mais ou menos assemelhados aos dos demais projetos que a ele foram anexados (BASSUL, 2004)

Outro importante fator ocorreu através de medidas que direcionam o Plano Diretor, descrevendo que este e parte integrante do processo de planejamento municipal que devem estabelecer diretrizes aliadas ao orçamento anual, possibilitando a execução das mesmas, devendo possuir a participação da sociedade através de audiências públicas e englobar em seu planejamento todo o território do município (BRASIL 10.257/2001, art. 41 § 1).

A partir deste artigo, quando pensado e planejado criteriosamente para o bem comum, proporciona estabilidade para a cidade, pois a partir dele as diferentes áreas da cidade passam a receber o direcionamento e a infraestrutura adequada. Por outro lado, se mal direcionado, este pode ser um grande aliado a valorização imobiliária, orientando o espaço urbano de forma a valorizar determinados lugares. Definindo assim “quem tem o direito a cidade ou ao exílio urbano na ‘não cidade’” (MARICATO, 2011, p. 94).

Uma nova e fundamental questão que o estatuto abrange é o planejamento ambiental, temática que não ganhou espaço nos artigos 182 e 183 da Constituição de 1988. Porém, foi debatido dentro das diretrizes do estatuto. São inúmeras as necessidades de se estabelecer medidas voltadas para estas áreas, considerando que foram intensamente ocupadas por habitações irregulares e pelos efeitos das indústrias, fato otimizado principalmente após a década de 1970.

Entre os agentes produtores do espaço, temos os grupos sociais excluídos, que atuam na produção de novos espaços, as favelas, que mais tarde vão receber investimentos, garantidos através das reivindicações. Corrêa (2002), descreve que este processo pode acontecer voluntariamente direcionados por outros agentes. É obrigatório lembrar que este cenário ocorre pela falta de atuação do Estado perante o planejamento da cidade, “a produção destes espaços

é, inicialmente, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo uma estratégia de sobrevivência" (CORRÊA, 2002, p. 30). Referente as condições de produção dos espaços através das áreas irregulares, Maricato expõe que:

> O direito a invasão é até admitido, mas não o direito a cidade. A ausência do controle urbanístico (fiscalização das construções e do uso/ocupação do solo) ou flexibilização radical da regulação nas periferias convive com a relativa "flexibilidade", dada pela pequena corrupção, na cidade legal. Legislação urbana detalhista e abundante, aplicação discriminatória da lei, gigantesca ilegalidade e predação ambiental constituem um círculo que se fecha em si mesmo.[9](MARICATO, 2011, p. 39).

Portanto, este modo de produção de caráter capitalista produz o espaço através da valorização do capital, sobressaindo o lado político, já que não ocorre de forma desordenada e sim através de interesses e estratégicas políticas. Devemos considerar que este rápido e intenso processo de urbanização, mostra-se como uma máquina de produzir favelas e agredir a natureza. Moura (2000) caracteriza que a crise ambiental urbana surgiu pós-década de 1970, desenvolvida pelas formas predatórias de domínio da natureza, estes problemas ambientais dizem respeito não a apropriação do homem sobre o ambiente, mas como este se apropria desse ambiente.

O Estado responsável pela fiscalização do uso e ocupação do solo é realidade somente na 'cidade legal', já nas áreas irregulares, essa atuação não ocorre. Nos limites de proteção ambiental essa situação é bem mais instável, onde mesmo com diversas leis direcionadas especificamente para essas áreas, as normativas não chegam a ser implementadas.[10]

As áreas de proteção são caracterizadas por serem espaços ambientalmente fragilizados, as ocupações mantém-se fixa por um longo período. É uma forma de apropriação do espaço terminantemente impropria, pelos riscos de poluição, desmoronamento, enchentes, ou seja, a vida. Nessas áreas a interferência do mercado imobiliário é bem menor, salvo nos espaços onde é possível receber infraestrutura.

O crescimento rápido e sem gestão provocou mais que o inchaço das cidades, acarretando graves consequências para o meio ambiente, que acabam gerando altos níveis de degradação na natureza e perda da qualidade de vida (MOURA, 2000). Nesse tocante, a Lei 12.608/12 o art. 4º, inciso III - C, propõe o zoneamento ambiental, seguido pelo inciso IV – E prevê à instituição das unidades de conservação e o inciso V, que indica o estudo prévio de impacto ambiental-EIA e o estudo prévio de impacto de vizinhança-EIV. O art. 26º, dispõe que

[9] MARICATO, 2011, p. 39
[10] Ibid., 2011, p. 41

as áreas devem ser adquiridas pelo governo através de compra, quando este estipular necessário, uma destas alegações está caracterizada no inciso VII, com a criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental (BRASIL, 2001).

Quando retratado no capítulo III, que se refere ao plano diretor, o art. 42º[11] diz respeito aos municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas, processos geológicos ou hidrológicos. Este artigo dispõe de medidas para o controle e preservação das áreas ambientalmente sensíveis.

É a partir destas diretrizes que o planejamento ambiental ganha espaço na área urbana, até então a falta de atenção em relação à qualidade de vida, principalmente sobre a população de baixa renda é notória. Estas premissas permitiram uma melhor administração destas áreas, proporcionando planos e ações de preservação, restauração e controle ambiental.

As cidades da região norte não fogem a esta regra, principalmente quando relacionamos este fato aos cursos d'água. Estas regiões apresentam uma densa malha hidrográfica, o que corresponde ao alto número de habitações irregulares ocupando estes espaços. "A cidade nasce as margens da água" (BATISTA e CARDOSO 2013, p.125). A água é um dos principais requisitos para a manutenção da vida, a partir disto muitas civilizações procuravam ocupar as áreas em volta aos cursos d'água, onde estabeleciam moradia. Foi a partir destes aglomerados humanos que muitas cidades nasceram e acompanharam o percurso do rio.

Dessa forma, entendemos que a história da urbanização pode ser traçada apontando como principal ponto de apoio os cursos d'água, acarretando a apropriação das dinâmicas hídricas. A trajetória das relações entre cidades e corpos d'água reflete, assim, os ciclos históricos da relação entre homem e natureza (MELLO, 2008).

1.3 - A CIDADE PELO RIO: FORMAÇÃO DO URBANO NA AMAZÔNIA

O processo de produção e acima de tudo um espaço produzido através das ações humanas, estas ações vão surgindo de acordo que as necessidades e/ou interesses, ocasionando a construção e reconstrução do espaço. "O espaço urbano comporta os mais diversos conteúdos socioeconômicos e espaciais ou, num sentido mais amplo, que as determinações do todo ocorrem de forma diferente para cada lugar ou indivíduo, expressando as múltiplas contradições espaciais."[12]

[11] Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012.
[12] CARLOS, 2011, p. 19

Entendemos, com isso que o processo de urbanização ocorre em diferentes períodos nas distintas regiões. As cidades ao norte do país apresentam elementos que caracterizam a produção do urbano desta região, estas características tornam-se mais evidentes quando damos enfoque a produção do espaço em escala local. Trindade Jr. (2012) ao estudar cidades médias, priorizando as que surgem pós-década 1960, identifica que as características de urbanização não são comuns dos demais núcleos urbanos quando levamos em consideração as particularidades locais.

Para entender a cidade e o processo de produção do espaço estabelecido e necessário considerar a sua fundação e povoamento, dado que a sociedade produz o espaço urbano ao produzir as formas de sua existência. O espaço urbano é influenciado em sua formação e desenvolvimento, não apenas por processos econômicos, mas é, também determinações sociais, políticas, ideológicas.[13] Considerando que o urbano é além de um modo de produzir, é também um modo de pensar, sentir, ele reflete a vida que nele habita, como exposto por Lefebvre.

> Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações sociais (LEFEBVRE, 1976, p.41).

Nas cidades a produção do espaço acontece de forma que os interesses de agentes se tornem impulsores no planejando e gerenciamento do urbano. Esse processo pode ser facilmente observado principalmente quando observamos a análise local, onde as pequenas cidades estão fortemente ligadas a dinâmicas econômicas herdadas do passado. Esse é direcionamento e produzido por um espaço urbano, que se ajusta em meio as carências da capital, porém, reflete sua produção segundo as necessidades por ele imposto.

À muitos questionamentos sobre a Amazônia, indagando que seu território é um imenso espaço vazio ou espaço verde, com regiões descontinuas e de civilizações não modernas. [14]Esses olhares, porém, vem de fora, quando analisamos uma região como a Amazônia temos que olhar de dentro para fora. Assim é possível entender o seu desenvolvimento, sua estrutura e seu papel, como atuantes na economia do país.

Considerando o processo de formação da cidade, seguimos a descrição de Becker (2005), a qual expõe a ocupação na Amazônia, indicando que é perceptível o total de três

[13] Ibid., p. 19
[14] TRINDADE JR, 2011, p.2

particularidades de ocupação inerentes as demais regiões do país. O primeiro refere-se à ocupação tardia, porém, disputada por diferentes atores, o segundo relata os processos econômicos inconstantes, ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional e o terceiro aponta para a geopolítica que explica o controle de tão extenso território com tão poucos recursos.

Quando observamos o processo histórico da formação das cidades da Amazônia, novas peculiaridades surgem principalmente em relação às cidades médias, que só passa a ser caracterizadas como áreas urbanas após a década de 1960, quando ocorreram intensas migrações do rural para o urbano. Orientado pela economia estrangeira, no primeiro momento como colônia de Portugal e Espanha, depois atendendo ao mercado das indústrias com a exportação do látex, que provocou dois períodos de queda da economia e por consequência, dois ciclos de migração.

Essa urbanização tem características de desenvolvimentos tardios, um aspecto das cidades amazônicas, que está relacionada ao tempo de inserção na estruturação do espaço regional. Com isso, o autor define dois principais perfis de cidades. O primeiro diz respeito às cidades recentes, que costumam ser associada ao modelo rodovia/terra-firme. Já a segunda caracteriza as cidades que se formam as margens dos rios/várzeas.

Em relação à urbanização na Amazônia, Becker (2005) define esse desenvolvimento como “floresta urbanizada”, que poderia ser denominada de “urbanização na selva”. Esse processo ocorre em meio a selva, onde o crescimento populacional urbano, prolifera, as vilas são transformadas em cidades, estas ampliam e modernizam os seus núcleos populacionais, com a reprodução do capital e do controle social. A partir do século XX, o crescimento populacional decorre da necessidade de mão de obra, formando uma onda migratória, o processo econômico gera novas relações que se desenham ao nível regional.

Foi a partir do moderno aparelho de Estado, associada a intervenção na economia e no território, que o processo de ocupação da Amazônia acelerou, com base na dominância absoluta da visão externa e privilégio das relações com o centro de poder nacional. A reprodução do espaço urbano se modifica com novas formas e funções distribuídas no espaço, à expansão ocorre desordenadamente provocando uma lógica de urbanização própria, que traz a cidade uma organização interna característica.

Uma grande modificação estrutural ocorreu no povoamento regional que se localizou ao longo das rodovias e não mais a rede fluvial, como no passado, e no crescimento demográfico, sobretudo urbano. Processou-se na região uma penosa mobilidade espacial, com forte migração e contínua expropriação da terra, ligada a um processo de urbanização.

A característica com o rio, porém passa a ser muito forte, mesmo nas cidades mais desenvolvidas. Mello (2008), defini que os processos de ocupações das “várzeas”, “baixadas”, fazem parte de nossa história, refletindo no modo de vida, na cultura, economia, expressos em muitos bairros, influenciando na origem de seus nomes.

Becker (2005) define que a Amazônia teve a maior taxa de crescimento urbano no país nas últimas décadas, o Censo de 2000, 70%, demonstra a população na região, este dado considera que a urbanização não se mede só pelo crescimento e surgimento de novas cidades, mas também pela veiculação dos valores da urbanização para sociedade. Por essa razão, desde a década de 1980, chamou a Amazônia de uma “floresta urbanizada”.

Considerando as dinâmicas da maior parte das cidades, podemos identificar que estas ainda apresentam, uma temporalidade ainda não totalmente assimilada pelas novas atividades e modos de vida implantados mais recentemente. Este aspecto cria impactos e resistências, que tendem a expressar múltiplas temporalidades e espacialidades conviventes e conflitantes, conferindo um caráter híbrido. Este processo é facilmente observado quando analisamos a relação da população com o rio, onde as vias fluviais, o rural e o urbano se confundem (TRINDADE Jr., 2012).

É necessário entender, que as cidades não são formadas de forma homogênea, apresentando características diferenciadas, em especial quando consideramos as particularidades locais. Em diversas regiões amazônicas, temos como destaque a cidade apresentando o rio como o eixo direcionador da expansão, através deste que ocorre a produção do espaço urbano.

Mello (2008) expõe que esta é uma relação muito específica, de uma população que viviam as margens dos rios, utilizando suas águas para higiene, alimentação, produção, via de transporte, comércio e outros. Ao passar a viver no espaço urbano, os espaços ribeirinhos permanecem no imaginário coletivo, seja nas formas mais bucólicas de ocupação, como na vila de pescadores, seja na forma mais tradicional de urbanização.

As cidades que se formam culturalmente as margens do rio, como cidade beira-rio, a partir de seus conteúdos socioespaciais a definem como verdadeiramente ribeirinha. Estas, apresentam uma questão que vai além do geográfico e econômico, trazem consigo um conteúdo de fortes e múltiplas interações de sua população residente com o elemento hídrico que lhe está próximo. “Nesse sentido, toda cidade ribeirinha é uma cidade beira-rio, mas nem toda cidade beira-rio é, necessariamente, ribeirinha.” (TRINDADE Jr., 2012, p. 176)

Com isso, é possível estabelecer que esta organização (urbano) é inserida tendo como importância o rio na formação e no desenvolvimento da cidade. O rio passa a estar no convívio

diário das áreas que rodeiam seus meandros, atuando de diferentes formas, que são elas: meio de circulação, como o meio de sobrevivência das famílias ribeirinhas, abastecendo a cidade, gerando a economia e a história da cidade contada pelo rio e através dela podemos identificar o desenvolvimento urbano gerado ao longo dos anos, os símbolos, a cultura, os ritos e a experiência social.

Essas cidades são formadas através de uma multiplicidade de trajetórias, de tempos e ritmos seguindo os rios ou a estrada. Não são reproduções de um passado estático, "mas como um espaço-tempo presente, denso e vivo, cujos atributos maiores são a simultaneidade e a dinamicidade" (MALHEIRO e TRINDADE JR., 2009, p.61)

Assim, o rio apresenta uma dinâmica em relação à cidade, que nasce se desenvolve e passa a ser planejada por volta de seu leito e seus cursos d'água. O rio é o ponto de referência, uma vez que a população tem uma ligação com a hidrografia, quando as cidades passam a se expandir e a população passa a morar em áreas periféricas, principalmente os habitantes de baixa renda tendem a se estabelecer em áreas em volta aos cursos d'água.

As ocupações as margens dos cursos d'água são intensificadas, neste âmbito, considerando principalmente a necessidade de morar, e as áreas de proteção e de risco incluindo as margens dos rios, serem os espaços disponíveis. Espaços que em até um certo período não era considerado como de valor. A partir do século XX, as habitações nestas áreas foram intensificadas, sem o acompanhamento de planejamento ou até mesmo de fiscalização e soluções voltadas a atender as necessidades de moradia, saneamento e infraestrutura, agravando os problemas socioambientais. Ao longo dos anos as grandes cidades do país passam a ser afetadas por este processo, a ocupação passa a estender nos espaços de fundos de vale, áreas de várzea, topos de morro e as margens dos cursos d'água (BATISTA e CARDOSO, 2013).

Mello (2008) relata que essa degradação foi intensificada no decorrer dos anos. Muitos espaços ao longo dos cursos d'água guardam a degradação resultante da exploração econômica, do período industrial, não apenas pela ocupação humana e principalmente das fábricas, portos, estações de energia.

Atualmente, identificamos uma nova fase entre a cidade e os rios. A questão ambiental, começa a ganhar destaque, intensificado a partir do século XX, incitados pelas conferências voltadas a preservação do meio ambiente. Nesta perspectiva, a discussão sobre os impactos ambientais em escala local e/ou global, passa a ser objeto de análise, de vários cientistas que, contribuem para esclarecer as leis da natureza e as formas pelas quais a sociedade se relaciona com ela (RODRIGUES, 1998).

A necessidade de preservação das áreas suscetíveis a riscos ambientais, tornou-se cada vez mais um assunto amplamente discutido ao longo das últimas décadas. Segundo a legislação ambiental, a preservação das áreas verdes é de grande relevância para o equilíbrio ecológico, porém, essa necessidade está além de preservar a natureza, é uma questão de saúde pública.

No Brasil, os espaços ambientais protegidos são as Unidades de conservação, as Áreas de Preservação Permanente-APP e as Reservas Legais, existem outras ainda, como as áreas municipais estipuladas por meio do Plano Diretor. Há proteção dessas áreas confere ao impedimento do avanço das ações antrópicas degradantes (AQUINO e FARIAS, 2017).

Os espaços mais afetados pela ocupação irregular, principalmente na região amazônica, referem-se as áreas de preservação permanente-APP. Particularmente no âmbito dos cursos d'água, devido à densa hidrografia e a relação da população com essas áreas.

1.4 - ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP

A proteção ao meio ambiente urbano possui um papel fundamental para o desenvolvimento saudável das cidades, não são apenas a formação humana, mas a interação do homem com o meio que habita, e quando o habitar eleva-se ao interesse do capital, transformando o solo em mercadoria, os habitantes passam a sofrer diferentes impactos de âmbito econômico, social e ambiental. A questão ambiental, portanto, deve ser entendida como um produto resultante na ação da sociedade sobre a natureza, consequentemente os problemas ambientais referem-se não ao espaço natural, mas às problemáticas decorrentes da ação do homem sobre esse espaço.

Segundo Dal Forno (2009), as primeiras áreas consideradas como espaços de preservação, tinham como foco a questão paisagística. Apenas a partir de 1900, surge os primeiros debates que englobam as questões ambientais. Na década de 1930 já haviam sido estabelecidos parques nacionais em várias partes do mundo, contudo ainda não estava definido o conceito de área protegida. Este conceito foi proposto através da Convenção para Preservação da Fauna e Flora em seu Estado Natural, que ocorreu em Londres, no ano de 1933. Na década de 1970 já estavam estabelecidos 1300 parques estaduais.

Os debates chegam à esfera urbana apenas em 2000, atrelados aos termos meio ambiente, desenvolvimento sustentável e cidades sustentáveis, que tinham por proposta aliar a ideia de relações sociais a natureza. Esta nova linha de pensamento é introduzida considerando que o "meio ambiente é um bem comum, é que deve ser preservado para as gerações futuras" (RODRIGUES, 2012).

No Brasil, a questão ambiental urbana, já estava sendo debatida e inserida em planos ambientais e urbanos. Delimitações como as áreas de proteção ambiental, áreas de proteção permanente, licenças ambientais para instalação de indústrias, entre outros, já faziam parte da Constituição Federal, do Plano Diretor e posteriormente do Estatuto da Cidade.

Os espaços em volta aos cursos d'água, principalmente em áreas urbanas foram intensamente afetados devido ao intenso processo de ocupação espontânea. Com a ampliação dos problemas ambientais, estas áreas foram consideradas locais sensíveis, ganhando especial atenção, nos movimentos pela qualidade de vida com foco na habitação e na preservação ambiental.

Estes espaços foram denominados como Áreas de Preservação Permanente-APP, a partir da constituição de 1988. Apesar de definidas oficialmente nesta data, as APPs já existem pela constituição desde o ano de 1934, porém, com a configuração mais abrangente.

Segundo Borges (2008), as APPs surgiram devido a grande preocupação com os espaços as margens dos cursos d'água, a partir disso, podemos considerar que a apreensão com a proteção das áreas de ecossistemas naturais tem um grande avanço, já que no Código Florestal de 23 de janeiro de 1934, através da Lei nº 23.793 é encontrada medidas primitivas em relação à conservação da biodiversidade.

A Lei nº 23.793/1934, o art. 1º destaca que as florestas nacionais são bens comuns a todos os brasileiros, exercendo os direitos a propriedade, com limitações determinadas pela legislação, em especial ao código florestal. Neste sentido, o Art. 3º classifica as florestas em quatro tipos os quais são: protetoras, remanescentes, modelo e rendimento (BRASIL, 1934).

Os artigos 4º, 5º, 6º e 7º descritos em Brasil (1934), delimitam os tipos e usos das classes de floresta. Assim, o Art. 4º referi-se as florestas protetoras, o qual apresenta como finalidade a conservação das áreas para os seguintes fins: os regimes das águas, evitar a erosão das terras pela ação dos agentes naturais, fixar dunas, auxiliar na defesa das fronteiras, de modo julgado necessário pelas autoridades militares, assegurar condições de salubridade pública, proteger sítios que por sua beleza mereça ser conservados, asilar espécimes raros de fauna indígena.

As florestas remanescentes, expressas no Art. 5º, são aquelas declaradas como parques nacionais, estaduais e municipais e as em que abundarem ou se cultivarem espécimes preciosos, cuja conservação se considerar necessária por motivo de interesse biológico ou estético, além das que o poder público reservar para pequenos parques ou bosques, de gozo público. O Art. 22. Letra h. impedi a danificação da vegetação encontrada nas áreas de encostas de que tenham como função servir de moldura, sítios e paisagens originais dos centros urbanos e seus arredores

ou as matas, mesmo em formação, plantadas por conta da administração pública. Apresentando uma das primeiras indicações de preservação em APPs (BRASIL, 1934).

O Código Florestal de 1934, apresenta características de preservação da floresta, com um contexto inicial do que viria ser as áreas de preservação permanente. Segundo Dal Forno (2009), apesar de não se falar expressamente em "Áreas de Preservação Permanente" as determinadas florestas e locais de preservação expressas no Art. 4º, configuram de forma geral, as áreas de preservação, apenas com a modificação do Estatuto, essas áreas vieram a ser caracterizadas, obtendo um perfil descrito detalhadamente.

Portanto, o termo APP, só veio a ser denominado trinta anos depois, através da reformulação da legislação florestal. O Código Florestal foi sancionado no dia 15 de setembro de 1965, através da Lei 4.771, tornando um grande aliado à preservação do ecossistema, aderindo o princípio que, a vegetação florestal é um bem de direitos comuns a todos os habitantes do país.

Sua descrição segundo Brasil (1964), no Art. 1º, §2º parágrafo II, determina que são consideradas como Área de Preservação Permanente os espaços protegidos nos termos dos Arts. 2º e 3º desta Lei, cobertos ou não por vegetação nativa, com funções ambientais direcionadas a preservação de recursos hídricos, da paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, e a proteção do solo assegurando o bem-estar das populações humanas.

Nesse intuito, é possível observar que o código estabelece a proteção e preservação de áreas de vegetação natural, referente ao territorial nacional, entretanto, as áreas de âmbito urbano são de responsabilidades do Estado e/ou município, que devem seguir a legislação vigente do plano diretor e leis de uso do solo.

A lei é infirmada pelo CONAMA (2002), através da resolução de nº 303 de 23 de março de 2002. O qual estipula diretrizes a serem consideradas em âmbito estadual e municipal, como é o caso da Lei de Uso e parcelamento do solo e o Plano Diretor.

Em relação a Lei Federal de nº 4.771, no Art. 2º é estipulado as áreas de preservação permanente – APP, as quais abrangem as áreas de floresta ou qualquer tipo de cobertura vegetal, que situa-se nas seguintes áreas: ao longo dos cursos d'água, ao redor de lagoas, lagoas ou reservatórios de águas, nascente e olhos d'água, em topo de morros, montes, montanhas e serras, em encostas, nas restingas, dunas, mangues, em bordas dos tabuleiros ou chapadas, que são elas:

> Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:
> a) ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'água, em faixa marginal cuja largura mínima será:
> 1) de 5 (cinco) metros para os rios de menos de 10 (dez) metros de largura;
> 2) igual à metade da largura dos cursos que meçam de 10 (dez) a 200 (duzentos) metros de distância entre as margens;
> 3) de 100 (cem) metros para todos os cursos cuja largura seja superior a 200 (duzentos) metros;
> b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;
> c) nas nascentes, mesmo nos chamados "olhos d'água", seja qual for a sua situação topográfica;
> d) no topo dos morros, montes, montanhas e serras;
> e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45º, equivalente a 100% na linha de maior declive;
> f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;
> g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas;
> h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, nos campos naturais ou artificiais, as florestas nativas e as vegetações campestres (BRASIL, 1964, art. 2º).

Esse artigo apresenta as diferentes áreas que fazem parte da APP, descrevendo e delimitando os espaços que devem ser mantidos em total preservação, ou seja, não necessitam apresentar qualquer forma de ocupação humana que altere seu ambiente. Esta medida, é proposta tendo por objetivo, manter conservada essas áreas fragilizadas.

As APP em área urbana, segundo o MMA (2011) é necessária para a conservação do solo, prevenindo a ocorrência de desastres associados ao uso e ocupação inadequados de encostas e topos de morro; corpos d'água, evitando enchentes, poluição das águas e assoreamento dos rios; a preservação da vida, com a função ecológica de refúgio para a fauna e como equilíbrio do desconforto térmico e ambiental.

Essa lei sofreu inúmeras modificações ao longo dos anos, alterações necessárias para aperfeiçoar a funcionalidade da mesma embora modificada, a legislação ainda apresenta inúmeros impasses, um deles está relacionado as áreas urbanas, analisando o contexto da legislação, podemos identificar que ao definir as APPs e seus limites, não foi considerado o processo histórico de formação das cidades brasileiras.

A Lei nº 6.535 de 15 de junho de 1978, dispõe o Art. 2º, que sofreu uma inserção, passando a conter a alínea "i", que propunha considerar as florestas situadas em áreas de metrópoles. No ano de 1986, foi realizado a ampliação das faixas marginais dos cursos d'água, estabelecida pela Lei Federal nº 7. 511 de 7 de julho de 1976. Já em 1989, ocorreu uma grande modificação, a qual inseriu no Art. 2º alínea "a", que as áreas protegidas dos cursos d'água deveriam ter por referência a largura do nível mais alto da hidrografia.

Essas revisões não atendem os requisitos das áreas urbanas que apresentam uma estrutura diferencial das áreas rurais, passando aos municípios a responsabilidade de configurar a legislação segundo sua realidade. Estas leis em muitos casos são direcionadas atendendo a uma determinada parcela da população, neste sentido foi acrescido a Lei nº. 7.803 de 18 de julho de 1986, esta menciona um parágrafo único, impondo que em áreas urbanas de todo o território, as medidas podem seguir o disposto pelos planos diretores e as leis de uso e parcelamento do solo (MELLO, 2004).

Ganem e Araújo (2010) expõe os diversos questionamentos que são discutidos em relação da validade cientifica dos limites estabelecidos nacionalmente para as APPs, uma vez que, não houve um estudo prévio de topografia, solo ou diversidade para se definir os marcos das faixas de APP. Entretanto, a legislação abrange as necessidades de manutenção da vegetação nativa ao longo dos corpos d'água e demais áreas frágeis.

O aplicar desta legislação, garantiu uma proteção mínima para o solo, a vegetação e a biodiversidade, evitando ou buscando minimizar as calamidades, podendo evitar ou minimizar os flagelos causado pela ocupação e o mau uso destas áreas. Mello (2005) descreve que apesar de haver um consenso em relação a necessidade desse estudo, principalmente em área urbana, nenhuma alteração foi realizada considerando esta questão. Esta dinâmica foi alterada com a inserção da resolução de nº. 302 e 303 do CONAMA, o qual previa a alteração dos artigos referentes as APPs.

Mello (2008), destaca que com a necessidade de revisão do código florestal, foi instaurada em 1999 a Câmara Técnica Temporária de Atualização do Código Florestal, da qual resultou na elaboração de uma minuta aprovada pelo plenário do CONAMA. Em maio de 2000 a minuta foi incorporada e aprovada através de ações do Governo Federal, com o apoio de diversas entidades e dos meios de comunicação.

Em 20 de março de 2002, segundo as resoluções 302, 303 e 369 do CONAMA (2002), é instaurado modificações no quadro das APPs. A resolução 303, estabelecem medidas referentes as áreas de APP, no Art. 3º e 4º. O Art. 3º, apresenta modificações quanto a estrutura das faixas de largura estabelecidas pelo código florestal, acrescentando ainda, a proteção em áreas de refúgio ou reprodução de aves migratórias; em áreas de refúgio de exemplares de fauna ameaçados de extinção e nas praias em locais de reprodução da fauna silvestre. No Art. 4º estabelece que deve ser traçado parâmetros, para a APP, das áreas de reservatórios artificiais e o regime de uso ao seu entorno (MMA, 2004).

Estes parâmetros são apresentados pelo CONAMA (2002) na resolução 302, o qual estabelece medidas protetivas para as áreas de propriedade privada, referente aos reservatórios

artificiais, estabelecendo faixas de proteção e impondo o licenciamento ambiental da área. Esta resolução contempla ainda o plano ambiental, o qual deve ser analisado e aprovado pelo comitê de bacias.

Em 28 de março de 2003, é acrescentada a resolução 369 à legislação do CONAMA (2002), que possibilita a intervenção ou a supressão da vegetação em área de preservação permanente em caso de utilidade pública. Esta medida é determinada, através do consenso que as APPs de posse ou propriedade, são bens de interesse nacional que cobertos ou não por vegetação devem ser protegidos, por integrarem o desenvolvimento sustentável, objetivo das presentes e futuras gerações. Esta é uma forma de resguardar a preservação dos recursos hídricos, da paisagem, da estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, entre outros.

Considerando estas alterações realizadas pelo CONAMA, as APPs não têm a atribuição de preservar a vegetação ou a biodiversidade, mas uma função ambiental muito mais abrangente, voltada, em última instância, a proteger espaços de relevante importância para a conservação da qualidade ambiental como a estabilidade geológica, a proteção do solo e assim assegurar o bem-estar das populações humanas. (MMA, 2011)

Neste sentido, foram estabelecidas pelo decreto 369 de 28 de março de 2006, seis seções que, orientam o uso das APPs em atividades de Pesquisa e extração de substâncias minerais, na implantação de áreas verdes de domínio público e regularização fundiária sustentável em área urbana e na intervenção ou supressão eventual e de baixo impacto ambiental da vegetação em APP.

A seção I, apresenta uma visão geral sobre o uso e a viabilidade de supressão nas áreas de APP, a qual a implantação de obras, planos, atividades ou projetos, para serem aprovados devem ser direcionadas a utilidade pública, interesse social ou para ações consideradas de baixo impacto ambiental. São vetadas supressões em áreas de veredas, restingas, manguezais e dunas. Estes projetos devem ser submetidos a procedimentos administrativos, atendendo a requisitos técnicos aplicáveis no plano diretor, zoneamento Ecológico-Econômico e no Plano de Manejo das Unidades de conservação.

A conservação apresenta requisitos diferenciados a diferentes casos, estabelecidos entre a utilidades públicas e o interesse social, no qual abrange tanto as questões de obras e infraestrutura pública, a preocupação com as áreas ambientais dentro da área urbana, ressaltando as áreas verdes, as APPs, exploração e extração de substâncias minerais, as atividades da regularização fundiária tornando-as sustentável.

Estas normativas apresentam as medidas a serem tomadas nas demais seções, indicando a peculiaridade de cada forma de ocupação, este regimento é introduzido como uma forma de minimizar os impactos que surgiam com as novas formas de exploração das APPs e de corrigir outros que não apresentavam até então medidas protetivas. Para Mello (2004) a Resolução é fruto da forte demanda dos setores do Poder Público, desejosos por estratégias de utilização sustentável das APP, e de diversos atores sociais, muitos preocupados com a regularização fundiária de áreas ocupadas irregularmente.

Segundo Oliveira e Azevedo (2014), a legislação permitiu que os antigos loteamentos, considerados como irregulares por estarem localizados em APP, segundo a Lei nº 4.771/1965, deveriam receber infraestrutura, assim as APPs de acordo com o risco, poderiam receber empreendimentos, uma vez que este arruamento, feito em APP, existe unicamente para viabilizar tais empreendimentos privados. Entre as inúmeras medidas previstas através da lei, consideramos o processo de exploração, que determina um planejamento específico que busca identificar os níveis de alteração, os impactos e as medidas a serem tomadas para a recuperação da área alterada.

Nas áreas urbanas, é imposto pela seção III e IV a implantação das áreas verdes, através da restauração e/ou manutenção considerando as necessidades do ecossistema local. Estas medidas têm por objetivo a proteção das áreas consideradas como frágeis, estas sofrem intensos impactos pela ocupação humana, entre eles, temos segundo o CONAMA, nº 369 de 2006, que segundo o Art. 8º, inciso II, propõe as seguintes iniciativas: a recuperação das áreas degradadas da APP inseridas na área verde de domínio público; a recomposição da vegetação com espécies nativas; a mínima impermeabilização da superfície; a contenção de encostas e controle da erosão; o adequado escoamento das águas pluviais; a preservação de área da recarga de aquíferos e a proteção das margens dos corpos de água.

Estas medidas têm por finalidade mitigar os efeitos que a urbanização vem causando nas APPs, adquirindo deste modo, a melhora na qualidade de vida nas cidades. Estas podem ser realizadas de diversas formas, podendo ser restaurada a área por meio da vegetação ou pela implantação de parques, mirantes, ciclovias, pontes e outros, que tenham como base os espaços livres de impermeabilização, é que apresentem função ecológica, funcional e ambiental.

Nas áreas urbanas a preservação e a recuperação das APPs garantem a manutenção de áreas verdes, requisito essencial para proporcionar uma maior qualidade de vida e conforto ambiental à população amenizando a temperatura e mantendo a umidade do ar. Além disso, é essencial para inserir os elementos naturais capazes de amenizar a poluição visual das cidades que, por normas, se caracterizam por um meio ambiente excessivamente adensado. A

manutenção da vegetação das APPs das áreas urbanas transforma as cidades em um ambiente aprazível, com a inserção de elementos naturais no cenário urbano, garantindo o direito da população a cidades sustentáveis, aclamado pelo Estatuto da Cidade.

Segundo o CONAMA (2006), A seção IV, refere-se à intervenção nas áreas de APP, que apresentam ocupações, neste sentido, estas normativas regularizam áreas já ocupadas por habitações, porém com faixas mínimas de controle, o Art. 9º, inciso IV, impõe faixa mínima de 15 m para cursos d'água de até 50 m de largura e 50 m para os demais. Também é estabelecido ainda neste artigo que se deve ser realizado planejamentos ambientais e a identificação das áreas suscetíveis a inundações, movimentos de massa, deslizamento e outros fins de risco.

As normativas impostas pela Lei nº 369/2006 do CONAMA, foram prerrogativas – referente as APPs – para a nova legislação ambiental. Assim com as diversas modificações da legislação do código florestal, novos debates foram traçados, levando a alteração de muitos artigos, que resultou no chamado Novo Código Florestal, vigente pela Lei 12.651 estipulada em 11 de maio de 2012.

Esta lei estabelece diretrizes gerais sobre a Proteção da Vegetação Nativa, incluindo Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de Uso Restrito; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o monitoramento da origem dos produtos florestais, o controle e prevenção dos incêndios florestais, e a previsão de instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.

O novo código florestal, como é conhecido, foi alvo de muitos desentendimentos entre ambientalistas e urbanistas, os debates tinham enfoque em torno principalmente das normativas que tratam sobre as APPs ao entorno dos cursos d'água, o qual temos de um lado os ambientalistas defendendo a importância da preservação da vegetação nestes espaços e de outro os urbanistas, que dão enfoque ao direito de morar.

Esta nova legislação foi amplamente debatida, uma vez que, o rio tem um grande destaque nas cidades, correspondendo como um dos principais determinantes do desenho urbano. Os ambientalistas argumentam que estas áreas junto à mata ciliar, são responsáveis por um ecossistema rico – fonte de vida e habitat para muitas espécies animais e vegetais – que regula o ciclo hidrológico, determinantes no processo de regulação dos picos de cheia das temperaturas climáticas, além de evitar o assoreamento dos rios. Já os urbanistas defendem que estas áreas podem ser recuperadas conciliando as habitações e/ou áreas de lazer, desde que sejam regulamentadas e apresentem serviços de infraestrutura que minimizem os impactos (DELCOL, 2009).

Neste sentido, o Art. 2º § 2º incisos II, apresenta as áreas de preservação permanente, como áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação, que tem por função ambiental a preservação dos recursos hídricos, a paisagem, estabilidade geológica, entre outros. Estas premissas têm por objetivo assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012). Assim segue como as áreas de proteção vigente:

> Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:
> I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular
> a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
> b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
> c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
> d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
> e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;
> II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:
> a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;
> b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas;
> III - as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento;
> IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros
> V - as encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive;
> VI - as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;
> VII - os manguezais, em toda a sua extensão;
> VIII - as bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;
> IX - no topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25°, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo está definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação;
> X - as áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação;
> XI - em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado (BRASIL, 2012).

Podemos observar que ocorreram diversas modificações quanto ao código florestal anterior, entre elas a metragem das faixas de largura sofreu um aumento, considerando tanto a área urbana como a rural. Ao entorno de lagos ou lagoas naturais, as metragens foram especificadas para as áreas urbanas e rurais, absorvendo uma faixa maior em áreas urbanas, passou a ser estipulado um raio de largura fixo para as nascentes. Neste sentido, podemos perceber que as alterações presentes neste novo código, indicam uma maior proteção as APPs, em relação a essa questão manifesta um ponto a favor aos ambientalistas, mas está longe de ser adaptável a realidade das cidades brasileiras, que possui sua área de ocupação em volta aos cursos d'água, provida de habitação.

Muitos critérios tiveram como determinação a regulação das áreas determinadas pelo Plano Diretor Municipal, as leis de uso e parcelamento do solo e os concelhos estaduais e ambientais do meio ambiente, como demonstra os artigos 7º e 8º, que tratam das áreas alagáveis e das regiões metropolitanas.

Estabelecer medidas em relação as APPs urbanas é um tema de grande dificuldade, principalmente quando evidenciamos os municípios que tiveram sua fundação com dependência dos cursos d'água, para o abastecimento transporte e despejo de afluentes, canalização e bombeamento de água, também devemos destacar os rios da Amazônia, o qual a população implanta nos cursos as suas tradições. (BORGES, 2008).

O uso das APPs continua muito intenso, os debates sobre a ocupação e a preservação destas áreas apresentam picos de discussão, em que horas as questões ambientais sobressaem, horas a questão social. Assim, podemos definir que estas áreas ainda entrarão em pauta nas discussões de ambos os lados, favorecendo ao agente que provir de maiores argumentos. Nos últimos anos, é possível observar que está ocorrendo a valorização das áreas de preservação permanente em áreas urbanas, uma vez que, estas passam a receber infraestrutura e serviços de âmbito ecológico e social, proporcionando a valorização do solo ao entorno.

O processo não foge aos estados da Amazônia, estando presente na cidade de Rio Branco-Acre, a qual o uso das áreas destinadas à preservação permanente é histórico e cultural. Até meados da década de 1990, este processo mesmo que já considerado irregular ainda era a possibilidade do habitar. Hoje a cidade passa por intensas transformações, buscando a regularização das APPs que estão localizadas em áreas de risco, a regularização destas, vem modificando o perímetro urbano, direcionadas por agentes, que são beneficiados com o novo direcionamento da cidade.

1.5 UMA SÍNTESE DA EXPANSÃO DA CIDADE DE RIO BRANCO

A cidade de Rio Branco nasce a margem esquerda do rio Acre, em meio a um porto, que obtinha como função principal o escoamento da produção da borracha. O porto foi concentrado nesta localidade, pela relação espacial, pois apresentava centralidade em relação aos principais seringais, tornando-se parada dos grandes seringalistas que vinham em busca de efetuar suas transações comerciais e enaltecer os negócios financeiros. A população da cidade deste período, baseava-se em sua maioria por comerciantes sírio-libaneses, que se instalavam em casas comerciais as margens do rio e que atuavam principalmente no comércio da seringa.

O processo econômico estimulou a concentração urbana impulsionando o crescimento, levando a cidade a assumir uma condição de desenvolvimento em relação às demais concentrações urbanas do Estado. Temos assim a cidade de Rio Branco que nasceu e se desenvolveu a partir dos interesses capitalistas, pela necessidade da exploração da borracha.

A cidade nasceu como departamento do Alto Acre, no início do ano de 1882, inicialmente foi delimitada como um seringal, denominado como seringal Empresa ao qual era de posse de Neutel Newton Maia, este território incluía o que é hoje os municípios de Brasileia e Xapuri. Em 1904 com a institucionalização da primeira organização política/administrativa, decorre da divisão das terras no território acreano em três departamentos: Alto Juruá, Alto Purus e Alto Acre, onde o seringal empresa foi denominado como Vila e posteriormente no mesmo ano como cidade. [15]

Rio Branco, neste período, atuava como porto de comércio devido à exploração da borracha. A origem dos núcleos urbanos é fundamentada na expansão do povoamento, mas sua institucionalização ocorreu por circunstâncias administrativas e não pela elevação natural de povoações. Em 1912, a cidade, recebe a categoria de município e o seu nome é modificado de Penápolis para Rio Branco. Apenas em 1920, deliberada para tornar-se a capital do território acreano em 1962 (ALMEIDA NETO, 2004).

O crescimento seguia sempre em direção ao traçado do rio Acre, fato característico das ocupações da época que se alocavam as margens do rio principalmente por ser o espaço de comércio e comunicação, facilitando o escoamento da produção e o recebimento de mercadorias, já que os cursos d'água funcionavam como a principal via transporte de pessoas e mercadorias, mantendo-se assim ao longo de aproximadamente três décadas.[16]

[15] MORAIS, 2000, p. 29
[16] Ibid., p. 24

Em 1912 ocorre o primeiro grande declínio da borracha, em virtude da implantação dos seringais da Malásia, provocando a queda no preço do látex e por consequência a falência dos seringais da Amazônia. Esta queda na economia trouxe uma intensa transformação do espaço da cidade de Rio Branco, devido principalmente ao processo de migração, que contou com a vinda dos seringueiros[17] em sua maioria, migrantes nordestinos[18] que saiam dos seringais em busca de emprego e moradia para a área urbana da cidade, passando a ocupar os espaços que até então eram voltados principalmente para o comércio.

Morais (2000) define que a cidade não apresentava muitas características em relação à urbanização, mas que era possível diferenciar precariamente o centro e periferia. O centro, era o local onde se localizava as casas comerciais, o porto e as melhores residências. A periferia onde viviam a maior parte da população de baixa renda, a partir de 1910 deu-se início a algumas construções, como: a estação de rádio, usina elétrica e a delegacia de polícia (1911), seguidos pelo departamento de geografia e estatística, de educação, saúde e o banco do Brasil (1928), estas obras ligadas ao arruamento simétrico traçando e pavimentando as ruas, começaram a modificar a paisagem da cidade e podem ser considerados como a primeira forma de planejamento de Rio Branco.

A partir de 1920 com o governo de Hugo Ribeiro Carneiro, o qual fora nomeado governador pelo presidente da República, Washington Luís, através de decreto datado de 13 de abril de 1927[19] é que teve início a implantação de infraestrutura na cidade. Este ao chegar no Estado se deparou com uma realidade totalmente contrária a sua, segundo ele a cidade permanecia em seu estado primitivo "um espaço formado por toscas construções em madeira, órgãos públicos abandonados e ruas mal preservadas"[20] tomando como medida imediata a estrutura da cidade, através da implantação de infraestrutura e arruamentos.

Com a crise econômica instalada na região amazônica devido à queda da borracha, Rio Branco continuou a receber investimentos. Hugo Carneiro recebia apoio do Governo Federal, com o objetivo de urbanizar a cidade instalando diferentes obras em seu governo com o objetivo de construir prédios em alvenaria e implantando normas de saúde buscando higienizar o espaço da cidade (LEITE, 2007). Assim, o então governador definiu seu plano de governo através da concepção de que tudo deveria ser reconstruído, sua primeira iniciativa foi "tenta impregnar na

[17]Os migrantes eram identificados como seringueiros por habitarem os seringais para a extração do látex.
[18]Migrantes da região do nordeste que vinham, em sua maioria, em busca de riquezas nos seringais nativos acreanos, através da extração do látex e que, com isso, construíram a base genealógica da maior parte população da cidade de Rio Branco (SOUZA 2002).
[19] SOUZA, 2002, p. 45
[20] Ibid., p. 46

população, a necessidade de deixar o passado e suas ruínas para trás, e pensar na construção de um futuro a partir de uma visão progressista da sociedade, ou seja, tudo deveria 'iniciar pelo começo"' (SOUZA, 2002)

Grandes obras que modificaram a cidade foram realizadas neste período, como o Quartel da Polícia, o Palácio Rio Branco a Penitenciária e o estádio do Rio Branco Futebol Clube no limite da cidade, na atual Avenida Ceará teve início em 1929 a construção do Mercado Público (Figura 1), está foi a primeira grande obra de alvenaria da cidade.

Figura 1. Inauguração do Mercado público de Rio Branco

Fonte: PMRB, 2010

A partir de 1930, a cidade teve um lento crescimento em relação a expansão, a organização espacial se restringindo a um relativo adensamento da área já ocupada. A área que obteve ocupação neste período limitou-se a atual avenida Ceará onde ocorriam arrendamentos de terra que eram obtidos pelos ex-seringueiros expulsos de sua atividade extratora com a crise da borracha, e que buscavam a sorte como agricultores (LEITE, 2007).

Durante muitos anos as vilas tinham suas funções direcionadas para a extração ou comercialização da borracha, com a queda dela, a cidade passou a estagnar em seu crescimento e desenvolvimento. Em 1940, o número populacional da cidade era maior que em zona rural, onde é retratado por Morais (2000) que a população urbana era de 14.138 habitantes, enquanto a população rural era de 65.630 habitantes.

Este cenário sofre alteração a partir do início da Segunda Guerra Mundial, precisamente entre o período 1942 a 1945, a partir desta circunstância o estado do Acre, passa a receber novamente uma grande quantidade de migrantes nordestinos para a extração da borracha, os soldados da borracha[21], foram direcionados para ocupar os seringais.

[21]Durante a Segunda Guerra Mundial ocorreu uma nova corrida para a extração do látex financiada pela indústria Bélica norte-Americana. Levando o Governo Federal (Getúlio Vargas) a estimular a migração dos trabalhadores da região do norte e nordeste do país para a Amazônia (SILVA, 2015). Muitos foram recrutados com a possibilidade de optar em servir ao país na Amazônia ou na guerra, os que vinham a Amazônia carregavam o título de soldados, definidos assim os migrantes deste período como os soldados da borracha.

A conjuntura é modificada, quando acorreu um novo e rápido declínio da economia em decorrência ao segundo surto da borracha.[22] Nesta fase, o estado do Acre já abrigava um grande contingente populacional. Este processo levou a cidade de Rio Branco a "experimentar a segunda grande fase de urbanização, apresentando um profundo processo de ocupação espacial resultando em um acelerado crescimento urbano, ocorrido inicialmente pela principal via de tráfego da região, o rio Acre" (SANTOS, 2005, p. 44).

Neste período teve início pelo Governo de Oscar Passos (1941 – 1942), a implantação da colonização das áreas periféricas da cidade. Para isso foram compradas e divididas em lotes de 250 x 100 metros as terras do Seringal Empreza, com o objetivo de incentivar a produção agrícola. Porém neste período, todos os esforços estavam sendo lançados para os seringais, assim o plano de habitação destas áreas foi estagnado (LEITE, 2007, p. 39)

A Cidade passou a ser estruturada no primeiro distrito, local onde fora instalado, os poderes (legislativo, executivo e judiciário), o mercado, a igreja e os demais órgãos. Desde o momento que as obras foram redirecionadas, a população passou a ocupar também estes espaços, modificando os traçados das ruas e os pequenos pontos indicando as moradias.

A expansão da cidade até a década de 1960 foi condicionada para ser ocupada adentrando cada vez mais as áreas do primeiro distrito (faixas verdes), espaço pelo qual ocorreu a implementação das colônias agrícolas. Com a ocupação destas áreas o fluxo urbano, passa a adentrar cada vez mais o primeiro distrito, perdendo o direcionamento as margens do rio e seguindo as estradas e as novas obras que ao longo do tempo vinham sendo instaladas.

Segundo a PMRB (2013), o então governador foi responsável por diversas obras públicas, que alteraram a estrutura do Estado, implantando o Aeroporto Salgado Filho (Aeroporto Velho), a Maternidade Bárbara Heliodora, o Colégio Presidente Dutra, foram algumas das novas realizações de Guiomard Santos, além da conclusão das obras do Palácio Rio Branco e da reforma do prédio da antiga penitenciaria.

Em relação à estrutura urbana, foi neste período que foi construído na cidade o primeiro conjunto residencial da cidade, IPASE. O governador também buscou reestruturar a economia com a implantação de infraestrutura voltada para a produção industrial de cerâmica, tijolos e telhas, das agropecuárias (fazenda sobral), na criação e venda de aves (aviário) e na agricultura (colônias agrícolas).

Podemos caracterizar que a estrutura da cidade foi modificada, devido aos investimentos econômicos e de infraestrutura. A cidade passou por diferentes direcionamentos, e as áreas que

[22]A borracha voltou a ser obtida nos seringais da Malásia, após a liberação das áreas asiáticas que haviam sido ocupadas pelo Japão (MORAIS, 2000).

inicialmente foram ocupadas para atender algum meio de produção com a queda da borracha tornaram-se bairros. “Cada colônia agrícola tornou-se um ‘centro de expansão’ e, entre esses centros, permaneceram espaços não ocupados, recentemente denominados ‘vazios urbanos”’[23].

Apesar da cidade receber diferentes estruturas, estas não foram suficientes para comportar o intenso processo migratório. A partir desta circunstância podemos descrever o cenário da cidade, como um pequeno núcleo urbano, com o mínimo de infraestrutura que passou a receber diariamente um alto número de pessoas ao qual, na atual conjuntura, não apresentava estrutura necessária para comportar as necessidades impostas.

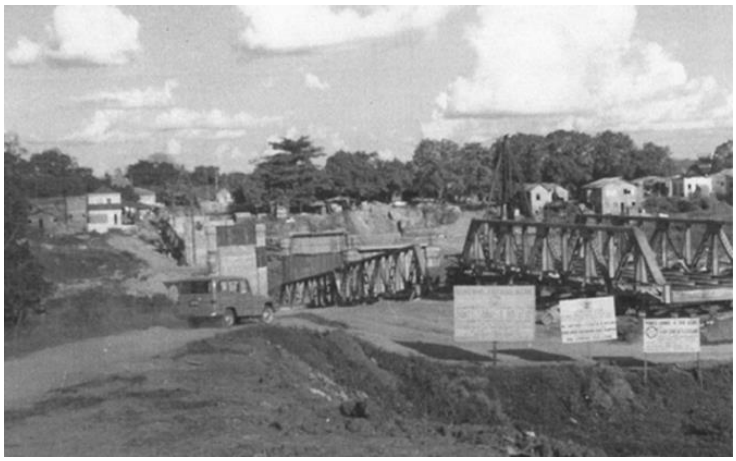
Mesmo que implementado e direcionado, o projeto das colônias agrícolas, implantadas pelo então governo estendia-se pelas áreas do primeiro distrito, atendendo a zona de expansão. As principais são: A Cerâmica, o Aviário, a Estação Experimental, o Aeroporto Velho, a Fazenda Sobral, as colônias São Francisco, Apolônio Sales, Dias Martins, entre outras. Foi a partir da ocupação destas áreas que tiveram origem alguns dos atuais bairros da cidade, revelando os fluxos e processos sociais, a que a cidade esteve sujeita, desde então (PREFEITURA, 2010). É importante ressaltar que as colônias não obtiveram capacidade necessária para atender toda a população emigrante.

Podemos descrever duas formas de ocupação da cidade neste período, a primeira é a população de baixa renda, que passou a ocupar as margens dos igarapés ou a periferia urbana. E a segunda forma de ocupação foi destinada à população com algum poder aquisitivo, estas foram atendidas através da construção e venda de conjuntos habitacionais (MORAIS e VENTURATO, 2013).

Foi um período de grande expansão e instabilidade para a cidade, algumas obras, porém, foram instauradas pelo atual governador Jorge Kalume (1961-1971), que em seu mandado foi responsável pela construção do Mercado dos Colonos, Mercado do Bosque, do Palácio das Secretárias, sua obra mais importante, porém foi a construção da Ponte Juscelino Kubitschek (Figura 02). Esta obra foi responsável pela integração do 1º e o 2º Distritos, que até então a travessia era feita por transporte fluvial[24].

[23] PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO (PMRB), 2013, p. 76
[24] Ibid., p. 103

Figura 2. Construção da Ponte Juscelino Kubitschek



Fonte: PMRB, 2010

Ao longo dos anos a cidade de Rio Branco, passou por várias modificações, diferentes gestores implantavam obras e infraestrutura, porém não havia um planejamento efetivo para a cidade, o que foi agravado com os intensos fluxos migratórios. Na década de 1960, Rio Branco é elevada à categoria de capital do Estado, recebendo inúmeros investimentos. Atrativo que gerou uma nova migração proveniente de todas as regiões do país, mas agora direcionada principalmente para a capital, estas populações vinham em busca de atender estas demandas, em sua maioria universitários, predominando médicos e professores.

Na década de 1970, o Acre, passa por novas modificações que derivam dos investimentos implementados pela incorporação do território à fronteira agrícola, estes tinham como objetivo ocupar a Amazônia e integrá-la ao resto do país através da construção das rodovias, de incentivos fiscais e dos programas agropecuários, acarretado em todo o estado um novo reordenamento das atividades econômicas (MORAIS, 2000).

Segundo Leite (2007) este processo origina-se a partir da criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) onde foi elaborado um Plano de Desenvolvimento na Amazônia, executado entre os anos de 1972 a 1974. Seu objetivo central consistia na promoção do progresso de novas áreas e ocupação de áreas vazias na Amazônia. Dessa forma, fazendas de gado favorecendo ricos empresários estrangeiros e brasileiros foram implantadas em todo o Estado.

Esta nova abertura, trouxe uma intensa ocupação, desta vez a migração originou-se da população do sul e sudeste do país. Estes adquiriram posse de grande parte das terras do Estado, ocasionando alto índice de desmatamento e conflitos gerados entre os posseiros, os indígenas e

os novos proprietários. O impasse levou a luta acarretando a morte e expulsão dos posseiros e indígenas.

Santos (2005), relata que a população seringueira e os pequenos colonos foram expropriados, levados a migrar ou para a Bolívia onde buscavam a extração da borracha, ou para as cidades em especial a capital. Novamente Rio Branco passou por uma intensa modificação em sua paisagem.

As migrações da década de 1970 não ocorreram somente pela exclusão sócio territorial do campo, mas que as atividades econômicas e financeiras (que incidiu sobre a modernização das funções urbanas, como: a universidade, os equipamentos de saúde, bancos, as companhias de desenvolvimento e os estabelecimentos comerciais e escritórios técnicos. As populações vinham para as cidades, em busca de emprego, melhores condições econômicas, acesso à saúde, educação para si e para os familiares, contudo ao chegarem à cidade, se deparavam com uma realidade adversa ao seu imaginário.[25]

Com a intensa ocupação a procura pela terra urbana passou a se tornar cada vez maior, elevando assim o valor do solo, levando a população de baixa renda a ocupar áreas cada vez mais afastados do centro urbano, com isso, novos bairros surgiam na zona de periferia através da venda dos terrenos por um baixo preço ou pela invasão-ocupação.

À medida que os migrantes se estabeleciam na cidade, os vazios urbanos e os novos espaços eram ocupados, o urbano se sobrepondo cada vez mais ao rural. Através desta rápida ocupação a expansão ocorre através de três eixos: o primeiro se dá nos locais da zona ampliada, o segundo onde concentrava um elevado número de moradores de baixa renda e o terceiro seguia o caminho do antigo aeroporto. [26]

Temos o primeiro eixo refere-se as áreas de antigas colônias agrícolas, que como já exposto tinha como objetivo a ocupação designada para produção e abastecimento da cidade, porém estes espaços posteriormente tornaram-se áreas de habitação sendo delimitados como bairros. Foi ocupado irregularmente, sem condições necessárias para moradias. A infraestrutura vai ser implantada ao longo dos anos, seguida presença de órgãos públicos o que levou a rápida valorização do solo.

O segundo eixo, refere- se as ocupações em áreas de risco, como é o caso das margens do rio Acre. A apropriação destas áreas ocorreu pela população de extrema pobreza, sem intervenção por parte do governo, as obras públicas não atingem estes espaços, por serem locais

[25] MORAIS, 2000, p. 101
[26] Ibid., p. 101

considerados inapropriados para habitação, pela presença das constantes alagações[27] e os movimentos de massa.

Para Santos (2005) O rio Acre foi determinante no processo de ocupação e formação da cidade de Rio Branco, contudo, estas áreas rapidamente apropriadas sem estrutura, representavam um problema urbano, que surge desde a formação da cidade e prosperou ao longo dos intensos fluxos migratórios. Este não atinge apenas o rio, os demais cursos d'água que cortam a área urbana, também são afetados. O terceiro eixo refere-se a área do antigo aeroporto, a ocupação nestas áreas foi mais lenta, apresentando inúmeros vazios urbanos, intensificando ao longo das décadas posteriores.

Segundo Morais (2000, p. 104)

> Estes bairros não dispõem de infra-estrutura que atenda às necessidades mínimas de higiene e conforto. E o dramático é que também estão localizados na planície fluvial do Rio Acre, local este que anualmente é tomado pelas cheias, e também de maior incidência dos movimentos de massas, o que vem a provocar perdas materiais das casas e dos equipamentos urbanos instalados.

Em 1988 é implantado o primeiro Plano Diretor da cidade de Rio Branco, ou seja, definido como Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, este apresentava como objetivo propor o melhor aproveitamento das potencialidades locais, buscando estruturar a cidade através da ordenação adequada do uso do solo urbano.

O então Plano Diretor, conceitua as inúmeras irregularidades que a cidade apresenta em sua malha urbana, esclarecendo que é "irregular e totalmente dispersa' características obtidas devido o núcleo urbano sofrer 'nas últimas décadas um acentuado crescimento, devido à formação de novos loteamentos e de áreas invadidas"' (PMRB, 1986, p.41). A partir destes fatos é desenvolvido o planejamento através das diretrizes, que devem atuar na eliminação dos problemas e impossibilitar o surgimento de novos.

Este plano propiciou a primeira ordem de planejamento efetivo da cidade. Através de suas diretrizes delimitaram os espaços em zonas, que propunham o crescimento e desenvolvimento direcionado com a infraestrutura adequada, conforme imposto pelos novos padrões.

O planejamento foi executado ao longo dos anos, porém com inúmeras alterações, que atendia a diferentes necessidades não descritas no plano que seguiam o direcionamento dos

[27]Transbordamento de água da calha ou acúmulo de água por drenagem deficiente, em áreas não habitualmente inundáveis (CASTRO, 2003).

agentes produtores da cidade, outro fator desfavorável no processo de controle e implantação das diretrizes foi a continuidade do processo de expansão que se tornava cada vez mais amplo.

A cidade continuava expandindo rapidamente e sem a implantação das diretrizes. Nas décadas de 1970 a 1990 a cidade ganhou uma nova estrutura, uma destas condicionantes foram os conjuntos habitacionais. Até a década de 1990 já era encontrado em diferentes pontos da cidade o total de 26 conjuntos habitacionais proporcionando a ampliação do mercado imobiliário, que ganhou mais força, devido à procura e a valorização da terra urbana.

Este cenário só vem ser modificado a partir da década de 1990 quando é implantado projetos de infraestrutura, atendendo a obras de revitalização, de ampliação e reestruturação, proporcionando uma nova paisagem a cidade que ainda continuava a expandir em área e em população.

A partir de 2000 o governo do Acre surge com a proposta de loteamentos para famílias de baixa renda através de programas de habitação. É através da formação destes conjuntos habitacionais e de loteamentos que a cidade vai sendo projetada, passando de 23 bairros na década de 1990 para 61 em 2010. Demonstrando assim que a cidade teve um grande processo de expansão (MORAIS, 2000).

Rio Branco foi constituindo-se, seja através da ocupação “irregular” ou das políticas de habitação. O Estado está sempre direcionando a cidade, apresentando ou não intervenções no processo de planejamento e construção do urbano, posto Rio Branco seguiu sua ocupação e expansão direcionada pelo capital, seja pela economia da borracha, das imobiliárias ou do Estado.

2 CAPÍTULO 02: MATERIAIS E MÉTODOS

2.1- ÁREAS DE ESTUDO

A cidade de Rio Branco localizada no estado do Acre entre os paralelos 9°30’ e 10°30’ S e, entre os meridianos 67°30’ e 69°30’ W, faz fronteira com os municípios de Bujari, Porto Acre, Xapuri, Capixaba, Senador Guiomard, Plácido de Castro e Sena Madureira. Foi estipulada como capital em 1920, apresenta população estimada em 383.443 habitantes, em uma unidade territorial de 8.834, 942 km², os quais 308.418 estão localizados em zona urbana[28].

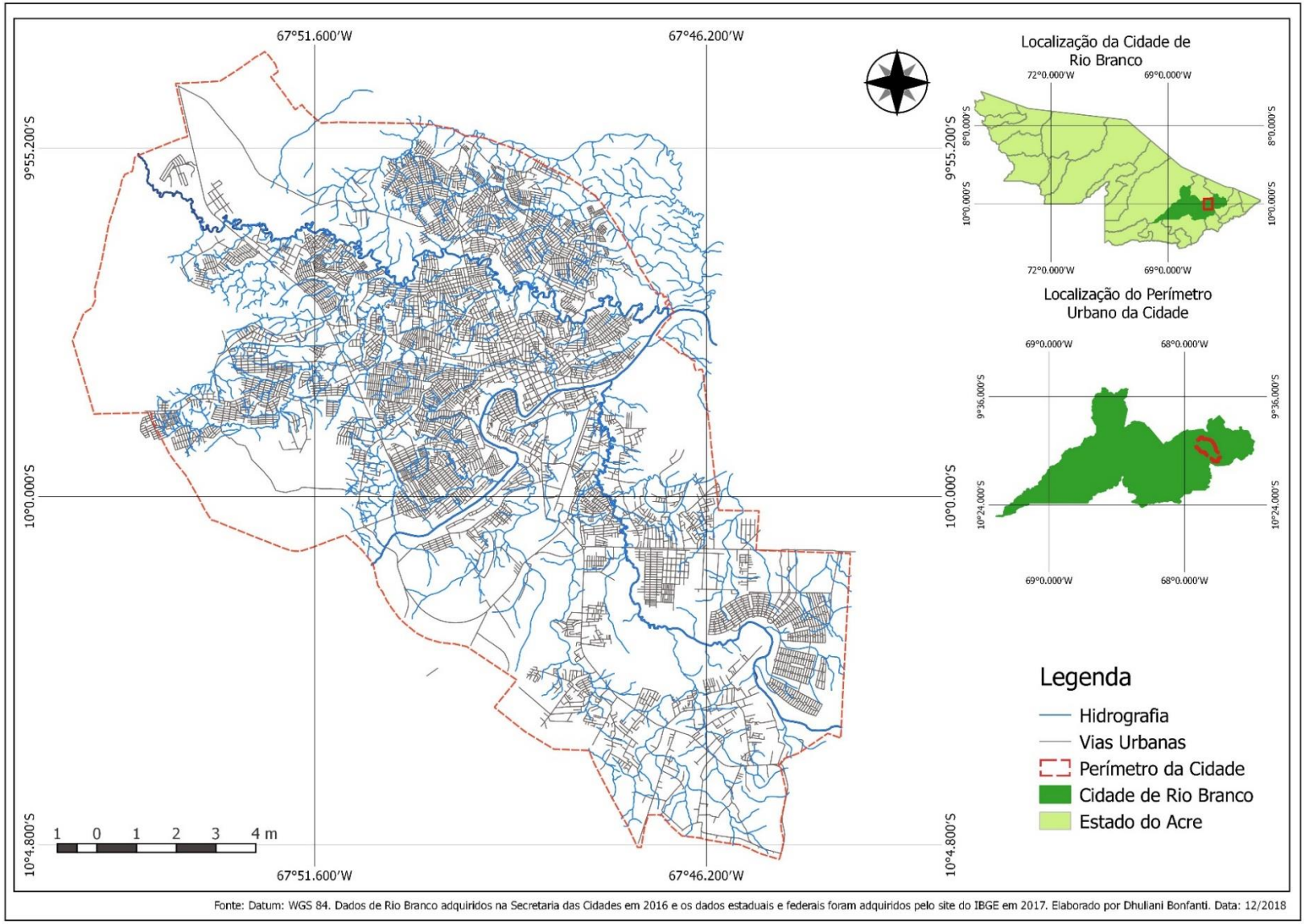
De acordo com a base cartográfica do Plano diretor da Secretária das Cidades-SDC (2016), Rio Branco atualmente conta com o total de 112 bairros, com os mais variados índices de ocupação. A maior parte destes bairros não apresentam planejamentos por parte do poder público e por consequência da precária infraestrutura, estando alguns deles em áreas de risco.

A Cidade tem passado por intensos processos de modificação em sua estrutura urbana, ocorrendo devido à necessidade de regularização das áreas de preservação permanente – APP, que são consideradas áreas de risco por apresentarem fragilidades ambientais devido as cheias e as ameaças de deslizamentos de terra. Através destas características, foi definido a análise do processo de planejamento e gestão da cidade com enfoque nos três principais cursos d’água, nestas áreas estão ocorrendo com mais intensidade os processos de reestruturação da paisagem urbana, modificações impressas tanto com a retirada da população como com a nova ocupação direcionada pelo planejamento.

Os cursos d’água, delimitados como recorte espacial nesta pesquisa, estão distribuídos no perímetro urbano da cidade é atingem as áreas consideradas como de risco, percorrendo o total de 25 bairros, são eles: rio Acre, igarapé Judia e igarapé São Francisco (Figura 3). Os igarapés São Francisco e Judia, são canais tributários da bacia, desaguando as margens do rio Acre no perímetro urbano do município.

[28]Informação obtida através do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010 < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/rio-branco/panorama> Acesso em: 31/07/2018.

Figura 3. Mapa de localização da área de estudo



Fonte: Datum: WGS 84. Dados de Rio Branco adquiridos na Secretaria das Cidades em 2016 e os dados Estaduais e Federais foram adquiridos pelo site do IBGE em 2017. Elaborado por Dhuliani Bonfanti.

O Rio Acre nasce em território peruano entre 300 a 400 metros de altitude, faz fronteira com a Bolívia (Bolpebra e Cobija), em território acreano drena na cidade de Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Rio Branco porto Acre. Atravessa o estado do Acre no sentido Sul/Norte, desaguando no Rio Purus no estado do Amazonas. A bacia do Rio Acre drena a área mais povoada do estado do Acre. Pode-se dizer que, em 2010, 59% da população do estado do Acre vivia na bacia[29].

A bacia hidrográfica compreende uma grande extensão abrangendo uma densa rede hidrográfica, tal característica levou Duarte (2011) a delimitar a bacia em cinco microbacias, que são elas: Trinacional, abrange parte do território do Peru, Bolívia e Brasil, com 7.200 km²; a microbacia Xapuri, tem como rio principal o rio Xapuri com 5.200 km² seguida pela microbacia do Rola com 10.200m²; prosseguindo temos a microbacia de Porto Acre, com extensão de 2.700 km² seu curso principal é o rio Acre e compreende as cidades de Rio Branco e Porto Acre e pôr fim a microbacia Biestadual que se estende do estado do Acre ao Amazonas, possuindo dimensão de 9.300 km².[30]

A bacia do Rio Acre e suas microbacias não são apenas os seus recursos naturais, como as águas, solo e floresta, mas, são também o seu movimento, como as rodovias, fazendas e cidades.[31] O rio é vida e movimento e é nesse sentido que procuramos compreender o processo de planejamento e gestão da cidade de Rio Branco. Assim nossa área de pesquisa compreende a microbacia de Porto Acre, que apresenta como principal rio o Acre (Figura 4), um dos cursos analisados, seguido pelo igarapé São Francisco e o Igarapé Judia.

Figura 4. As margens do rio Acre

Fonte: Dhuliani Bonfanti, 2017.

[29] BESER de DEUS, 2015, p. 3
[30] A extensão das microbacias apresentadas neste momento é referente a área de drenagem.
[31] Ibid., p.3

Referente ao rio Acre, é analisada apenas a área do rio que se situa dentro do perímetro urbano o que é referente a uma extensão de 15.83 km de comprimento. Está localizado na parte central da cidade, dividindo-a em dois distritos. Seu curso atravessa 17 bairros, com a área de APP definida em 100 m[32] para cada lado, correspondendo a uma área total de 2.744 km².

O rio Acre é palco de inúmeros cenários por se tratar de uma área suscetível a inundações, densamente ocupada, apresentando períodos de cheia e seca. Podemos determinar alguns fatores responsáveis por este processo, como a variabilidades climáticas, que apresenta intensos períodos de cheia e seca provocados principalmente pela sazonalidade da chuva, a potência de vazões e das ocupações irregulares que tiveram um acréscimo a partir da década de 1970, e outros.

Segundo PMRB (2016) A cheia é um processo recorrente no município, com maior ou menor intensidade. Este período de intensas chuvas ocorre de novembro a abril atingindo toda a bacia, que é extensa e que apresenta um fator que a torna vulnerável a intensa densidade ocupacional, que também contribui para a ocorrência do fenômeno de inundações.

> Grande parte das áreas inundáveis do Município de Rio Branco está localizada na Planície de inundação do Rio Acre. Quando ocorre o transbordamento do curso d'água, cujo volume de vazão excede a capacidade da calha principal, finaliza por atingir, de forma efetiva, as habitações ali instaladas e, dependendo da magnitude e intensidade das chuvas, chegam a afetar, também, as edificações localizadas em áreas próximas, por intermédio de redes de drenagem. (PREFEITURA DE RIO BRANCO, 2016, p. 07).

O rio possui grande importância histórica para a cidade, uma vez que esta nasceu, se desenvolveu e está sofrendo o processo de reorganização em suas margens influenciando as áreas dos demais cursos d'água, como é o caso do igarapé São Francisco e o Judia.

O igarapé São Francisco (Figura 5), apresenta o comprimento total de 39.3 km, com 31.66 km é encontrado em área urbana, este atravessa o primeiro distrito da cidade, percorrendo de norte a sul toda área deste perímetro, neste trajeto perpassa por entre 21 bairros.

[32] Esta delimitação foi definida de acordo com as normas do CONAMA 303 de 2002.

Figura 5. Igarapé São Francisco

Fonte: Dhuliani Bonfanti, 2017

O curso apresenta uma área de proteção ambiental - APA denominada como APA do São Francisco estipulada pelo Decreto 12.310 de 14 de junho de 2005 que abrange os municípios de Rio Branco e Bujari, com uma área de 30.004 ha. No perímetro dessa área podemos encontra três parques, que são eles: Parque São Francisco[33] conta com uma área de 1.050 km, percorrendo os bairros Raimundo Melo e Procon; o Horto Florestal é o mais antigo parque público do município, localizado no bairro Conquista, seu tamanho corresponde a 17 ha e o Parque Zoobotânico, faz parte da Universidade Federal do Acre – UFAC, com aproximadamente 100 ha, caracterizado como o maior espaço verde da cidade[34].

O segundo maior igarapé em área urbana que deságua no rio Acre, refere-se ao Judia (Figura 6) com extensão de 28 km, abrange o município de Sena Madureira onde encontra-se sua nascente e deságua no rio Acre, bairro 6 de agosto. Ao que se refere a área de estudo desta pesquisa, o igarapé percorre cerca de 19,17 km, cruzando o segundo distrito da cidade, passando por 10 bairros.

[33]Prefeitura de Rio Branco (PMRB). Parque são Francisco: Disponível em < http://www.pmrb.ac.gov.br/index.php/noticias> Acesso em: novembro de 2018

[34]Universidade Federal do Acre (UFAC). Parque Zoobotânico <http://www.ufac.br/site/nucleos/parque-zoobotanico> Acesso em: novembro de 2018

Figura 6. Margem do igarapé Judia.

Fonte: Dhuliani Bonfanti, 2017.

Os três cursos d'água, apresentados caracterizam-se por um fator em comum, o intenso processo de ocupação em suas margens ao longo dos anos. A urbanização está passando por alterações intensas nestes espaços, essas modificações são decorrentes da retirada das populações das áreas de risco, (principalmente as margens do rio Acre), direcionando-as á diferentes espaços dentro da cidade.

A ocupação nessas áreas, fazem parte de um processo migratório, que deve ser contextualizado para que haja entendimento do que levou a formação, expansão, ocupação e agora reorganização nas APPs da cidade. É necessário considerar nesta apresentação da cidade a relação da população com a hidrografia, de forma que se possa perceber por que essas áreas são densamente ocupadas e as dificuldades de retirada desta população.

2.2 - O MÉTODO DE ANÁLISE

A ciência tem por objetivo buscar a realidade e sua comprovação. O caminho para se produzir uma pesquisa cientifica é através do método que é o condutor do trabalho aliado a metodologia, que define as etapas e ferramentas no processo. Gerhardt e Silveira (2009) relatam que o método traz a possibilidade de um entendimento e aproximação da pesquisa com a realidade, fornecendo subsídios para uma investigação do real buscando resolver a problemática da análise em estudo.

Entendendo este aspecto, compreendemos que o método utilizado no desenvolver da pesquisa, caracteriza-se pelo método Dedutivo, adequando-se a análise e ao desenvolvimento que o estudo propõe. Bacon (2002), descreve que a interpretação dos

fatos deve seguir um método, e que a partir dele é possível realizar uma compreensão da natureza.

A compreensão do meio, definida por Bacon (2002), sugere que seja estabelecido formas de análise, para que o homem possa compreender as inúmeras reações que surgem com as modificações do espaço pelas ações antrópicas, com o auxílio de diferentes ferramentas e técnicas. Sem deixar de ter como principal víeis as ações traçadas pela natureza, algo que para o autor, não pode ser distinto.

Lakatos e Marconi (2001) descreve que esta análise deve partir de uma hipótese que objetiva observar todas as premissas que o compõe. Para se chegar a uma compreensão, os fatores analisados devem ser generalizados, gerando inúmeros componentes que necessitam seguir uma interpretação baseada nas leis e teorias. Uma vez estas estabelecidas, são aplicadas a uma realidade geral e confirmada em um contexto específico. Esse método baseia-se na contextualização das leis e teorias gerais para as especificas.

Buscando desenvolver a pesquisa, partindo do método dedutivo, foi estabelecido uma construção metodológica, que facilitaria o aprimoramento da análise, distribuindo-os em etapas, o qual proporcionou facilidade na identificação dos diferentes fatores que o processo de planejamento e gestão utilizam para na formação e desenvolvimento do espaço da cidade. Com isso, foi aplicado a metodologia em níveis, estabelecida por Libault (1971), e agregadas inúmeras técnicas que assistiram à investigação dos dados.

A metodologia proposta por Libault (1971) seguem quatro procedimentos denominados de níveis, que são eles: compilatório, correlativo, semântico e por fim, normativo. Os níveis são fases que atuam como um ciclo, seguindo sequência lógica entre as etapas, no entanto, esta metodologia permite o retrocesso entre os pontos, os quais se articulam entre uma etapa e outra, podemos assim dizer que são interligadas. No momento em que um nível não intercede o próximo, o retorno é ajustado, dependendo da necessidade, procedendo na preparação, desenvolvimento e fechamento da pesquisa que proporciona a validade e confiabilidade nos resultados.

O primeiro nível o compilatório, compreende a coleta dos dados e informações necessárias para dar base a pesquisa. Esta primeira etapa consistiu também na seleção e análise inicial dos dados recolhidos, avaliando o grau de confiabilidade do material pesquisado a organização inicial possibilita “a hierarquização dos dados, dentro de uma composição racional da pesquisa” (LIBAULT, 1971 p. 05). O nível compilatório se

intercala nos demais níveis, estar em processo constante de alteração podendo receber novos dados e excluindo antigos conforme a necessidade.

O segundo nível apresenta os procedimentos de correlação, onde os elementos obtidos são analisados e ordenados passando por processos de exploração, afunilamento e averiguação utilizando como parâmetro a comparação dos dados resultando em informações que agrupam diferentes variáveis representadas. Este processo segue procedimentos de correções e delimitação de fatores necessárias como exclusão e/ou inserção de dados, resultando no afunilamento do conjunto de informações.

O terceiro nível refere-se ao semântico que compreende na percepção e interpretação das bases obtidas e organizadas nas etapas anteriores, podendo resultar em mapas e tabelas, itens que caracterizam e ilustram as diferentes variáveis de forma lógica e precisa, portanto, este processo permite identificar, organizar e reduzir os dados com uma abordagem coesa da concepção do problema.

O quarto e último nível, o normativo, é identificado com a função de traduzir os resultados que devem ser estabelecidos e interpretados seguindo uma lógica que sustente a estrutura da ciência geográfica convertendo-os em propostas e/ou normas resultantes. Este processo é possível por meio de modelos de caracterização do fenômeno, resultante da correlação das variáveis utilizadas e desenvolvidas nos três níveis anteriores.

2.3 - APLICANDO A METODOLOGIA DE LIBAULT (1971).

Para a inserção da metodologia na presente pesquisa, foram inseridas distintas técnicas acopladas entre os quatro níveis. Este processo potencializou a estrutura metodológica atendendo as necessidades estabelecidas para o estudo do urbano. Estas adaptações foram imprescindíveis, posto que para a compreensão desta área de pesquisa requer processos específicos, já que o objeto analisado é uma composição de fragmentos que está em constante transformação, recriando e modificado conforme as relações sociais de produção. Expressando suas formas e valores representados pela justaposição de diferentes paisagens e usos, cuja unidade é mantida através das relações entre as diversas partes (ROSSINI, 2001).

A compilação dos dados (primeira etapa) foi a de maior complexidade, considerando que este nível, fundamenta as informações obtidas tornando-as relevante enquanto pesquisa cientifica, pois, nenhuma ciência pode se apoiar em bases imaginarias (LIBAUT 1971).

As informações coletadas foram divididas em dois tipos, que são eles: dados bibliográficos e dados cartográficos. Os dados bibliográficos obtiveram como foco principal a coleta de informações sobre o espaço urbano, áreas de proteção permanente-APP e a legislação ambiental e urbana. Os dados cartográficos consistiram em colher a maior quantidade possível de informações vetoriais sobre a cidade e as áreas de APP delimitadas como foco na pesquisa.

A principal ferramenta utilizada neste processo foi a inserção do geoprocessamento aplicado através do SIGs que forneceu meios para o arquivamento, a gestão, manipulação, análise e representação dos dados. Esta ferramenta oportunizou o mapeamento dos dados trazendo informação do objeto sob o espaço "com a ajuda de um SIG, podemos explicar e visualizar relações espaciais, representá-las e apresentá-las em formas de mapas" (LANG e BLASCHKE. 2009, p. 42).

Para a geografia, o geoprocessamento tem um importante papel, compreendendo a distribuição dos dados sob o espaço, empregando-se de acordo com a necessidade da pesquisa e dos dados a ser obtidos e representados, neste sentido o quadro a baixo (Quadro 1) apresenta a ampla capacidade do SIG e uma parcela das possíveis informações e resultados que podem ser obtidos.

Quadro 1. Áreas de aplicação e uso do SIG

Área de Aplicação	**Explicações/Exemplos**
Desenvolvimento do Uso do solo	Detecção de Uso e Cobertura do solo por meio de classificação de fotos aéreas e imagens de satélite; Análises de mudanças (change detection).
Planejamento da Paisagem	Preparo de planos da condição atual e para a representação de cenários, para apoiar a tomada de decisão e para o planejamento de medidas.
Gerenciamento dos perigos à natureza	Análise e avaliação de processos dos perigos da natureza e seus efeitos; Aplicação de medidas de proteção a aglomerações; Modelagem do potencial de perigos.

Fonte: Lang et al. (2009 p. 47). Adaptado pela autora.

Durante o desenvolvimento da pesquisa acerca da análise da área de APP, da cidade foram utilizados inúmeros processos, desenvolvidos através das ferramentas de geoprocessamento que possibilitaram identificar as transformações recorrentes na cidade e principalmente nas áreas de principal enfoque captadas através da identificação e

caracterização da cobertura do uso do solo e na análise da representação da estrutura do espaço.

Este processo estivera inclinado ao uso da ferramenta QGgis, que possibilitou atender as exigências do mapeamento através da identificação e projeção de dados assim como a espacialização dos mesmos e de outros. O procedimento contou com inúmeros mecanismos, caracterizando-se na construção, avaliação de bases cartográficas e através da correção espacial das imagens de mosaicos aéreos descritos a seguir.

2.3.1 – Nível Compilatório

Na pesquisa bibliográfica foi utilizado materiais como: artigos, livros, dissertações e teses. Priorizando a utilização de autores que desenvolvem estudos caracterizados como referências na linha de pesquisa urbana e ambiental. A busca por estes encaminhou-se através de dois meios, com materiais impressos (livros) online (artigos, dissertações e teses). Os livros tornaram-se as referências mais utilizadas, por seu aprofundamento no conteúdo.

Este modelo foi definido seguindo passos delimitados por critérios de investigação, tornando a busca por informações mais rápidas, dinâmica e eficiente. Este processo determina algumas ações limitando os temas e os meios de pesquisa (figura 08).

Figura 7. Organização da pesquisa Bibliográfica

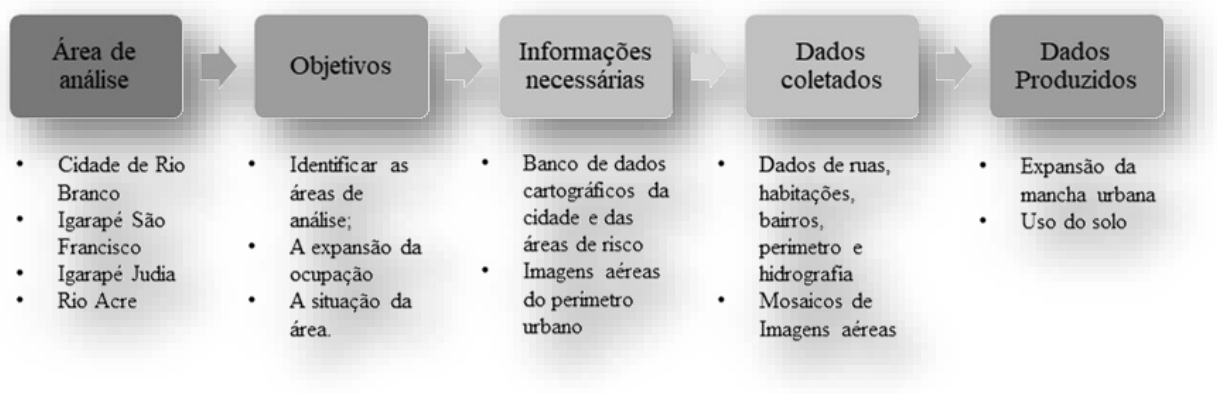
Fonte: Elaborado pela autora

Foram identificados como referências no campo de conhecimento os autores cujas pesquisas estão voltadas para as áreas que retratam as questões urbanas, ambiental e urbana-ambiental, consolidando o banco de dados bibliográfico, destacando os seguintes autores, como os principais na temática: Lefebvre, Harvey, Santos, Sposito, Corrêa, Rodrigues, Souza, Martinelli, Mello e Carlos, entre outros.

A legislação urbana e ambiental, foi amplamente utilizada, os principais foram o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor da Cidade de Rio Branco. Para abranger as questões urbanas foram utilizados o Código Florestal Brasileiro e o CONAMA.

A base cartográfica foi adquirida conforme estabelecida através da temática do espaço a ser analisado, da identificação dos problemas a ser solucionado e dos resultados almejados. Com isso foi possível definir as necessidades da pesquisa, identificando as informações a ser coletadas e as que deveriam ser produzidas (Figura 10).

Figura 8. Organização da pesquisa Cartográfica



Fonte: Elaborado pela autora

Para a coleta de dados da pesquisa cartográfica, foi realizado uma avaliação previa que possibilitou identificar os órgãos municipais e estaduais que atuam na área de planejamento e gestão da cidade. Entre os órgãos que tem acesso a estas áreas, foi possível adquirir as informações necessárias com suporte da Secretaria das Cidades do município, da Secretária de Estado de Habitação e Interesse Social – SEHAB e pela Vectra MultiEngenharia (Quadro 02).

Quadro 2. Base de dados da pesquisa

Fonte	Base de dados	Conteúdo	Série Histórica
Secretaria das Cidades - SDC	Hidrografia	Rios, Igarapés e canais	2016
	Toponímias	Rodovias, avenidas, ruas e becos	
	Bairros	Limite dos 136 bairros	
	Perímetro	Limite do perímetro	
	Regionais	Limite das 10 regionais da cidade	
	Loteamentos	Limite de loteamentos	
	Habitações	Identificação das habitações do município	
	Áreas de risco	áreas com movimento de massa	
	áreas de Alagamento	Mancha das áreas atingidas na cota de alerta em 16,40m e 18,0m	2014
	Áreas com probabilidade de risco	áreas com probabilidade de movimento de massa	2006
	Fotografias aéreas	Mosaico de Fotografias aeroveticais	2013
Vectra MultiEngenharia	Fotografias aéreas	Mosaico de Fotografias aeroveticais	1980 - 1998 - 2006 e 2015
Secretária de Estado de Habitação e Interesse Social – SEHAB	Habitações em áreas de risco removidas	Localização das áreas de risco que sofreram remoção	2018
	Programas de habitações	Localização das instalações do programa de habitação	

Fonte: Elaborado pela autora.

A base cartográfica é dividida em dados vetoriais e raster. Dois agrupamentos de extrema importância que fornecem diferentes informações, os raster (imagens) possibilitam detectar, identificar e gerar informações sobre diferentes fenômenos, que são definidos de acordo com o objetivo e as ferramentas da pesquisa, Jensen (2009). Os vetores descritos geometricamente por um sistema de coordenadas podem ser representados a partir de ponto, linha ou polígono Lang e Blaschke (2009).

As imagens, refere-se a mosaico de fotografias aéreas com a extensão de cobertura definida a partir do perímetro da cidade[35], foi obtido os mosaicos da década de 1980 os

[35]A cobertura do mosaico de imagens aéreas é alterada seguindo as mudanças do perímetro urbano.

anos de 2004, 2006 e 2015. Fornecido pela empresa Vectra MultiEngenharia em escala 1:25.000, com sistema de referência WGS 84. A Secretaria das cidades-SDC, forneceu o mosaico do ano de 2013 com escala de 1:15.000.

Todos os shapes foram modificados para o sistema de referência WGS 84, buscando está de acordo com o sistema que já estavam estabelecidos nos mosaicos de fotografias aéreas. Este fator, refere-se à fragilidade que os mosaicos apresentavam referente a possíveis modificações.

Os dados do tipo vetor em arquivos de formato shapefile, compreendem os seguintes aspectos: logradouros, hidrografia, bairros, áreas de risco, perímetro, habitações e as zonas urbanas. Apresentam sistema de coordenadas em Sirgas 2000, com escalas de vetorização que variam conforme a finalidade do arquivo. Procederam da Secretaria das Cidades-SDC.

Através da coleta destas informações foi possível gerar um banco de dados, que possibilitou agregar todo o material. Estas informações foram revisadas e ajustadas utilizando como ferramenta de SIG o QGis 2.18. que também foi empregada durante o processo de construção e adaptação do mapeamento. Estes ajustes foram baseados em correções, nos quais todos os arquivos foram salvos na projeção WGS 84.

A etapa apresenta modificações do sistema de coordenadas e a verificação das informações que cada shapefile continha e quais poderiam ser gerados através deles. Ao final deste primeiro nível tivemos como resultado a formação de um banco de dado bibliográfico e cartográfico com análise prévia dos arquivos, extraindo informações e possíveis falhas.

2.3.2- Nível Correlativo

Os mosaicos de imagens e as bases cartográficas proporcionaram o conhecimento e espacialização do município, podendo assim delimitar as áreas de influência para a pesquisa e a coleta de dados iniciais. Esta organização previa possibilitou identificar quais bases coletadas e quais necessitavam ser geradas.

A partir desta observação foi identificado a área de proteção dos 3 cursos d'água, utilizando as normas definidas pelo Concelho Nacional de Meio Ambiente-CONAMA, através da lei 303 artigos 2º e º3 define as APPs nas faixas marginais de cursos d'água, na busca de proteção dos mananciais.

O nível constatou-se a necessidade de gerar informações de classificação e uso do solo das áreas de APPs e a evolução da mancha urbana da cidade. A cidade é produzida através da interação entre o homem e o espaço, do homem que transforma o espaço que habita, tornando-o fruto dos processos históricos vivenciados e construídos ao longo dos anos. Essas alterações resultam de movimentos superficiais da sociedade, tornando-se um conjunto de relações, de formas, funções e sentidos (SANTOS, 1991).

O processo de reorganização espacial segundo Rossini (2001) ocorre através da incorporação de novas áreas ao espaço urbano, adensamento do uso do solo, deterioração de algumas áreas, renovação de outras, ou da distribuição diferenciada da infraestrutura e equipamento urbano. À medida que o contingente demográfico das cidades é ampliado, novos espaços vão sendo requisitados, o que muitas vezes resulta na expansão e na alteração da estrutura urbana.

Foi utilizado nesta pesquisa como técnica para a percepção das transformações o mapeamento do uso do solo e o crescimento da mancha urbana, que descrevem visualmente as formas e o período que o espaço está sendo reorganizado, proporcionando perceber as relações estabelecidas entre homem e meio e aliados.

Buscando atender a esta necessidade vários passos passaram a definir esta etapa. O primeiro passou refere-se na elaboração de chaves de validação, o segundo na vetorização e classificação do uso do solo nas áreas de APPs, o terceiro na vetorização da mancha urbana e o quarto passo, a autenticação das bases vetoriais.

O primeiro passo, a chave de validação, consistiu na pesquisa de campo, pelo qual foi possível colher informações a respeito da utilização do solo. Buscando atender esta etapa foi elaborado em primeiro momento carta imagens das áreas de estudo (igarapé São Francisco, igarapé Judia e o Rio Acre) contendo as imagens do mosaico aéreo do ano de 2013 de projeção cartográfica WGS84 e escala 1:15.000 e informações da malha hidrográfica, malha viária, áreas de erosão, limite das áreas de APP e indicações de pontos estratégicos para identificar os dados propostos.

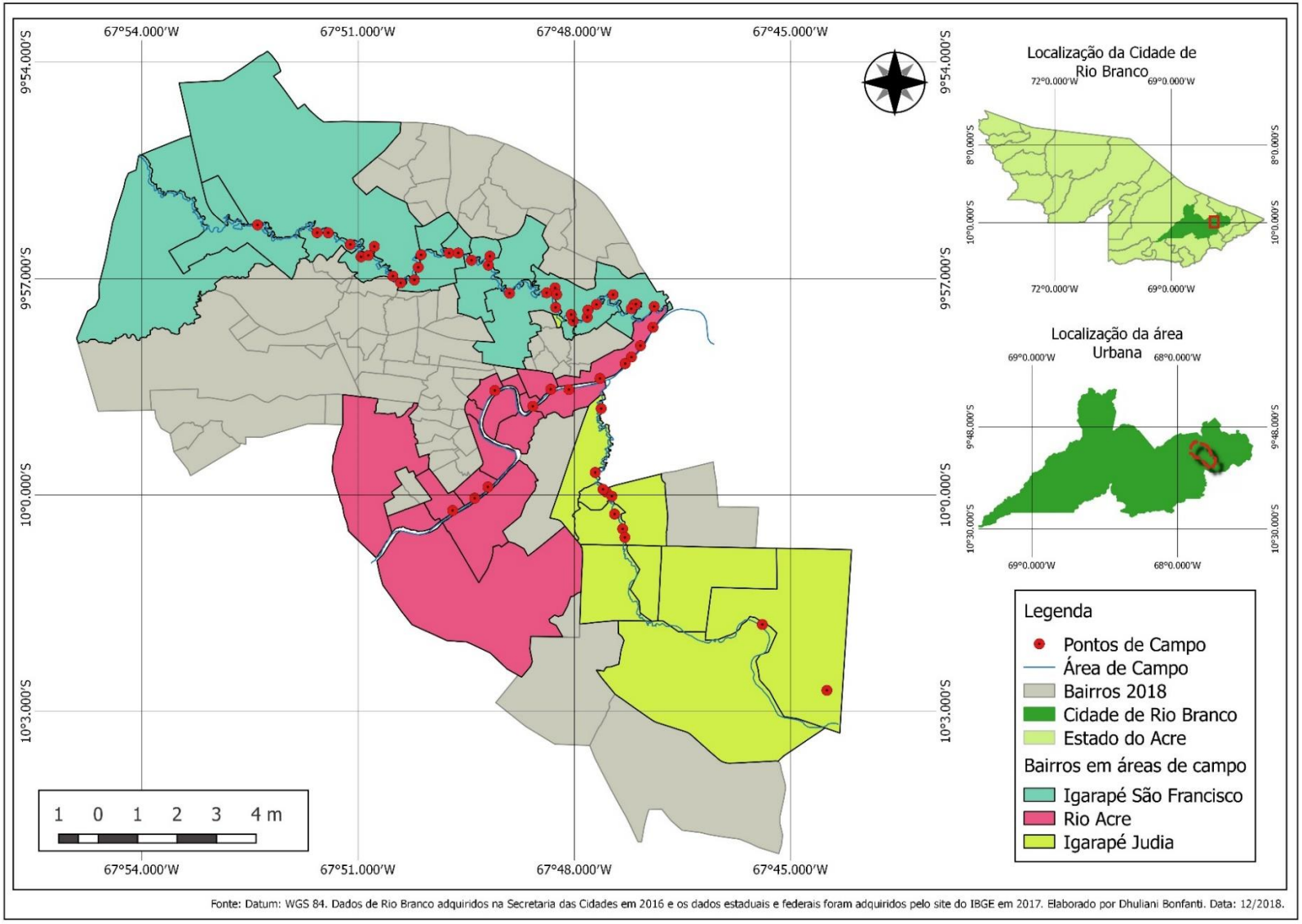
O campo transcorreu entre os meses de dezembro de 2017, a fevereiro de 2018, utilizou-se como ferramenta para a captação das informações o Sistema de Posicionamento Global-GPS modelo Garmim 12 e uma câmera fotográfica. Os pontos de coordenadas constataram a área analisada enquanto os registros fotográficos identificaram e comprovam a real situação destas.

No primeiro momento foi realizado um processo de teste, o qual foi utilizado para validar o produto inicial. Assim, fora coletado ao longo dos cursos d’água, o total de 03

amostras, para cada classe (vegetação, água, solo exposto e área urbana), após a coleta estes dados foram inseridos na ferramenta QGis, junto as imagens aéreas, possibilitando identificar se a área observada em campo corresponde ao identificado em relação a classe e posicionamento geográfico.

Através de um mapa com pontos pré-selecionado, foram captados 59 pontos distribuídos entre o percurso no limite urbano dos 03 cursos d'água (Figura 10). A organização dessa nova fonte de dados em formato shapefile, proporcionou realizar a classificação e mapeamento do uso do solo nas áreas de proteção permanente (nível 3).

Figura 9. Localização das classes e uso do solo nas APPs.



Fonte: Datum: WGS 84. Dados de Rio Branco adquiridos na Secretaria das Cidades em 2016 e os dados estaduais e federais foram adquiridos pelo site do IBGE em 2017.Elaborado por Dhuliani Bonfanti. Data: 12/2018

As classes foram definidas a partir da observação da morfologia do solo, obtidas em campo e sob observação e interpretação das imagens aéreas, este sistema possibilitou a definição das classes que vieram compor a classificação do uso do solo. O processo de classificação ocorre em décadas diferentes apresentando dinâmica quanto ao uso do solo no mesmo espaço. Em sumo, identificou-se 5 divergentes tipos de uso do solo o qual basearam todo o processo de classificação (Quadro 3).

Quadro 3. Classes de uso da terra da área de APP do Igarapé Judia.

Classes	Descrição
Água	Compreende os corpos d'água abrangendo os corpos d'água naturais e os artificiais como lagos e lagoas.
Vegetação	Apreende as áreas que indicam a presença de diferentes tipos de cobertura vegetal arbórea.
Solo exposto	Essa classe alcança as áreas que no momento de captação da imagem não apresentavam vegetação, referindo-se a regiões de pastagem, pousio ou área degradada.
Área Urbana	Abrange os espaços que apontam a presença de construções, edificações constituídas em habitações, estradas, complexo industrial e outras obras.
Agricultura	Parcela de solo preparado para plantio ou já cultivada em estádio inicial de crescimento.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quatro de cinco classes foram identificadas e tomadas como amostra durante o reconhecimento da área, que são elas: água, vegetação, solo exposto e área urbana. Já a classe de agricultura foi identificada durante o processo de interpretação visual da década de 1990. Este nível teve o papel de organizar e integrar a base de dados através das correlações, resultando em uma síntese parcial de interação das variáveis sociais e ambientais na área urbana.

2.3.3 – Nível Semântico

O terceiro nível da pesquisa, o Semântico, foi desenvolvido por meio da análise dos dados e correlações, seguindo para o processo de manusear as informações de forma que possam ser representadas. Através de, mapas, gráficos e tabelas da área, estes dados

juntamente com as bibliografias constituem a formulação das respostas referentes ao questionamento da pesquisa.

O nível tem início com a produção da classificação de uso do solo e a mancha urbana. Os padrões de uso do solo foram realizados em dois processos técnicos, ambos com o objetivo de obter de forma mais precisa ao que se refere as informações vetoriais obtidas pelas imagens e vetores. Ambos processos empregam a classificação supervisionada. Em primeiro momento foi realizado a classificação por pixel e posteriormente a classificação manual.

Ambos processos necessitam do conhecimento da área para a identificação visual e interpretação das imagens. “A interpretação de fotografias aéreas pode ser formalmente definida como o ato de examinar imagens fotográficas com o propósito de identificar objetos e exercer julgamento sobre o seu significado” (NOVO e PONZONI, 2001, p. 27).

O processo de interpretação deve seguir cautelas, em virtude do resultado ser definido a partir da compreensão do intérprete. Em primeiro momento, deve-se observar indiscriminadamente, o conjunto da imagem como um todo, consecutivamente o todo é “decomposto analiticamente num processo de identificação do objeto em relação a uma dada categoria” (NOVO, 1995, p. 251).

Primeiro foi realizado a classificação por pixel, este processo é semiautomático e executado através da identificação de alguns pixels que a partir de suas características numéricas passam a representar uma classe, esta área ou numeração são informados ao computador. (SOUZA, 2007).

Os dados foram gerados a partir do SIG QGis versão 2.18.25, utilizando o plugin Semi-Automatic Classification Plugin – SCP, que possibilitou a classificação semiautomática e supervisionada. A classificação foi realizada a partir das imagens do mosaico dos anos de 2004 e 2015 no limite das áreas de proteção permanente (nível 1) do igarapé Judia, igarapé São Francisco e do Rio Acre.

O processamento das informações foi gerado através das técnicas de fotointerpretação a qual tem por finalidade a retirada de amostras compreendendo diferentes padrões dentro da mesma classe. Estas amostras quando atendem a compreensão da variação da classe proporciona uma resposta eficiente no resultado do produto.

Com a classificação finalizada foi feita a aprovação das classes, que ocorreu através da análise fotointerpretativa do shapefile de uso do solo com o auxílio das chaves

de validação. Este processo é definido como de comparação, dado que, é avaliado ponto a ponto do mapeamento de campo comparando as informações destes dados com a produzida através da classificação semiautomática. Neste processo cada ponto foi descrito, fotografado e localizado sobre a imagem na tela do notebook para que se pudesse estabelecer a correspondência entre a imagem e a classe de uso da terra presente no local.

Quando avaliada às duas informações observava-se não somente o ponto exato, mas também a área ao entorno. Para a classificação de 2006, foram utilizados os arquivos shapefile do mesmo ano, contendo informações da mancha urbana, ruas e hidrografia.

A classificação por este meio foi processada, obtendo resultados diferentes entre os anos, referindo-se ao ano de 2006 apresentou apenas 44% de acerto, obtendo a faixa de erro maior que a de acerto. Já o ano de 2015 atingiu o correspondente a 71% de acerto (Tabela 1). Enquanto o ano de 2006 obteve uma faixa de erro maior que em 2015 correspondeu o inverso, contudo, ao analisar visualmente os resultados, que são possíveis perceber através de inúmeras falhas entre os polígonos. Os resultados obtidos a partir deste processo de classificação não foi considerado satisfatório, com isso foi realizada a classificação manual de vetores.

Tabela 1. Análise dos resultados da classificação semiautomática

Classes	**Identificação em campo**	**Identificação por processamento**	
	Chave de validação	2008	2015
Vegetação	13	8	9
Solo Exposto	10	4	6
Áreas Urbanas	28	11	21
Água	6	2	5
Agricultura	0	0	0
Valor total	57	25	41
Valor por %	100%	44%	71%

Fonte: Elaborado pela autora.

A técnica de vetorização manual foi então inserida, este mecanismo permitiu manter a ferramenta de SIG o programa QGis versão 2.18.25, entretanto foi modificando o plugin de processamento. O qual foi alterado utilizando a ferramenta de edição, o *Edite* que possibilitou a classificação supervisionada sob a edição manual dos vetores.

Como técnica de análise e vetorização este procedimento foi baseando em regras convencionais da fotointerpretação para a classificação (Quadro 04), baseando-se na

interpretação da imagem utilizando atributos retratados por Panzini e Fonseca (2011) como:

Quadro 4. Descrição dos atributos de interpretação de imagens

Categorias	Descrição
Forma	Geometria do objeto
Tamanho	Critério que varia conforme a escala da fotografia aérea ou a resolução espacial da imagem
Tonalidade	Quantidade de energia refletida por um objeto. Obedecendo o princípio da reflectância, um objeto que absorve a energia incidente aparece nas imagens em tons escuros. O contrário acontece com um objeto que reflete a energia que aparece em tons claros;
Localização	Localização do objeto na paisagem
Textura	Lisa ou rugosa, homogênea ou heterogênea
Estrutura	Paralela, quadriculada, retangular etc.

Fonte: Panzini e Fonseca (2011). Organizado pela autora

Essa análise pode ser desenvolvida por diferentes técnicas, entre as quais, a fotointerpretação a e fotogrametria. A primeira é a identificação e a determinação de objetos por meio de fotografias, produzindo informações qualitativas. Já a fotogrametria obtém medidas precisas de objetos, extraindo das fotografias informações geométricas e quantitativas. Essas técnicas são meios de apreensão e de estudo da paisagem e são aplicadas em diferentes temáticas.

A classificação obtida por esta técnica obteve respostas distintas a técnica de processamento anterior. Apesar de manter os resultados com distinção de valores, estes mostraram-se positivos em relação à base de aceitação. Referindo-se ao ano de 2006 foi obtido o acerto de 89%, configurando a faixa de acerto maior que a de erro. O ano de 2015 atingiu o correspondente a 93% de acerto (Tabela 02).

Tabela 2. Análise dos resultados da classificação manual

Classes	Identificação em campo	Identificação por processamento	
	Chave de validação	2008	2015
Vegetação	13	13	12
Solo Exposto	10	8	9
Áreas Urbanas	28	24	27
Água	6	4	5
Agricultura	0	0	0
Valor total	57	51	53
Valor por %	100%	89%	93%

Fonte: Organizado pela autora.

Após a avaliação das classificações fora percebido que a vetorização manual obtendo melhores resultados, as classes da imagem com o padrão de vetores mais concisos, possibilitando a representação mais exata das características identificadas na imagem. Após a finalização dos dados de Uso do Solo foi realizado a digitalização da mancha urbana da cidade.

A mancha urbana da cidade de Rio Branco demonstra a expansão das áreas ocupadas durante as décadas, este processo nos ajuda a compreender de que forma a população vem ocupando esta região e em que sentido a cidade e o direcionamento lhe é disposto. A produção do espaço urbano é realizada de forma diferenciada, definida pelas condições e interesse de uso e domínio, que definindo suas formas. “Assim, o espaço urbano apresenta um sentido profundo, pois se revela condição, meio e produto da ação humana – pelo uso – ao longo do tempo” (CARLOS, 2007, p. 11).

Em busca desta percepção foi mapeado a mancha urbana da cidade de Rio Branco referente às décadas de 1980, 1990, 2000 e 2015 (Figura 11). O mapeamento seguiu as últimas quatro décadas, pela necessidade de representar a cidade após o grande processo de ocupação ocasionado pela segunda queda da borracha pós década de 1970.

A mancha urbana foi realizada em anos alternativos a década seguindo o ano das imagens fornecidas, com isso o mosaico utilizado na década de 1990 corresponde ao ano de 2004 e o mosaico de 2000 representa o ano de 2006.

Figura 10. Série histórica dos mosaicos de fotografias aéreas

Fonte: Vectra MutiEngenharia, 2018. Organizado pela autora.

Com a finalização do mapeamento, dois processos foram finalizados, prosseguindo nesta etapa, o próximo passo é a visualização dos dados, que ocorrem através da interação das informações, demonstradas através dos mapas e dos gráficos. Segundo Novo e Panzini (2001) os mapas temáticos, são a composição e interrelação de polígonos em que os atributos estão relacionados por um assunto específico que atendem ao objetivo final do mapa. Estes podem ser: solo, vegetação, recursos hídricos, cobertura e uso da terra etc.

2.3.4 - Nível Normativo

Este nível só foi possível com a finalização dos níveis anteriores, pois inclina-se a relacionar, interpretar e discutir os dados da cidade de Rio Branco, produzidos por meio de mapas, tabelas e legislações, buscando atender aos objetivos da pesquisa. Para Carlos (1992) este processo nos orienta a entendermos a paisagem urbana e as formas da cidade, proporcionando entender a sociedade e a dimensão social e histórica do espaço urbano.

A observação das paisagens realiza-se de diferentes formas e cada uma favorece a identificação e a interpretação de objetos ou fenômenos. Panizza e Fonseca (2011) coloca que as técnicas de interpretação visual de imagens de satélite ou de fotointerpretação fazem parte do sistema de análise de dados em sensoriamento remoto (NOVO, 1995, p. 6).

Os produtos permitiram identificar e classificar a análise da distribuição do ordenamento urbano transpassando a descrição da estrutura da cidade através do mapeamento e classificação do uso do solo das áreas de APP, possibilitando relacionar a análise bibliográfica, com a produção de mapas e gráficos, para tanto este nível vem esclarecer os questionamentos sobre a gestão e planejamento urbano em APPs, dando

ênfase a forma de urbanização da cidade de Rio Branco, trazendo como principal referência os dados cartográficos representados através de mapas e tabelas.

A legislação vem identificar diferentes aspectos junto a mancha de ocupação os quais permite perceber as formas do planejamento, como passa a ser direcionado pelos agentes de produção do espaço, proporcionando entender diferentes processos que definem a gestão da cidade. É através da observação do espaço urbano, produzido pelo homem com seus inúmeros jogos de interesses, que podemos identificar com facilidade as diferenciações neste espaço, Carlos (1992, p. 40) coloca que "[...] a produção do espaço urbano fundamenta-se num processo desigual; logo o espaço deverá, necessariamente, refletir essa contradição."

3 CAPÍTULO 3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A CAPITAL: A CONSTRUÇÃO A PARTIR DE PROJETOS, PLANOS, PLANEJAMENTOS E A GESTÃO.

> "As cidades como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa." (As cidades Invisíveis, de Ítalo Calvino).

Rio Branco é uma cidade que nasceu e se desenvolveu as margens do Rio Acre, sua ocupação e construção procede da ocupação migrante determinada principalmente pela economia estrangeira, através da exploração do látex, matéria prima para a borracha. As primeiras construções ocorreram a margem direita do rio, onde estava localizado o porto (Figura 12).

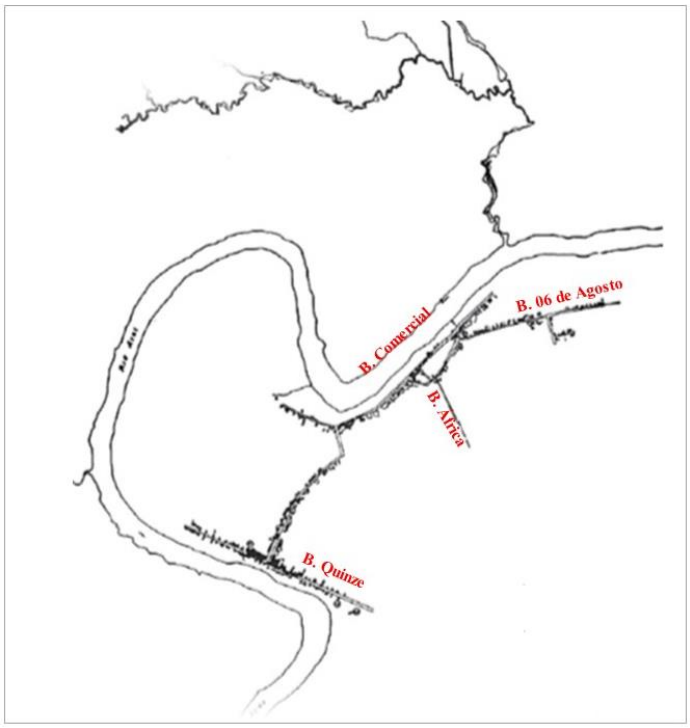
Figura 11. O Porto e as Primeiras construções as margens do rio Acre - 1907

Fonte: Prefeitura de Rio Branco, 2013.

Estas construções rudimentares, foram o início da ocupação da cidade, as primeiras habitações não tinham por fundamento a moradia e sim a transição de mercadorias. Segundo (PMRB, 2013) Neutel Maia, a quem mantinha posse das terras do seringal Empreza, viu nestas terras a oportunidade de ampliar a economia, assim, o que antes era um seringal passou a tornar-se um povoado, surgindo o primeiro traçado da cidade, uma rua com diversos comércios, foi o primeiro espaço a receber uma função, tornando-se área pública.

Segundo Morais (2000) em 1904, a então denominada Vila Rio Branco, que antes era intitulada como Volta da Empreza, possuía quatro áreas com funções definidas, o que seriam futuramente bairros, formando o bairro África, ocupados pelos trabalhadores em sua maioria formado por negros; o bairro Comercial, área estabelecida para transações econômicas; o bairro Canudos, ocupado pelos demais trabalhadores, localizava-se na área baixa da volta do rio; e o bairro Quinze, na faixa alta da volta do rio, o qual estava ocupado pelo 15º Batalhão de infantaria do Exército (Figura 13).

Figura 12. Estrutura da Vila Rio Branco em 1909



Fonte: PMRB, 2013. Organizado por Dhuliani Bonfanti.

Em 1909, Rio Branco recebia sua primeira estrutura, as quais são definidas como bairros por alguns autores, mas, constituem-se ruas, que compõem as funções direcionadas a econômicas, moradia e segurança. Essa realidade vem ser modificada, em razão dos intensos processos de alagação[36], ocorrendo a implantação da administração no lado esquerdo do rio.

Souza (2002), aponta que as primeiras casas eram todas em madeiras cobertas por telhas de barro ou palhas. A vila estava dividida pelo rio, o qual predominava habitação

[36]Segundo (LEITE, 2015, p. 54) o termo alagação, é usado historicamente pelos acrianos para caracterizar as inundações provocadas pelos rios, é recorrente até mesmo, pelo próprio corpo técnico que lida com esse fenômeno socionatural, como se ambos os termos fossem sinônimos.

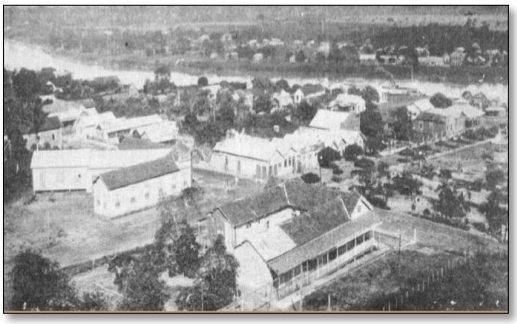
no lado direito e esquerdo, que passaram a ser denominados posteriormente como primeiro e segundo distrito. A população local era constituída por libaneses, sírios, portugueses, nordestinos e Indígenas, que modelavam a cidade sem planejamento, mas através dos saberes/fazeres.

A primeira estruturação do espaço da cidade, vem ocorrer com o governador Hugo Carneiro (1927 – 1930), que ao chegar ao território, viu a necessidade de modificar a "caótica" paisagem, neste sentido, fundamentou construções e à higienização na cidade, que foram implementadas através de normas impostas a população local, o Código de Postura, implantado em 1928. Bezerra (2006), aponta que este documento consistia em 319 artigos que determinavam a economia, política, sociedade e cultura em Rio Branco.

Além do código de postura a cidade recebeu inúmeras construções, que foram implementadas a partir do primeiro ano de governo. Estas modificaram a paisagem da cidade, onde abandonava o passado (construções em madeira) e buscavam a modernidade (alvenaria). Esta nova estruturação contou com inúmeros prédios em alvenaria, que buscavam sanar inúmeras necessidades de infraestrutura e serviços, são eles: o Mercado Municipal, o Quartel da Polícia, o Palácio Rio Branco, a Penitenciária e o "Stadium" do Rio Branco Futebol Clube (SOUZA, 2002).

Com o governo de Hugo Carneiro a cidade foi intensamente modificada (Figuras 14 e 15), recebendo as primeiras configurações de urbanização, as casas apresentavam padrão de construção, as ruas foram traçadas retilíneas e os prédios dos órgãos públicos assim como outros serviços, foram reconstruídos e outros construídos, todos em alvenaria. É possível caracterizar que a partir deste momento o centro e a periferia começarão a ser configurado.

Figura 13. Rio Branco em 1909



Fonte: PMRB, 2010

Figura 14. Rio Branco em 1930

Fonte: PMRB, 2010

Podemos observar a partir destas imagens as modificações na estrutura da paisagem recorrente entre as décadas. Em 1909, as construções eram espaçadas, caracterizadas pela extensão da área dos terrenos, as casas em madeira, e já era possível identificar alguns traçados das ruas. No ano de 1930, a área apresentava um aspecto mais moderno, com prédios de dois pisos, em concreto e com o alinhamento das ruas agora composto por calçadas.

Neste período foi estipulado o padrão de construção em concreto, para as casas, essa foi uma medida estipulada pelo Código de Postura. O Art. 12 determinava que as construções nas áreas centrais da cidade, seja elas habitações ou comércios, devem ter licenças para a construção ou reforma.

Segundo Souza (2002), a lógica da higienização surge no século XIX na Europa, onde foi imposto que as cidades deveriam seguir uma estrutura de construção e higiene. Este raciocínio, levou a cidade a transforma-se em um espaço excludente, o qual transferia para áreas mais distantes do centro, aqueles que não tinham condições econômicas de adaptar-se aos regulamentos impostos.

Este novo "ideal" desconsiderava as características, costumes e tradições das populações que habitavam esses espaços, surgindo como um modo de manter cada coisa e pessoa em seu lugar, onde era de atribuição ao Estado vigiar e punir aos que não cumpriam tais regras.

A partir de 1930 tem início no país uma intensa crise econômica, afetando consideravelmente a região norte, na cidade de Rio Branco a população passa de 92.370 habitantes para 79.860[37]. Este fator corresponde ao declínio da borracha na região, que acarretou um esvaziamento nas cidades da região norte. Assim a cidade passar por um estado de estagnação (Morais, 2000).

Na década de 1940 foi pensado no governo de Oscar Passos (1942 - 1945), um novo processo de organização da cidade, através da expansão e reestruturando da cidade, adentrando as áreas do seringal e deixando de seguir o curso do rio Acre.

Com a Segunda Guerra Mundial, a economia no norte do país passa novamente por uma estruturação, ao passo que o látex é novamente inserido entre os produtos de exportação, ativando novamente a exploração nos seringais. Para obter a matéria-prima, tem início, principalmente no Nordeste, um processo de incentivo a migração, destas populações para a região. Porém, com a reativação dos seringais da Malásia ocorreu a

[37]Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Disponível em: < https://sidra.ibge.gov.br/Busca?q=popula%C3%A7%C3%A3o>. Acessado em: novembro de 2018

segunda queda da produção da borracha, levando o intenso fluxo migratório dos seringais para a cidade, ocasionando o crescimento populacional.

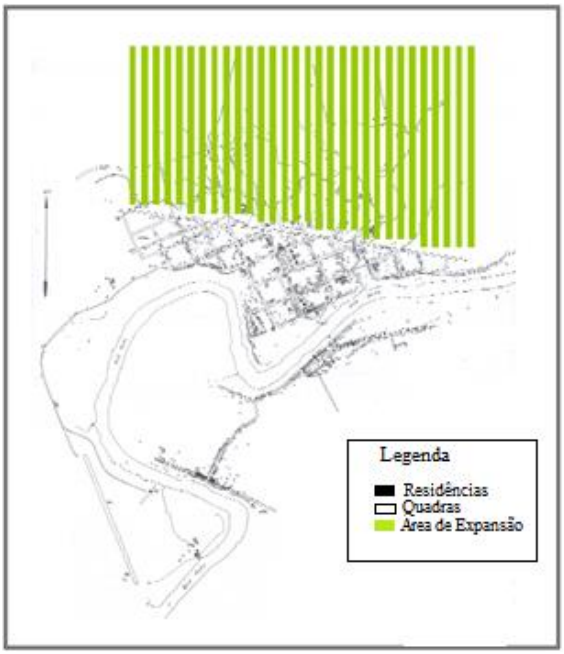
Oscar Passos, estagnado pelo processo de exploração da borracha não pode dar sequência em seu planejamento, que teve uma nova estruturação com Guiomard Santos (1946-1950), com a proposta de modificar as estruturas espaciais e econômicas da cidade, o governador, continuou o projeto de modernização proposto por Hugo Carneiro, implantando diversas obras na parte central, segundo Bezerra (2013), o Governo tinha como plano tornar Rio Branco uma cidade referência, uma amostra de poder de seu governo, o qual denominou de *Luzes na Selva*. Este plano, contou com a reestruturação dos prédios urbanos, os quais todos passaram a ser de alvenarias foram construídos praças e bosques, os quais levou a cidade a ser chamada de *cidade-jardim*. É importante ressaltar, que o Governo Guiomard Santos tinha uma proposta distinta de Hugo Carneiro, quanto a exclusão da população de baixa renda.

Neste período foi estabelecido, um plano social para atender a população que migrara para a cidade. Desta forma, foi implantado as colônias agrícolas, essas tinham dois objetivos, o primeiro é atender as demandas do comércio da cidade através da agricultura e criação de animais para abate e o segundo é direcionar a população de baixa renda, que não tinham condições de moradia e emprego.

> A cidade pensada por Guiomard Santos apresentava um traçado urbano que definia as funções de cada área da cidade. assim sendo, o perímetro rural de Rio Branco, a parte suburbana era o espaço da produção, aquele que deveria atender as diversas necessidades de consumo da capital, onde ficavam inclusive as olarias, as cerâmicas, os laboratórios e fazendas agrícolas (BEZERRA, 2013, p. 281).

Como podemos observar, o então governador traçou diferentes projetos que vieram a desenvolver a região e comportar as necessidades populacionais, expandindo a malha urbana, que deixou de seguir o traçado do rio e passou a adentrar cada vez mais a área do primeiro distrito, também foi em seu governo que o IPASE, foi constituído, o primeiro conjunto residencial da cidade (Figura 16).

Figura 15. A cidade de Rio Branco Pós década de 1940



Fonte: Teixeira Guerra. Adaptado pela autora (2018).

O mapa da década de 1940 demonstra o comportamento da paisagem urbana deste período, o qual expressa os traços retilíneos, as construções e habitações, o aeroporto e a área de expansão. Assim podemos identificar que o primeiro distrito da cidade (norte), foi desenvolvido, enquanto o segundo distrito (sul), manteve-se estagnado.

O primeiro distrito, recebeu diversas infraestruturas, possível observar através dos inúmeros traçados, que correspondem a quadras, nas áreas mais próximas ao rio, está localizado o centro da cidade, onde está concentrado os principais serviços, ao entorno as habitações são instaladas. As faixas verdes condizem com as áreas propostas como nova zona de expansão, através das colônias agrícolas. No segundo distrito a paisagem não apresenta alterações.

Através das faixas verdes está registrado inúmeros cursos d'água. Evidenciando que apesar de o rio não ser mais o principal enfoque neste momento, estas populações não deixaram de ser direcionadas para ocupar espaços as margens dos demais cursos d'água (igarapés, córregos, etc.).

Segundo PMRB (2013) a partir da implantação das colônias agrícolas (São Francisco, Juarez Távora, Apolônio Sales, Mâncio Lima, Cecília Parente, Dias Martins, Souza Ramos e Alberto Torres) a cidade passou a ter vários pontos de expansão simultâneos. Cada colônia agrícola tornou-se um centro de expansão que foram ocupados

ao longo dos anos. Temos por tanto as colônias agrícolas instaladas no Seringal Empreza, servindo como pontos de atração, fixação, e expansão da área urbana (LEITE, 2007).

A partir da década de 1960 o território acreano passou por uma nova configuração, tornando-se Estado em 15 de junho de 1962, este novo enfoque possibilitou uma autonomia maior a região. Rio Branco obteve o primeiro Governador através da eleição, em 7 de outubro 1963, José Augusto tomou posse da Prefeitura da cidade. Em seu mandado elaborou a Lei Orgânica do Estado, porém encontrou diversas dificuldades, quanto a dívidas que eram existentes. Ainda assim, traçou um planejamento urbano, o qual tinha como enfoque a inserção de infraestrutura na área urbana, a cidade recebeu neste período obras de calçamento, drenagem e arborização (PMRB, 2013).

Apesar de todo planejamento instalado no então governo, o fluxo migratório dos seringueiros para a cidade na década de 1960, superou as expectativas populacionais na capital. Este fator ocorre devido ao plano de integração da região amazônica, instalado pelo então Governo Militar ditatorial (1966 – 1985) em 1966, o qual buscava através de incentivos a fiscais o desenvolvimento e a ocupação da Amazônia "ocupando-a, povoando-a e fortalecendo-a economicamente, de modo a promover a sua definitiva integração a comunidade brasileira." (MORAIS, 2000, p.55).

Durante a ditadura militar, o estado do Acre recebeu Jorge Kalume (1966 – 1971), como governador, este governo foi o responsável por importantes obras, sua principal ação foi a construção da ponte Juscelino Kubitschek que permitia a travessia de automóveis entre o primeiro e o segundo distrito. Segundo PMRB (2013) a instalação de geradores de energia elétrica, movidos a motores de combustão, destes motores modificou a estrutura da cidade, uma vez que a energia era fornecida até uma determinada hora, o que regulava as ações dentro da cidade.

Na década de 1970 a cidade apresentava 23 bairros, havia uma clara definição entre centro e periferia, as ruas foram delimitadas e asfaltadas, o centro já obtinha inúmeros serviços, a cidade já não era mais um centro ao todo caótico, pois apresentava infraestrutura e setores com funções definidas (Figura 17).

Figura 16. Rio Branco na década de 1970

Fonte: PMRB, 2010

A imagem corresponde ao centro da cidade, ao fundo o segundo distrito, através desta paisagem é possível descrever duas situações, a primeira refere-se ao centro. A área central é a área planejada pelas ações governamentais, que recebe o maior número de infraestrutura e serviços. O que pode ser facilmente observado pela estrutura das construções, as áreas gramadas e as ruas retilíneas e asfaltadas.

Na área esquerda da imagem as margens do rio, é identificado a segunda situação, onde encontramos as áreas de autoconstrução e ocupações irregulares. Podemos definir este fator ao observarmos que as casas, apresentam um porte menor que as da área central, com proximidade uma das outras, e poucos arruamentos, sugerindo que os serviços de infraestrutura são limitados neste espaço.

A década de 1970, foi marcada por intensas alterações na região amazônica, por conseguinte na cidade de Rio Branco, este fator surgiu durante o governador Wanderley Dantas (1971 - 1975), comandado pelo Regime Militar, que implementou a política nacional de desenvolvimento agropecuário na região, através dos planos Polonoroeste e Poloamazonia, que trouxeram investimentos para o norte, oportunizando um novo fluxo migratório, estas ocupações ocorreram sob a responsabilidade do INCRA, este projeto de ocupação foi fundamentado na ideia de promover a “reforma agraria” (MORAIS, 2000).

Este processo trouxe modificações para a região, uma vez que, passaram a ocupar irregularmente terras que eram habitadas por seringueiros. Os "Paulistas" obtiveram estas terras por meio de Grilagem[38]. Com a expulsão destas populações, ocorreu a migração para a capital, o fluxo ocasionou um processo de inchamento populacional, trazendo inúmeros problemas para a região que não detinha de capacidade para comportar esta população. Temos assim a cidade de Rio Branco que duplica o seu número populacional (Tabela 03).

Tabela 3. População do município de Rio Branco a partir de 1940

Ano	Urbano	Rural	Total
1940	4.945	11.093	16.038
1950	9.371	18.875	28.246
1960	17.104	30.778	47.882
1970	35. 638	48.696	84.334
1980	87.643	29.467	117.110
1990	168. 679	28.697	197.376
2000	226.298	26.761	253.059
2010	298.513	18.098	316.611

Fonte: IBGE (2010)[39]. Adaptado pela autora

É possível observar que a cidade de Rio Branco obteve desde a década de 1940 um aumento no número de habitantes. Este fator decorre dos intensos processos migratórios que ocorreram na região, providos pelos interesses capitalistas. Na década de 1920 a 1950 a população origina-se em sua maioria do norte e nordeste do país.

Na década de 1960 com os novos investimentos na então capital, este fluxo deriva das diferentes regiões. Já a década de 1970 com a migração dos sulistas para as zonas rurais a população de origem nordestina passa a deslocar-se para a capital, uma nova explosão no processo de migração que correspondeu até o ano de 2000, quando a cidade cresce pelo processo natural.

[38]Corresponde ao método adotado para a falsificação de documentos que comprovem a posse da terra.
[39]Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Consultado em: <https://sidra.ibge.gov.br/Busca?q=popula%C3%A7%C3%A3o>. Acessado em: novembro de 2018

Neste período o Estado estava sob o comando do então governador Geraldo Mesquita (1975 – 1979) que estabeleceu metas visando diminuir os efeitos gerados pela migração, no sentido de “desafogar” a área urbana. Este projeto tinha por intenção transferir parte da população para as áreas rurais, através da criação de colônias de produção. Em 1981 foi criado o projeto redenção, parte da política de habitação da Colonacre e INCRA (MORAIS, 2000).

Este projeto não atendeu a demanda habitacional necessária. Com a falta de moradia, a precariedade dos serviços públicos e o desemprego ocasionaram um alto índice de pobreza, levando essas populações a ocuparem áreas irregulares, como as margens dos igarapés ou áreas de periféricas. O crescimento da malha urbana durante este período ocorre em sua maioria de forma desordenada, devido à obtenção da terra por meio de invasão e de ocupação sem a presença de infraestrutura e outros serviços.

Corrêa (1987) coloca que os bairros são o resultado da reprodução dos diversos grupos sociais. A construção desses foram formados através da ocupação irregular, é da materialização da realidade da produção urbana capitalista, que produz a cidade através de um campo de lutas, concretizada como um conjunto de símbolos. Com a proposta de se planejar a cidade, estes locais são vistos como áreas degradadas precárias, que causam impactos ambientais, desvalorizando o solo, devido à paisagem não seguir os padrões necessários para as áreas urbanizadas.

A dinâmica que surgem diversos bairros na cidade, adentrando cada vez mais ao primeiro distrito em direção a área das colônias agrícolas, surgiram em volta da ocupação da habitação na área do segundo distrito. Estas ocupações ocorrem principalmente nas margens do rio Acre e nos demais cursos d’água.

Foram implantados neste período, conjuntos habitacionais para atender a população de classe mais abastada. Ao decorrer das décadas estas áreas tornaram-se bairros, até o final da década de 1980, foram implantados 23 conjuntos, deste período até o ano de 1998, somavam 30 conjuntos habitacionais (Tabela 04).

Tabela 4. Conjuntos Habitacionais da COHAB, a partir da década de 1970

Data	Conjuntos	Unidades	Data	Conjuntos	Unidades
1971	Guiomard Santos I	320	1986	Oscar Passos	194
1973	Mascarenha de Moraes	300	1987	Universitário II	397
1975	São Sebastião	72	1988	Universitário-Mutirão	40
1976	Guiomard Santos II	120	1989	Universitário III	447
1976	Castelo Branco	307	1989	Manoel Julião (casas)	250
1978	IPASE	20	1989	Vila Ivonete	513
1979	Thaumaturgo Azevedo	130	1989	Manoel Julião (apto.)	1.232
1980	Bela Vista I	516	1989	Adalberto Sena	423
1980	Tangará I	400	1991	Rui Lino	460
1981	Bela Vista II	189	1991	Placas	321
1982	Tangará II	106	1991	Xavier Maia	537
1982	Esperança I e II	584	1982	Paulo César de Oliveira	99
1983	Marinho Monte	44	1996	Jorge Lavocat	950
1985	Tucumã	1309	1996	Montanhês	1200
1986	Universitário I	500	1998	Bem-te-vi	1. 178

Fonte: Morais (2000, p. 110). Adaptado Dhuliani Bonfanti.

Os conjuntos habitacionais foram construídos através da atuação do poder público. Contudo, estes espaços demoraram um grande período de tempo para serem entregues. Morais (2000), coloca que algumas áreas como o Jorge Lavocat e o Montanhês, só foram construídos após a população de baixa renda ocupar estes espaços. Podemos definir com isso que o solo na cidade passou por um rápido processo de valorização, diversos agentes produtores do espaço surgiram.

Entre eles estavam os donos de grandes áreas, que vendiam suas terras através de loteamentos. O Estado que atuava com a implantação de conjuntos habitacionais e a população de baixa renda que ocupava por meio do processo de ocupação espontânea, vastas áreas e que requeriam diferentes serviços de infraestrutura no passar dos anos, valorizando o espaço habitado e as áreas ao redor.

Os interesses capitalistas comandavam as funções da cidade. “São os interesses do grande capital que, afinal, definem os grupos de atividades localizadas num ponto dado do espaço” (SANTOS, 2008, p. 104). Assim ocorreu o planejamento da cidade entre a década de 1970 a 1980.

Em meados da década de 1980 termina o governo militar e é implantado no Brasil uma nova reforma política através da reformulação da constituição, que se tornam constitucional em 05 de novembro de 1988, nesta é apresentado a implantação do plano

diretor para os municípios. Esta, propõe que os municípios tenham autonomia para planejar a gestão de seu território.

3. 2 - O PLANEJAMENTO E A GESTÃO ATRAVÉS DO PLANO DIRETOR.

De acordo com Souza (2010), o Plano Diretor é apresentado como um conjunto articulado de políticas públicas, estabelecido para atender as necessidades das sociedades em conformidade com a área urbana, sua principal função é reduzir os níveis de injustiças sociais no meio urbano e promover uma maior democratização do planejamento e da gestão das cidades.

O espaço urbano é uno e múltiplo, carregam características de sua diversidade, registradas em suas construções e reconstruções, marcas de seu uso (SANTOS, 2009). O plano diretor é o indicador fundamental na construção da cidade, este direciona as funções a ser desenvolvidas no espaço urbano. Com isso, é possível descrever o planejamento assimila a efetividade da gestão, para compreender a dinâmica da cidade.

A atuação ocorre através da implantação de diretrizes que funcionam como normas para criar um padrão urbanístico no espaço da cidade, estas devem atuar buscando desenvolver ao máximo as potencialidades físicas, econômicas, políticas e sociais, pautado nas seguintes premissas: sistema viário, densidade demográfica, perímetro urbano, loteamentos, meio ambiente e áreas verdes. Formando o zoneamento, que identifica as áreas da cidade como zonas de: habitação, proteção, expansão, industrial e outras.

Maricato (2015) expõe que a cidade pode ser objetivo de diversas abordagens que influenciam no seu planejamento e que estão interligadas em seu discurso e podem estar relacionadas a estética, cultura, história, pelos conflitos sociais, pelo capital, entre outros. Ao analisar o espaço da cidade, considerando um ou vários destes segmentos.

O Plano Diretor de Rio Branco, surge no mesmo ano em que foi implementado a constituição Federal de 1988, a qual prevê a partir do Art. 182 § 1 a implementação do Plano Diretor, como instrumento de planejamento e ordenamento para as cidades com mais de 20 mil habitantes. Neste é também estabelecido o Código de Obras e a Lei de Parcelamento e Uso do Solo.

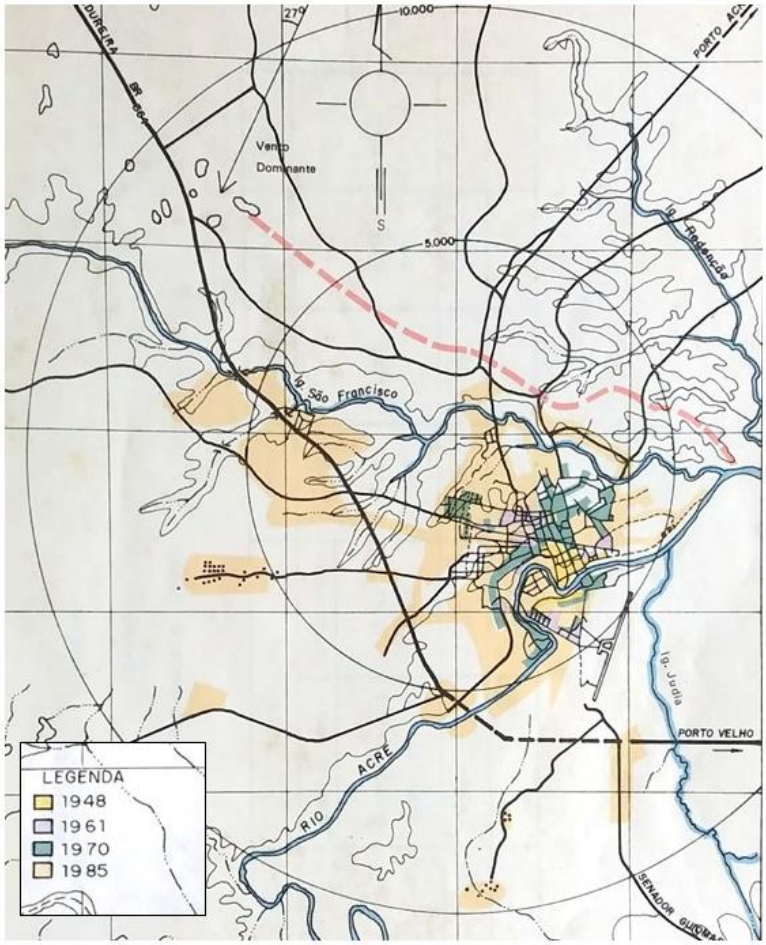
Sua produção foi realizada por gestores públicos, até o momento a constituição não previa a participação da sociedade para a formulação do plano, com tudo, este

considerava o planejamento da cidade de forma social, onde a população não passasse a se ver como estranha diante das modificações apresentadas.

Quando observado as diretrizes, é possível identificar que o planejamento imposto pelo Plano Diretor de 1988, teve por objetivo implantar intervenções drásticas na cidade de Rio Branco, projetando a modelagem de uma cidade ideal. Este fator é de extrema importância, já que a cidade a partir da década de 1970 passou por grandes mudanças devido à forte migração que provocou um crescimento exponencial na malha urbana, ocasionando em Rio Branco, inúmeros problemas urbanos. Assim este foi formulado na premissa de que a cidade deveria ser repensada. Carlos (2001) descreve que o planejamento da cidade nasce no sentido de integrar e organizar um determinado espaço.

Uma das premissas do plano é apresentar o planejamento físico territorial, para atender a essas medidas, foi realizado o primeiro mapeamento da cidade, o qual identificou a hidrografia, as áreas alagáveis, a topografia e a mancha urbana. Além destes dados foi realizado o mapeamento do crescimento populacional, que possibilitou estabelecer uma projeção da populacional estimando a população urbana até o ano de 1995, que seria de 747.000 hab. Esse estudo teve por base o crescimento populacional e o direcionamento da cidade, possibilitando projetar cenários, através de mapeamentos das áreas que viriam estar ocupadas até o ano de 1995 (Figura 18).

Figura 17. Cenários da Ocupação da cidade até 1995



Fonte: PMRB (1988). Adaptado pela autora.

Este cenário, traça o possível perfil de ocupação da cidade até o ano de 1995, considerando a população estimada que viria a ser de 747.000 habitantes. Através destes fatores podemos observar que o mapeamento demonstra que a cidade é direcionada para as áreas que apresentam serviços, como, por exemplo o arruamento e os loteamentos, seguindo a direção tanto do primeiro quanto do segundo distrito.

Através das projeções foram estabelecidas diretrizes do Plano Diretor, que propunha o desenvolvimento físico-territorial, apresentando medidas para regular as formas de ocupação do solo, orientando o crescimento urbano e as funções do espaço, já que a cidade até então apresenta uma malha urbana dispersa e irregular foi aplicado no plano 5, diretrizes que fundamentavam o novo planejamento, são elas:

> 1-Intervenção drástica do Plano na política de ocupação do solo urbano, eliminando-se áreas de elevadíssimo custo de saneamento, pela remoção das populações residentes em áreas alagadiças.

> 2-Limitação do crescimento urbano aos contornos da bacia coletora do igarapé são Francisco – até a linha divisória da bacia do igarapé Redenção.
> 3-Redirecionamento de algumas vocações atuais na infraestrutura urbana existente.
> 4-Adotar soluções práticas e coerentes com as condições sociais, políticas, econômicas e ambientais do meio, que possam ser implantadas em etapas.
> 5-Otimização da ocupação do solo urbano, aumentando as densidades (PMRB, 1986, p. 41).

As medidas visam a reorganização da cidade, retirando a população das áreas irregulares e alocando em locais próprios para habitação, implantando infraestrutura orientada e limitando as áreas de crescimento. Estas disposições visam o melhor aproveitamento das potencialidades locais em função de uma ordenação adequada dos usos do solo urbano.

A nova ordenação do espaço urbano seguiria sete atributos (Quadro 05), que orientaram as diretrizes e o planejamento, determinando os espaços da cidade, suas funções e as medidas necessárias para a regulação destes espaços.

Quadro 5. Descrição das diretrizes do planejamento

Áreas de atuação	Diretrizes	Objetivos
Zoneamento de usos	Estabelecer o zoneamento e usos urbanos e especiais	Orientar a reorganização e localização dos usos urbanos e especiais, tendo em vista o adequado relacionamento das funções urbanas.
Sistema viário	Definir uma hierarquia nas vias e fluxos viários, que se adeque a estrutura urbana	Evitar a interferência do tráfego rápido e pesado das inadequadas, assegurar um fácil deslocamento da população necessária ao desempenho das suas diversas funções, promover a reformulação dos acessos à cidade, no sentido que o tráfico oriundo de outros municípios não interfira na realização plena das funções urbanas.
Densidades demográficas	Promover o adensamento populacional, principalmente em áreas já urbanizadas.	Minimizar os custos para implantação de serviços e/ou equipamentos, racionalizando a distribuição de infraestrutura e serviços públicos e maximizar as funções urbanas
Perímetro Urbano	Adequar o perímetro urbano legal às necessidades da comunidade	Evitar através da definição do perímetro urbano e áreas de expansão, o crescimento desnecessário da malha urbana e a ocupação de áreas inadequadas.
Loteamentos	Estabelecer Legislação municipal sobre	Assegurar a integração e a continuidade da malha urbana nas proposições urbanísticas globais para a área urbana da cidade.

	parcelamento do solo urbano.	
Meio Ambiente	Preservar os recursos naturais e a paisagem urbana.	É proposto diversos objetivos: a) Assegurar a preservação de áreas consideradas no Plano Diretor, como de "conservação natural", além de criar condições necessárias nessas áreas, para o uso como espaços de recreação. b) Assegurar a disponibilidade de áreas impróprias para edificação como algumas localizadas junto aos córregos, igarapés etc., para criação de um sistema de áreas verdes. c) Criar áreas verdes de proteção entre a zona industrial e a zona residencial e ao longo da rodovia Federal BR-364. d) Adotar como sistema a arborização de vias e logradouros públicos. e) Preservar como Patrimônio Histórico e Nacional, tombando os prédios do centro da cidade.
Áreas verdes	Ampliar as áreas urbanas de lazer e recreação.	Prever e garantir espaços públicos abertos (praças, parques, jardins) compatíveis com as necessidades da população.

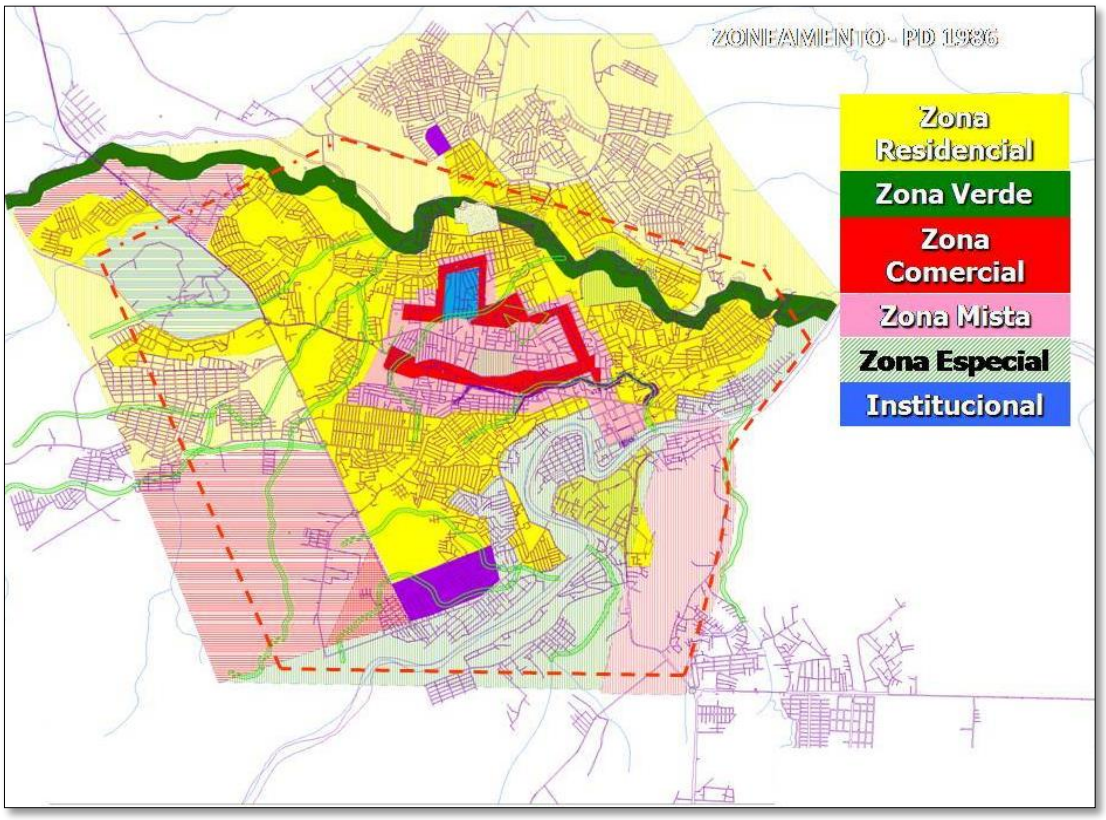
Fonte: PMRB (1988). Organizado pela autora.

Estas diretrizes expõem as necessidades de cada área da cidade, entendendo que o espaço urbano e formado por um conjunto de ações que são diferenciadas pelas suas funções, mas estão interligadas por serem dependentes umas das outras.

Neste sentido, é proposto medidas que venham atender as necessidades impostas por cada seguimento, estas trazem como propostas determinações amplas, designadas para solucionar as problemáticas de uma forma que uma ação esteja entrelaçada as determinações das outras, considerando que estas estão sempre interligadas.

E é nesta perspectiva que foi estabelecido neste plano o zoneamento da cidade, o qual redistribuiu o espaço urbano de Rio Branco em oito zonas (Figura 19), são elas: Zona AD - Administrativa, Zona C - Equipamento Terciário, Zona M - Equipamento Secundário, Zona R - Residencial, Zona AV - Áreas Verdes e Lazer, Zona I - Industria, Zona E - Especial e a Zona S - Serviços.

Figura 18. Zoneamento da cidade de Rio Branco no ano de 1986



Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana - SMDGU (CD)

As zonas foram distribuídas no perímetro da cidade, atendendo as conformidades impostas pelas diretrizes. Podemos perceber através do mapeamento que as zonas seguem o padrão já existente. O que pode ser observado pela distribuição das áreas residenciais, que apontam referente aos centros comerciais, quando evidencia a parte do centro; as zonas especiais, destacando as áreas sensíveis pelo processo de alagação e/ou movimento de massa, entre outros.

Apesar de ocorrer o planejamento e de ser estabelecido diversas normas, não significa que estas vão ser concretizadas, existem vários fatores que alteram a efetividade da gestão. Neste sentido é percebido que a maior parte do planejamento apresentado nesta ferramenta não foi concretizado, seja por falta de recursos, pela indiferença da gestão, pelos interesses estabelecidos, o certo é que a cidade ganhou novas proporções, a segregação espacial, permaneceu concreta e crescente, poucas medidas foram tomadas para modificar este cenário.

A zona AD - **Zona Administrativa**, dever-se-ia estar caracterizada pelo uso da administração pública, bibliotecas, museus, jardins. Esta, porém é uma área nobre da cidade, como previsto pelo plano, mas que despertou para o uso residencial, concretizado

pela criação de alguns conjuntos habitacionais, que tiveram início ainda na década de 1970 e 1980, como é o caso do Conjunto Procon e Solar, mas a mesma não se concretizou.

A Zona C - **Comercial**, abrangia diferentes usos, delimitando sua área à 11% para área habitacional, 17% para área comercial, 6% para o sistema viário e 66% para os demais usos. Essa zona tornou-se área de importante interesse voltados a saúde, com a implantação de diversas clínicas médicas. Esta área foi ampliada ao longo dos anos.

Na zona R- **Residencial**, essa área é voltada a habitação, estimando que 66% da população deve estar alocada neste espaço. Esta área não só foi consolidada, como obteve sua expansão, para além do planejado. Contudo este setor não recebeu infraestrutura adequada, assim como, abrange bairros que estão dentro da área alagada da cidade as margens Igarapé São Francisco.

A Zona V - **Verde**, abrange a área do Horto Florestal, porém alguns outros parques foram implantados, como é o caso do Parque Zoobotânico localizado na Universidade Federal do Acre-UFAC.

É proposto neste sentido que seja considerado a área de APP, do igarapé São Francisco como uma área protegida, por uma faixa marginal de 150m. Estas áreas já estão relacionadas a população, considerando que parte de suas margens em áreas urbanas estão ocupadas. Neste sentido é proposto que a implantação de equipamentos de lazer neste espaço.

Este fator só vem ser concretizado no ano de 2011, durante o período estabelecido esta área intensificou o número de habitações em suas margens. De acordo com Morais (2000, p. 116):

> às áreas Verdes**,** as margens dos rios, estão totalmente ocupadas pela população de baixa renda, não assegurando, portanto, áreas verdes. Mas novas áreas foram criadas, independentemente do Plano como o Parque Capitão Ciríaco no centro do 2º Distrito (1996) e o Parque Chico Mendes (1996) na Ac 40. Estes dois parques foram criados na gestão popular do Prefeito Engenheiro Florestal Jorge Viana, do Partido dos Trabalhadores.

A Zona RA - de **Ruídos** do Aeroporto, esta zona foi alterada, uma vez que o Aeroporto foi transferido para o primeiro distrito na área rural da cidade de Rio Branco, BR-364. A Zona E - **Especial,** esta zona abrange uma área de 1083 ha, passível de alagações, inundações e deslizamentos, que devem receber soluções a médio prazo. Segundo PMRB (1988), recomenda-se a transferência da população existente nestes

locais para zonas mais altas, mas, o plano indica ainda que não deve ser alterada, pois não vai se possível resolver este problema.

Considerando as propostas e a descrição do plano, é possível reconhecer que as propostas estabelecidas, em sua maioria não fora concretizada. Algumas diretrizes apresentam ainda inúmeras imperfeições, como é o caso da zona verde (ZV) e a zona de especial (ZE), pressupondo que o plano não propõe solução ou controle necessários para conter, ou mediar as problemáticas socioambientais da cidade. Ocasionando assim, inúmeros problemas futuros "A produção predatória e irracional resultante desta falta de controle é a principal causa de uma lista grande de males, inaceitáveis em pleno início do século XXI: enchentes, desmoronamentos, poluição hídrica, epidemias, etc." (MARICATO, 2011, p. 45)

A cidade ao longo dos anos passou por intensas transformações, o plano diretor que propunha uma cidade repensada, buscando o bem-estar da população, não apresentou a dinâmica proposta, ocorrendo uma apropriação desigual do espaço urbano. Para compreendermos Rio Branco na década de 1990, buscamos relacionar a sua ocupação que abrange uma área extensa que avança além do previsto pelo Plano Diretor de 1988, atingindo uma mancha urbana que perpassa pelo primeiro e segundo distrito da cidade, comportando uma população de 201. 347 hab.[40]

A cidade passou de 23 bairros na década de 1970 para 133 na década de 1990, o direcionamento da cidade, tomou novas formas e o perímetro foi modificado, buscando adaptar-se as novas necessidades que a cidade vinha apresentando, posto que, a mancha urbana continuava evoluindo através do processo de ocupação espontânea, sem planejamento por interferência do estado e com agravamento nos serviços de infraestrutura.

A partir da década de 1990 a cidade passou por novas transformações, com a inserção de obras de infraestrutura que proporcionaram uma nova paisagem para a cidade, estas a modificaram a estrutura e o direcionamento da mancha urbana. A reforma ocorreu a partir da reestruturação da política municipal, resultante da eleição de Jorge Viana do Partido dos Trabalhadores-PT para o cargo de prefeito.

Jorge Viana atuou com prefeito da capital até o ano de 1997, concorrendo posteriormente e sendo eleito para o cargo de governador, onde permaneceu até o ano de

[40]A população na década de 1990 apresenta uma população bem menor do que previsto pelo plano diretor de 1988, porém atinge uma área mais ampla do que o estimado.

2007. Este foi responsável por implantar infraestrutura, serviços e por revitalizar diversos espaços de representatividade para o estado.

Obras como Parque da Maternidade, Parque do Tucumã, fazem parte dos serviços de infraestrutura e embelezamento da cidade, ocasionando valorização do solo local e ao entorno. Ocorreram ainda obras de revitalização, como do palácio Rio Branco, Mercado Novo Velho, Praça Povos da Floresta. Estes serviços remodelam o espaço e as funções que os caracteriza, é importante ressaltar que as modificações não são somente estruturais, á um remanejamento da população que faz parte do espaço, esta é retirada ou permanece por pouco tempo, por não atenderem aos novos padrões de moradia.

O mesmo acontece nas áreas de comércio, no qual o comércio irregular, é retirado, por não apresentar os padrões exigidos para a nova estrutura social. Seguindo o processo de urbanização, estas populações excluídas legalmente destes espaços, são transferidas para novas áreas, normalmente localizadas distantes dos centros urbanos.

O cenário é instituído o novo Plano Diretor. Este é aprovado pela Lei nº 1.611 de 27 de outubro de 2006, o qual é formulado através das reivindicações impostas pela Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 do Estatuto da Cidade, que prevê conforme o artigo 4º, inciso III, o plano diretor como instrumentos de políticas públicas que devem ser objetos de controle social, garantida a participação de comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil.

O plano diretor para tanto foi projetado pela prefeitura com apoio do Estado, buscando inserir a participação da população no ordenamento da cidade. Observa-se, porém que a maior parte da população não tem conhecimento sobre a importância do plano diretor, ocasionando a mínima participação da sociedade civil.

A Lei municipal nº 1.611/2006, prevê segundo o Art. 2º, que o Plano Diretor deve compreender medidas considerando a área urbana e rural como instrumento global e estratégico da política de desenvolvimento municipal, devendo as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual incorporarem as prioridades neles contidas. O Art. 3º, prevê que além das normativas já estipuladas para o plano diretor, este apresenta as medidas relacionadas ao Zoneamento, aos seus desdobramentos e as Disciplina do Uso da Ocupação e do Parcelamento do Solo.

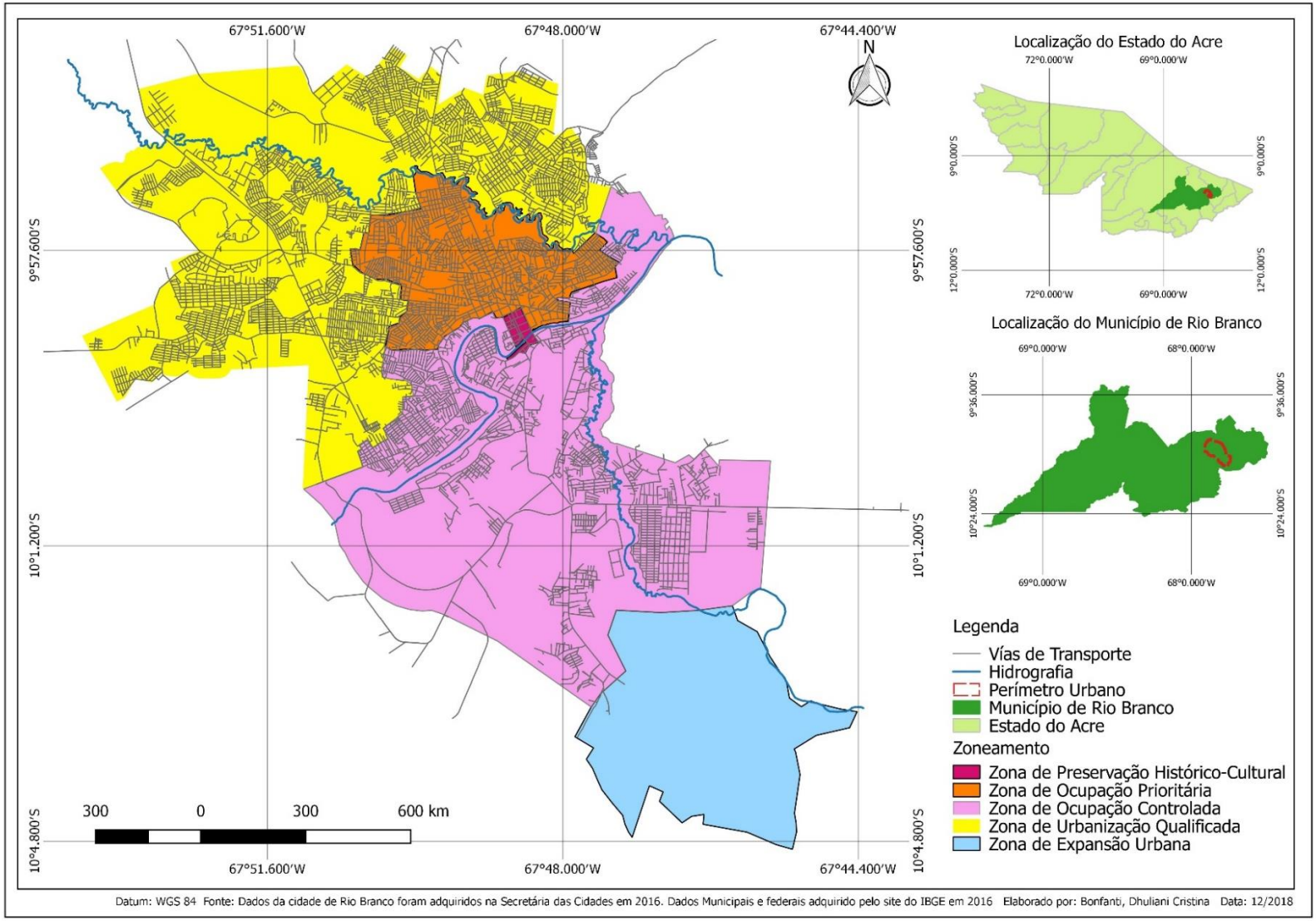
O Estatuto da cidade, foi estipulado como a principal ação do Plano Diretor, a participação da sociedade na formulação do plano, prevista no Art. 5º, constituir como princípio para a formulação deste, o seu fundamento pautado na igualdade e justiça social, na função social da propriedade, no desenvolvimento sustentável e na ampla participação

popular. Referente a participação popular o Art. 11º, determina que a sociedade tenha ampla atuação na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento municipal, propiciando igualdade poder de expressão nos processos decisórios.

Referentes ao direito da função social, um dos principais enfoques na cidade, considerando que a maior parte dos espaços habitados, são resultados do processo de ocupação espontânea. Neste sentido, conforme a seção III, Art. 8º a propriedade urbana deve seguir função social, como previsto pela Constituição Federal de 1988, sob o Art. 182, que combinado com o Art. 1º da Lei Federal de nº 10.257/2001 do Estatuto da Cidade. Desse modo é disposto que a propriedade cumpre a função social quando a infraestrutura, equipamentos e serviços públicos são instalados como bens comuns beneficiando a população do município, conforme a necessidade dos espaços.

Buscando determinar estratégias para a organização do espaço da cidade é estipulado a reformulação do zoneamento da cidade, que é subdividido em macrozoneamento e zoneamento, estes constituem recortes hierárquicos onde são aplicadas as regras de uso, ocupação e parcelamento do solo. O macrozoneamento refere-se à área do território urbanizada, o qual é delimitado de acordo com as características de uso e ocupação do solo, de recursos ambientais e infraestrutura, delimitados como: Macrozona de Consolidação Urbana; Macrozona de Urbanização Específica; Macrozona de Expansão Urbana e Macrozona Rural (Figura 20).

Figura 19. Macrozoneamento da cidade estabelecido pelo Plano Diretor de 2006, sob a Lei Municipal nº 1.611.



Fonte: Datum: WGS 84. Dados de Rio Branco adquiridos na Secretaria das Cidades em 2016 e os dados estaduais e federais foram adquiridos pelo site do IBGE em 2017. Elaborado por Dhuliani Bonfanti. Data: 12/2018.

A Macrozona de consolidação Urbana corresponde à área urbana que obtém melhor infraestrutura na área de água e de esgoto. É subdividida em duas zonas, a Zona de Ocupação Prioritária – ZOP e a Zona de Preservação Histórico-Cultural – ZPHC.

Um dos principais objetivos traçados para a implantação desta zona é ocupar as áreas de vazios urbanos, para que as áreas de moradia não avancem, aumentando os setores de expansão, mas que preencham as áreas já equipadas.

Apesar da insistência a que o plano propõe a ocupação dos vazios urbanos, deve-se levar em conta que esta zona abrange boa parte da área da cidade que concentra bairros de classe média, ocasionando a ocupação voltada para uma determinada população, o que pode ser observado ao verificar que os projetos de habitação do governo estão sendo idealizados em áreas distantes desta zona.

As áreas de preservação histórico cultural, localizada no bairro centro, foi concretizada e mantida preservada e passou ao longo dos anos por diversas obras de revitalização, ao modo que, empenham um forte destaque da cidade.

A Macrozona de Urbanização Específica está dentro da área pouco urbanizada e com infraestrutura inadequada, "desconexo ou não da mancha urbana consolidada com características peculiares de estruturação urbana e paisagística, exigindo um tratamento urbanístico específico" (PMRB, 2006, p. 40).

Subdividida em duas zonas, a Zona de Urbanização Qualificada – ZOQ e a Zona de Ocupação Controlada – ZOC. A ZOQ condiz com boa parte da área urbana do primeiro distrito da cidade, incluindo áreas como: setor industrial (Distrito Industrial) e áreas de preservação ambiental (Irineu Serra). Estas são marcadas pela falta da infraestrutura e ocupação descontinua.

Nestas espaço algumas propostas estão sendo alcançadas, como a implantação de habitação de interesse social, a regularização urbanística e fundiária. Porém alguns projetos voltados a habitação estão consolidando-se em Áreas de Preservação Ambiental – APA, que resultam da implantação de condomínios, abertura de estradas e loteamentos próximos as APAs. Estes novos investimentos causam inúmeros impactos, considerando que ao ser instalado projetos, estas áreas passam a receber serviços tornando-se espaços atrativos para habitação.

Podemos observar que a cidade está sendo direcionada para diferentes espaços conforme as necessidades dos atores sociais, que apontam o crescimento urbano para as áreas com condições de gerar maior interesse econômico e não social. Carlos (2005) aborda esta questão, indicando que o processo de reprodução espacial envolve uma

sociedade hierarquizada, dividida em classes, que produzem o espaço não de forma social, mas atendendo a inclinação dos consumidores privados. Portanto, a cidade é um produto com determinações de apropriação do espaço.

A Macrozona de Expansão Urbana corresponde às áreas do município que ultrapassaram o antigo limite rural, porém que tenham adquirido condições de instalações urbanas, mas que ainda apresenta características rurais. Esta área vem crescendo e recebendo infraestrutura, devido ao projeto de habitação Cidade do Povo, implantado pelo Estado. Este projeto está influenciando tanto esta zona, como a macrozona rural.

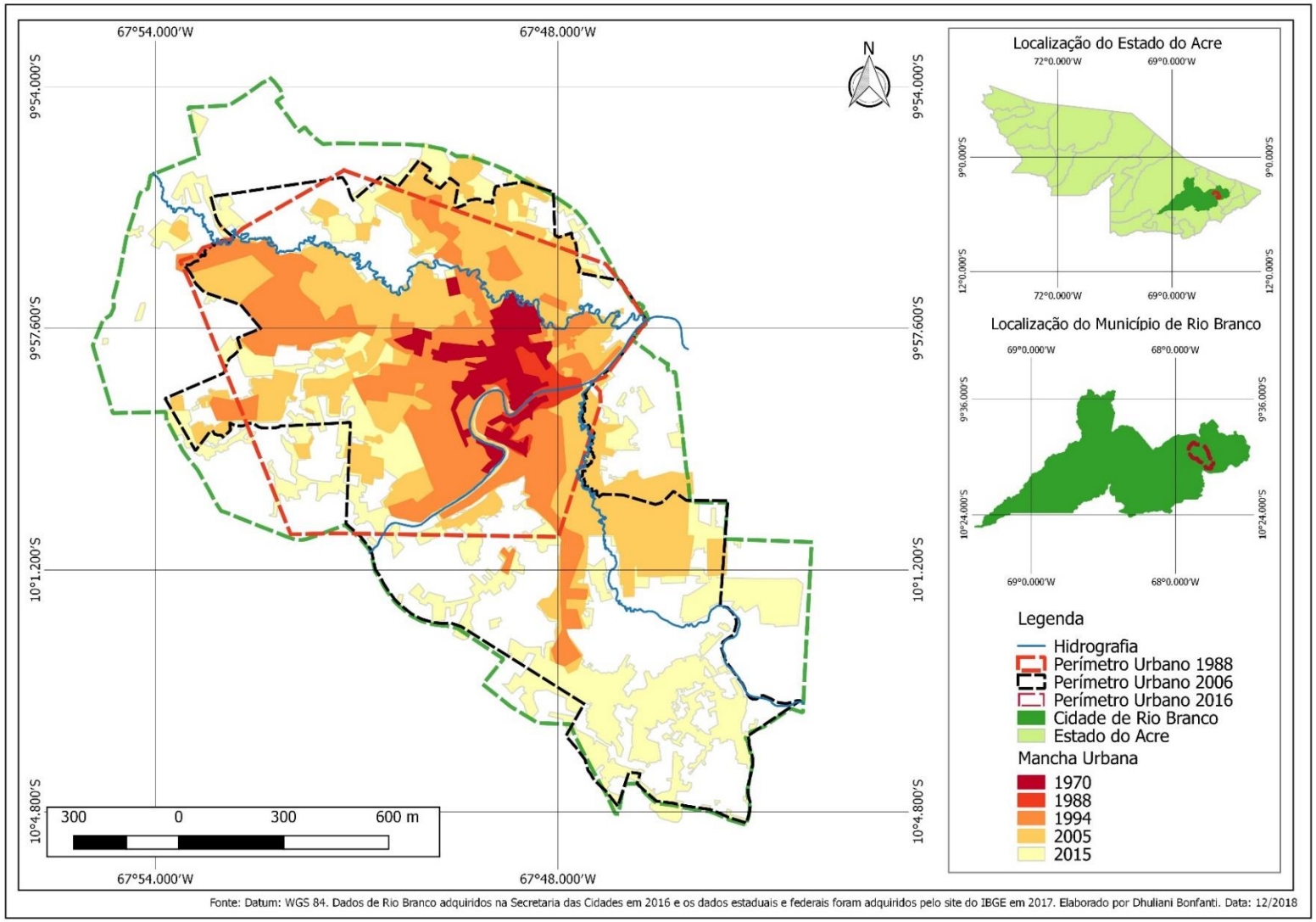
A Macrozona Rural é a área exterior ao perímetro urbano que segundo PMRB (2006) é caracterizada pela baixa densidade populacional e ocupação dispersa, destinadas aos usos da agricultura, pecuária, agroflorestal, extrativismo, silvicultura, mineração, agroindústrias e a conservação e preservação dos recursos naturais, devendo ter sua identidade cultural preservada, sendo que a estrutura fundiária deve respeitar módulo mínimo definido por Lei para esta região e conservar a Reserva Florestal Legal, nos termos da legislação em vigor.

Esta área é voltada para empreendimentos rurais, porém passa por um rápido processo de ocupação, devido aos serviços que estão sendo implantados ao seu entorno, estes serviços buscam atender o novo empreendimento, o bairro Cidade do Povo, que tem previsão para 10.258 unidades habitacionais. Estes fatores aqui discutidos vêm mostrando como as articulações se desenvolvem ao longo do tempo, formadas a partir do jogo de interesse ocorrido dentro do espaço urbano, onde as leis podem ser alteradas ou anuladas conforme os agentes que ali atuam.

Dentro deste jogo de interesses, vetados pela Lei municipal 1.611/2006 artigos 5º e 11º, os quais previam a justiça social e o bem comum, assim como previsto pela Constituição Federal (1988) e pelo Estatuto da Cidade (2001) os quais descrevem que o Plano Diretor deve seguir função social, disposto de bens e serviços para a população de forma igualitária, sem a interferência de interesses que não estejam voltados ao bem público.

A cidade continuou a crescer, neste momento a população correspondia a 319.825 habitantes, alocados entre o primeiro e segundo distrito, a malha urbana passou a expandir-se direcionada aos novos serviços instalados. Neste momento o enfoque de crescimento da malha está direcionado para o segundo distrito da cidade (figura 21).

Figura 20. Mancha Urbana de Rio Branco no ano da década de 1970 a 2015



Fonte: Datum: WGS 84. Dados de Rio Branco adquiridos na Secretaria das Cidades em 2016 e os dados estaduais e federais foram adquiridos pelo site do IBGE em 2017. Elaborado por Dhuliani Bonfanti. Data: 12/2018

Através da malha urbana é possível identificar o crescimento que a cidade recebeu, a expansão das áreas habitadas cresce adentrando o segundo distrito. Novos bairros são formados, a ocupação obteve um acréscimo considerável as margens do igarapé Judia, que até o início da década de 1990 era ocupada por fazendas. Temos com isso, uma rápida reestruturação da cidade que é intensificada após o ano de 2014, com a inserção do bairro Cidade do Povo, um loteamento popular idealizado para receber a população que habitava as áreas de alto risco das margens do rio Acre.

A malha urbana do ano de 2015, apresenta inúmeros fragmentos, este cenário é resultado da rápida valorização do solo. Esta valorização corresponde aos inúmeros serviços que são implantados para atender o Bairro Cidade do Povo. Assim, os proprietários de grandes áreas de terra, passam a transformar essas áreas de fazendas em loteamentos. Além das habitações consideradas legais, surge as habitações ilegais, construídas pela ocupação espontânea que ocupam principalmente as margens do igarapé judia.

A implantação do bairro Cidade do Povo nasce da necessidade em retirar as populações das áreas de alta vulnerabilidade atingidas pelo processo de alagação e direciona-las a outros espaços, este direcionamento deve ser efetivado conforme indicado pela Constituição Federal de 1988, Art. 5º inciso XXII a XXIV, o qual prevê o direito a função social da propriedade e a indenização em casos de desapropriação[41], sustentado pela Lei 2.398, de 21 de dezembro de 1987 que prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União.

3.3 - A REVISÃO DO PLANO DIRETOR A PARTIR DAS ÁREAS INUNDÁVEIS.

As enchentes no município de Rio Branco, foi registrada ao longo doas anos, tornando-se uma problemática histórica-social, caracterizada pela incidência deste acontecimento, ao longo do tempo este processo vem acarretando intensos prejuízos econômicos e sociais para a comunidade que é atingida, estando ao estado a atribuição de atender estes desastres (PMRB, 2016).

As enchentes no rio Acre é um processo natural recorrente no período chuvoso (fevereiro a junho). Este regime intitulado como inundação[42], foi palco de inúmeras

[41]BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Consultado em: 27/10/2018.

[42]Por inundação entenda-se o atingimento da planície de inundação ou área de várzea de um canal de drenagem, provocado pelo transbordamento de suas águas (LEITE, 2015).

reestruturações na cidade de Rio Branco, este fator está atrelado ao fato de que parte da população habitam as margens dos rios em áreas urbanas.

Segundo PMRB (2016). Este meio é agravado ao longo dos anos, por não apresentar intervenção por parte do estado, tornando essas áreas de alto risco de inundação e enchentes. Devemos considerar ainda que conforme a magnitude e a intensidade das chuvas, a mancha da alagação é expandida chegando a afetar, áreas que são afastadas do leito do rio, essas são alcançadas por intermédio das redes de drenagem.

Apesar dos impactos gerados pela alagação serem amplamente discutidos na cidade a partir de 2010, este cenário já vinha a ser registrado desde as primeiras ocupações, que se localizavam no segundo distrito, mas com a recorrência das enchentes, foram transferidas para o primeiro distrito.

Através de fotografias é possível identificar os primeiros registros das inundações ocorridas as margens do rio Acre, os quais apresenta as habitações margeadas ou submersas pelas águas, com a população se deslocando nas ruas através de canoas ou passarelas improvidas (Figura 22 e 23).

Figura 21. Inundação em 1930

Fonte: PMRB, 2010

Figura 22. Inundação em 1940

Fonte: PMRB, 2010

Estes relatos referem-se a cerca de 60 anos atrás, contudo, a realidade das alagações não tem grandes alterações nos anos que se seguiram. A retirada da população através de transportes fluviais, as passarelas improvidas, as fotografias que retratam as casas parcial ou totalmente cobertas pelas águas. Algumas medidas foram tomadas, buscando minimizar os impactos sociais, como a retirada da população das áreas mais afetadas, mas como não são fiscalizadas, não ocorre um reflorestamento ou é dado outra função a elas (bosques, praças e outros), passam a ser ocupadas novamente.

Segundo Leite (2015) Os riscos de ocupação são iminentes, mas devido à alta valorização do solo, aliado ao alto fluxo migratório e a baixa renda desta população, estas

passaram a ocupar estes espaços sem o planejamento e a gestão adequada, sendo comum o enfrentamento com a polícia e o estado.

A cota de alerta do rio Acre no Município de Rio Branco, segundo a PMRB (2016) é de 13,50m e a sua cota de transbordamento e de 14,00m. A partir do momento em que atinge a primeira metragem é emitido o sinal de alerta, na segunda metragem o transbordamento é concretizado, atingindo as habitações mais próximas das margens dos rios.

A partir da década de 1970, quando a cidade ganha um grande índice populacional o número de atingidos pelas áreas inundáveis passam a ser maior ocasionando prejuízos de ordem econômica e social. Consideradas históricas, as enchentes ocorridas nos anos de 1988, 1997, 2006, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 (PMRB, 2013).

A cada enchente o número de atingidos é elevado (Quadro 6), esse fator tornou-se recorrente por dois motivos, o primeiro corresponde ao aumento populacional, o qual a população tem elevado crescimento e passa a alocar-se em diversos pontos da cidade, formando novos bairros em meio a áreas próximas a cursos d'águas, como os igarapés e córregos. O segundo refere-se ao aumento do número de água nestes cursos, que passam a transbordar, atingindo assim as habitações que o permeiam, este fator é agravado após a cota de 17,0 m.

Quadro 6. Dados referente as enchentes do rio Acre e o número de atingidos no município de Rio Branco.

Ano	Nível Rio Acre (m)	Dias acima da cota (13,50)	Dados Populacionais		
			Nº de famílias atingidas	Nº de Pessoas Atingidas	Pessoas Desabrigadas
1988	17,2	24	4.500	18.000	6.200
1997	17,66	49	5.500	22.000	7.000
2005	14,42	6	2.100	8.100	210
2006	16,72	16	10.200	40.600	4.000
2009	15,5	24	4.500	18.000	1.400
2010	15,55	8	4.800	19.300	1.600
2011	16,16	15	7.450	29.900	2.700
2012	17,64	47	16.300	65.000	8.000
2013	15,33	15	3.900	15.500	1.300
2014	16,77	43	10.700	43.000	4.500
2015	18,4	32	25.000	100.000	10.000

Fonte: Defesa Civil (2016). Organizado pela autora.

O transbordamento dos igarapés e córregos, invadindo diversos espaços de forma descontinua, varia conforme a elevação do solo e o nível de água causando um dano elevado, pois apesar de não afetar diretamente a população que não tem suas casas alagadas, afeta indiretamente uma vez que atinge as vias de acesso, transformando diversos bairros em pequenas ilhas. Outro fator que agrava os impactos sociais e a permanência de dias em que o rio mantém suas águas elevadas, causando um grande transtorno para as famílias que permanecem nos abrigos, até a baixa das águas, sem estrutura básica.

Em busca de minimizar os impactos sociais, foi instalado como medida provisória a retirada da população dessas áreas. Por essa razão, o Estado e a prefeitura iniciaram um projeto para o deslocamento das populações atingidas pelas cotas de transbordamentos mais recorrentes, que refere-se as cotas de 13,90m a 15,90m, as famílias passaram a ser assistidas pelo programa de Habitações de Interesse Social (HIS), os quais foram amparados pela Lei Federal de nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, que determina o atendimento especificamente para a parcela da população que é afetada por vulnerabilidade ou calamidade pública, atribuída ao Decreto Federal de nº 6.307 de 14 de dezembro de 2007.

Com a configuração dessa legislação, as famílias passaram a ser atendidas (como previsto pela lei) de duas formas, enquanto algumas receberam o benefício assistencial do aluguel social, outras foram realocadas para programas de habitação popular. Estes benefícios foram implantados através do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, dividido em duas partes, o PAC I e o PAC II, os quais forneceram para o estado recursos para reestruturar diversos serviços, entre eles: água, esgoto, transporte, energia e habitação.

Quanto aos programas de habitação, podemos identificar a incidência de uma ampla instalação na capital, atendendo a necessidade de ordenar a população retirando-as das áreas de risco e inserindo-as em áreas próprias para habitação. Tendo por objetivo "Melhorar as condições de habitação e mobilidade em assentamentos precários em centros urbanos, com obras de infraestrutura como construção de moradias, drenagem, abastecimento de água, esgotamento sanitário, iluminação pública, entre outras". (BRASIL, 2018)

Entre as inundações registradas, a do ano de 2012 foi um marco, o rio alcançou a cota de 17,64 m atingindo cerca de 50 bairros e 65 mil famílias. Ocasionando uma rápida e intensa ameaça a população, estas foram socorridas em grande parte pelo programa de

assistência da prefeitura, inseridas em abrigos provisórios, instalados em diferentes áreas e setores da cidade.

Boa parte da área urbana, durante este acontecimento ficou submersa pela água. As primeiras áreas atingidas seguiam as margens do rio Acre, porém com o aumento constante da precipitação, os igarapés e a malha de drenagem não suportaram o forte índice pluviométrico e similarmente transbordaram, ampliando cada vez mais as áreas alagadas. Através destes fatores inúmeros bairros que até então não tinham sido afetados pela alagação foram atingidos.

Além de atingir vários setores da cidade a enchente teve um agravante, que foi a permanência do volume de água por um período de 47 dias, o segundo maior registrado, ultrapassando apenas o ano de 1997, com 49 dias. Causando um grande transtorno para as famílias que permaneciam em abrigos, sendo registrado não só a situação de emergência como a de calamidade pública (Figura 24).

Figura 23. Vista aérea da cidade de Rio Branco no ano de 2012

Fonte: ACRE (2012)

Com a intensificação das enchentes atingindo áreas mais longínquas, foi afetado também aqueles que não estavam alagados, uma vez que as vias de acessos, comércios, energia e outros serviços foram racionalizados. Consideramos para tanto que esta situação afeta não apenas a população que habita as margens do rio, mas também aquelas que moram em locais mais altos da cidade, seguindo os bairros favelizados e os que apresentam populações favorecidas economicamente.

Apesar de toda a população ser afetada, Morais (2013) descreve que a maior parte é constituída por famílias de baixa renda e que vivem em áreas desprovidas de

infraestrutura urbana. Com a baixa da água a maior parte da população volta a suas habitações, buscando reconstruir suas moradias com inúmeros prejuízos. As áreas mais atingidas, são cadastradas e as famílias passam a receber o benefício do aluguel social. Neste sentido, não há uma remoção efetiva desta população, a área não é estruturada para que não ocorra mais habitações, ocasionando a volta destas ou de novas famílias para estes locais.

Nos dois anos que segue as enchentes continuam a ocorrer, porém, com menor incidência, registrando a cota de 15,33 m no ano de 2013 e 16,77 no ano de 2014. Apesar de apresentarem um número inferior de atingidos, esse processo de alagação continua ocasionar o enfraquecimento ambiental e social dessas áreas, que se tornou uma grande crise no ano de 2015 com o maior registro de alagação do município.

No ano de 2015 ocorreu a maior enchente registrada no rio Acre, atingindo a cota de 18,40 m. Neste ano, as águas do rio Acre atingiram boa parte da área urbana e rural da cidade de Rio Branco e outros municípios, alcançando bairros que até então ainda não tinham sido afetados.

No ano de 2015 as águas ultrapassaram a cota de 2012, obrigando mais moradores a se retirarem de suas casas em virtude da probabilidade de danos ainda maior, o total de 10.000 famílias. Segundo PMRB (2016), foram contabilizados o total de 28 (vinte e oito) abrigos espalhados pela cidade, que receberam mais de 2.907 (Dois mil novecentos e sete) famílias. Apenas no Parque de Exposição Marechal Castelo Branco, considerado o maior abrigo, foram assistidas 1.446 (Mil quatrocentos e quarenta e seis) famílias.

A situação começou a ser agravada quando áreas que até então eram utilizadas como abrigos, passaram a ser atingidas, obrigando a rápida transferência dessas famílias ou impossibilitando de chegar assistência a elas por consequência do fechamento das vias de acesso, podendo ser trafegadas apenas por transportes aquáticos de pequeno porte.

Além da cidade de Rio Branco, está enchente atingiu 09 (nove) municípios do estado, que são eles: Brasileia e Xapuri, considerados em estado de emergência, Tarauacá, Assis Brasil, Capixaba, Porto Acre, Sena Madureira e Epitaciolândia. Considerando os municípios, foi totalizado o número de 130.765 (cento e trinta mil setecentos e sessenta e cinco) famílias afetadas.

Apesar de se ter um possível número de pessoas e municípios diretamente atingidos, o impacto social, ambiental e econômico, foi muito maior, pois além de ser afetado pela alagação no estado, este foi acometido, também pelos agravantes da cheia que acontecia no estado de Rondônia.

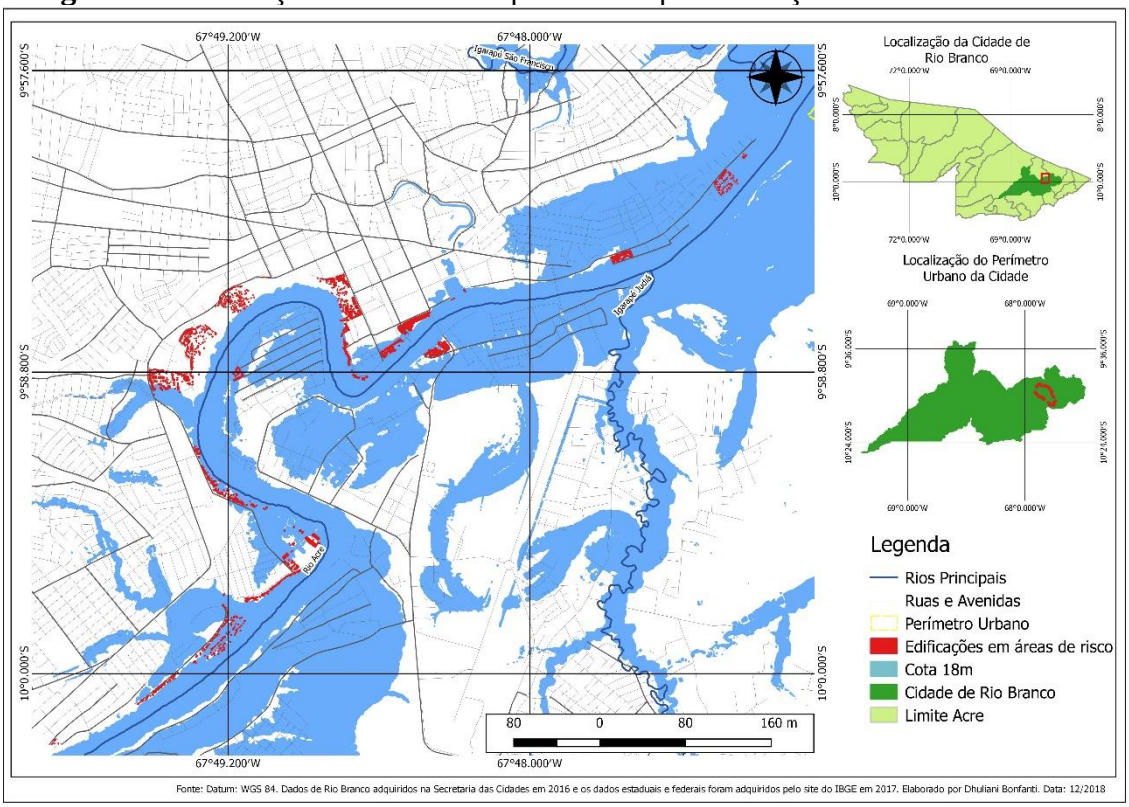
As cheias em grandes proporções no ano de 2015 acometeram outros estados, entre eles, Rondônia. Está agravou a situação do território Acreano, considerando que a principal via de acesso terrestre entre o Acre e o resto do país segue pela BR-364 (corta o estado de Rondônia) que é margeada em algumas áreas pelo rio Madeira, o qual transbordou, impedindo o deslocamento de pessoas e mercadorias. Ocasionando a escassez de alimentos, remédios, e demais produtos.

Neste sentido, podemos definir que a alagação de 2015 ultrapassou o esperado pela defesa civil, tanto ao número de famílias atingidas, quanto ao impacto ambiental e social que até então não tinham sido registrados na cidade. Através destes cenários, a capital, passou a emitir de forma exacerbada os grandes impactos que o processo de ocupação desordenado vinha causando a cidade, levando ao poder Público Federal, tomar medidas em relação às áreas de ocupação do rio Acre e as demais ocupações em áreas de risco.

Durante estas enchentes causando diferentes impactos, medidas efetivas para a retirada da população das áreas de risco só vieram ocorrer no ano de 2012, que apesar do plano diretor de 1986 e 2006, apresentar a necessidade de modificação dessa estrutura.

Com isso, foi apenas com a intensa crise habitacional, ambiental e social identificada com a cheia de 2012 que teve início a política de planejamento habitacional, pela qual foi realizado um planejamento voltado para a construção de um conjunto habitacional que atendesse a população da área de risco, prioritariamente do rio Acre e posteriormente em outros setores, um total de 3.348 habitações localizadas em áreas de alto risco (Figura 26).

Figura 24. Edificações consideradas prioritárias para remoção



Fonte: Datum: WGS 84. Dados de Rio Branco adquiridos na Secretaria das Cidades em 2016 e os dados Estaduais e Federais foram adquiridos pelo site do IBGE em 2017. Elaborado por Dhuliani Bonfanti.

A Cidade do Povo é um grande empreendimento imobiliário instalado na cidade de Rio Branco, que teve o seu projeto implantado através da parceria entre o Estado do Acre e a iniciativa privada, utilizando recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida, o qual tem por objetivo suprir o déficit habitacional da cidade (PIMENTEL, 2017).

A localização do bairro está inserida em uma das regiões de maior crescimento de Rio Branco, o qual é abrangida pelos eixos viários de grande importância, facilitando o acesso ao centro da cidade, os mais significativos é a Avenida Chico Mendes, a qual possui caráter comercial e de serviços e a Rodovia BR-364 (ACRE, 2015).

Além de suprir o déficit habitacional, a função primeira deste empreendimento e atender a população em área de risco da cidade do povo, que compreende 12 bairros, são eles: Baixada do Habitasa, 06 de agosto, Cidade Nova, Taquari, Airton Sena, Base, Centro, Aeroporto Velho, Cadeia Velha, Preventório e bairro Quinze.

A cidade é planejada para alocar 10.518 habitações, que irão beneficiar a população de baixa renda, os servidores estaduais e unidades comerciais. Na primeira etapa, foram entregues 3.348 Unidades Habitacionais, destinadas para as populações de áreas de risco prioritariamente das margens do rio Acre.

Além das habitações essa área vai contar com todos os serviços necessários para atender a comunidade, entre eles 04 (quatro) creches, 01 (um) terminal de integração, 21 (vinte e uma) escolas, 36 (tinta e seis) praças, 02 (duas) UPAs, áreas verdes, localizadas nas zonas de APP e que serão integradas como parques e bosques, e outros (Figura 27).

Figura 25. Estrutura do Bairro Cidade do Povo

Fonte: ACRE (2012)

O bairro foi planejado para trazer toda a estrutura necessária para as populações que viriam a habitar estes espaços, contando com a inserção de serviços planejados por diversos profissionais para cumprir além das necessidades de morar, mas também as legislações vigentes. "*La presencia de equipamientos urbanos, sobre todo salud y educación, pero también seguri-dad y espacios verdes, aporta elementos relevantes para entender en qué medida su carencia tiende a profundizar patrones de segregación socio-territorial."* (MURILLO, 2011, p.12)

Estes e outros programa de habitação, foram os principais indicadores da nova estrutura da cidade, sendo assim, o Plano Diretor, foi revisado no ano de 2016, considerando novos padrões de crescimento para a cidade. Assim a cidade passa a ser transformada diariamente, sob novos olhos, novas estruturas, novas paisagens, que

ocorrem através da implementação de loteamentos residências, grandes prédios de subúrbios, ruas, cada pequena transformação é uma transformação (BERTHAND, 2007)

Através da Lei municipal de Nº 2.222 em 26 de dezembro de 2016, é aprovado o Plano Diretor de Rio Branco, este foi formulado com base nas determinações da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade. Para o melhor ordenamento da cidade, o Plano segue uma nova subdivisão das Macrozonas, Zonas e Áreas Especiais, constituindo recortes hierárquicos a qual são aplicadas novas regras de uso, ocupação e parcelamento do solo (Quadro 7).

Quadro 7. Características do zoneamento da cidade de Rio Branco

Macrozonas	Descrição	Funções
Zona Urbana	aglomerações separadas do perímetro urbano, com predominância de uso residencial, com baixa incidência de equipamentos urbanos e infraestrutura básica	• estimular a ocupação das áreas efetivamente urbanizadas e não edificadas; • promover a melhoria das condições das áreas já ocupadas através da complementação da infraestrutura; • proteger as áreas de preservação e a rede de drenagem natural; • regularização fundiária para os Núcleos Urbanos
Zona Consolidada	porção de território urbanizado, com principal concentração de comércios, equipamentos, serviços e moradia, com alta densidade populacional, e melhores condições de infraestrutura	• incentivar a ocupação dos lotes vazios e o parcelamento das áreas remanescentes; • estimular o adensamento por meio da verticalização das edificações; • compatibilizar o adensamento com o respeito às características ambientais e os bens e áreas de valor histórico e cultural; • promover a melhoria da acessibilidade e mobilidade urbana; • aplicar instrumentos do Parcelamento e Edificação ou Utilização Compulsória e Operações Urbanas Consorciadas; • fortalecer as atividades de cultura, esporte e lazer, comércio e serviço;
Zona em Consolidação	Área de densidade populacional média e baixa, com grande quantidade de vazios urbanos e vocação para alto adensamento.	• estimular a ocupação das áreas efetivamente urbanizadas e não edificadas; • promover a melhoria das condições das áreas já ocupadas através da complementação da infraestrutura; • compatibilizar o adensamento com o respeito às características

		ambientais e os bens e áreas de valor histórico e cultural; • fomentar o desenvolvimento dos núcleos comerciais existentes; • organizar o sistema viário e o sistema de transporte, priorizando o transporte coletivo
Zona de Qualificação Urbana	Área com baixa ocupação e densidade populacional, com infraestrutura parcialmente instalada e carência de serviços, além de condicionantes que limitam à verticalização.	• adequar o uso e a ocupação do solo em função do conforto térmico, garantindo a ocupação de baixa verticalização; • evitar novas ocupações desordenadas; • restringir a ocupação em área de risco; • fomentar o desenvolvimento em eixos estratégicos comerciais; • compatibilizar o adensamento com o respeito às características ambientais e os bens e áreas de valor histórico e cultural.
Zona de Ordenamento Territorial	Engloba áreas com alto índice de irregularidade fundiária, infraestrutura parcialmente instalada, grande quantidade de vazios urbanos, carência de equipamentos e serviços, além de vocação para áreas de habitação de interesse social	• promover a inclusão sócio espacial por meio da urbanização e regularização fundiária das áreas de ocupação precárias; • complementar e implantar infraestrutura; fomentar o desenvolvimento em eixos estratégicos comerciais; • compatibilizar o adensamento com o respeito às características ambientais e os bens e áreas de valor histórico e cultural; • propiciar o desenvolvimento industrial em área demarcada.
Zona de Vulnerabilidade Ambiental	Área com características específicas de baixa a alta densidade populacional, com incidência, em sua maior parte, de relevantes fragilidades e fortes riscos físico ambientais (alagação, desbarrancamento e assoreamento).	• compatibilizar e adequar o uso e a ocupação do solo em função das limitações ambientais; • promover a requalificação ambiental dos fundos de vale e área inundáveis; • evitar novas ocupações desordenadas; • garantir a preservação ambiental, paisagística e cultural do Rio Acre; • definir e ordenar padrões urbanísticos diferenciados, em determinadas áreas, com enfoque para o desenvolvimento de comércios e serviços.

Fonte: PMRB (2016). Elaborado pela autora.

Através do cenário imposto pela tabela, podemos descrever que as zonas foram modificadas, assim como suas funções. Outra mudança significativa, apresentada neste plano é a alteração do perímetro da cidade que foi expandido passando a abranger diversos novos bairros, ao qual estavam sendo inseridas como zonas de crescimento econômico.

O principal enfoque que passou a direcionar o planejamento da cidade está baseado nos princípios da habitação. Deste modo a Lei Municipal 2.222 de 26 de dezembro de 2016, apresenta no Art. 7º como princípio da função social da cidade, o direito de habitar, assegurando a população, condições de vida e moradia compatíveis com o estágio de desenvolvimento do Município, através da inserção de programas habitacionais, da implementação de melhores serviços urbanos, como saneamento básico destinado a melhorar as exigências sanitárias e ambientais do seu território e os níveis de saúde da população.

Outra perspectiva está no sentido de adequar as questões ambientais a legislação do Código Florestal e do CONAMA. Considerando que a cidade apresenta inúmeras áreas de proteção, que ainda estão passando pelo processo de ocupação.

O plano diretor determina segundo o Art. 79º que as faixas não edificadas ao longo dos cursos d'água coincidirão com as Áreas de Preservação Permanente-APP, como estabelecido pelo Código Florestal Brasileiro. O §1º Considera que as Áreas de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, devem seguir as normas:

> I -As faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:
> a) 30,00 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10,00 (dez) metros de largura;
> b) 50,00 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10,00 (dez) a 50,00 (cinquenta) metros de largura;
> c) 100,00 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50,00 (cinquenta) a 200,00 (duzentos) metros de largura (PMRB, 2018).

Esta é a área de APP, que passa a ser estipulada através do planejamento Urbano da cidade, considerando as áreas que apresentam ou não área de vegetação. Quanto a área de supressão da vegetação o §4º, indica que a intervenção ocorrerá somente em processos administrativos próprios, realizado pelo órgão ambiental competente sob licenciamento, nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, previstas no Código Florestal Brasileiro, que são eles: utilidade pública, atividades de

segurança nacional e proteção sanitária, obras de infraestruturas necessárias e obras estipuladas pela defesa civil. Quanto as áreas que apresentam riscos ambientais, segundo o Art. 128. São divididas em três zonas, que são elas; alta vulnerabilidade; média vulnerabilidade e baixa vulnerabilidade (Quadro 8).

Quadro 8. Classificação das áreas de risco segundo a Lei Municipal nº 2.222 de 26 de dezembro de 2016 sob o Art. 129

Índices	**Descrição**
Alta vulnerabilidade	Área restritiva ao uso e ocupação do solo em razão de maior ocorrência de inundação e existência de pontos de deslizamentos
Média vulnerabilidade	Área intermediária em relação a sua ocupação, definida pelo intervalo das cotas altimétricas (133,50 m a 135,50 m)
Baixa vulnerabilidade	Área sem incidência de inundação, com grandes vazios urbanos e altas taxas de ocupação.

Fonte: Prefeitura de Rio Branco, 2006.

Nas áreas classificadas como de risco, é proposto a requalificação ambiental, para as áreas de altas taxas de ocupação é identificado como plano a restauração de setores, retirando a população e realocando para áreas de interesse social, assim como a recuperação da mata ciliar. Atendendo desta forma também as áreas de média vulnerabilidade.

A zona de alta vulnerabilidade, retrata a área as margens do Rio Acre, estipulando a retirada das habitações localizadas dentro da cota de 13,50 m. Apesar de os Planos Diretores de 1986 e 2006 preverem a saída da população destas áreas por serem identificadas como impróprias para habitações, o que se tem visto ao longo do tempo são ações pontuais, voltadas para ao atendimento quando o desastre já ocorreu. Caracterizando a efetivação da gestão e não do planejamento.

Com as medidas tomadas pelo Governo Federal, a população passou por tanto a ser direcionada para a área do bairro Cidade do Povo. Este faz parte do PAC2 (Programa de Aceleração do Crescimento) e enquadra-se no programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. Isso será construído na perspectiva dos agentes modeladores da cidade ou no sentido da criação de um consenso em torno do projeto de cidade, com o objetivo de sanar o déficit habitacional de Rio Branco (MORAIS e VENTURATO, 2013).

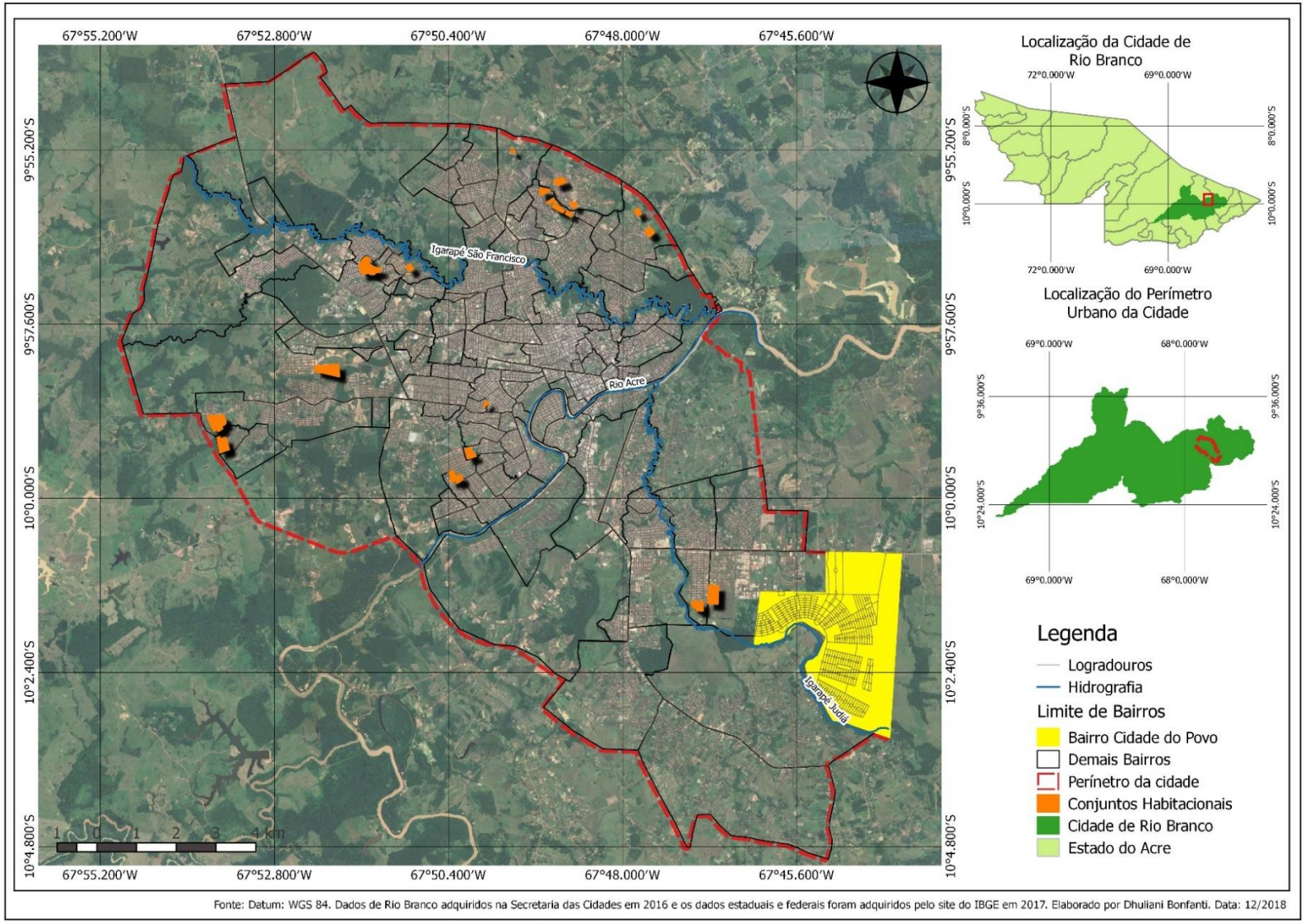
O novo Plano Diretor traz as diretrizes necessárias para a nova reestruturação da cidade, que direciona seguindo novas vertentes de crescimento, para tanto estão sendo instaladas próximo a estas a implantação de loteamentos habitacionais a qual tem como principal direcionador, o bairro cidade do povo. Para a implantação destes conjuntos toda a área ao entorno deve receber serviços de educação, saúde e demais infraestrutura.

Quando ocorre a inserção de um serviço por parte do estado, este gera a valorização do solo ao entorno, a população passa então a habitar cada vez mais esses espaços, este é um dos objetivos traçados pelo planejamento. Porém, à medida que estes serviços são fornecidos, a população de baixa renda também passa a habitar estes espaços, tornando essas áreas propensas à novas ocupações irregulares, em sua maioria, áreas de risco.

Entre estes serviços está a implementação de loteamentos, que são planejados e construídos através de investimentos do governo Federal e governo do Estado, através do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC e o minha casa minha vida, que tem por objetivos atender à necessidade de habitação para a população que a cidade apresenta, priorizando a população que habita locais considerados de risco pela Defesa Civil do Estado.

Os loteamentos foram implantados em diferentes bairros da cidade, em sua maioria em vazios urbanos de poder do estado. A localização destes espaços apresenta uma coerência, ao modo que são implementados em bairros periféricos sempre no final do perímetro do bairro. Os principais loteamentos são: Rosa Linda I, II e III; Eldorado, Jequitibá, Cabreúva, Itatiaia, Rui Lino III e o bairro Cidade do Povo (Figura 28).

Figura 26. Loteamentos Sociais na cidade de Rio Branco



Fonte: Datum: WGS 84. Dados de Rio Branco adquiridos na Secretaria das Cidades em 2016 e os dados estaduais e federais foram adquiridos pelo site do IBGE em 2017.Elaborado por Dhuliani Bonfanti. Data: 12/2018.

Os loteamentos atendem o previsto pela constituição é o Estatuto da cidade em relação ao direito à moradia, entretanto é importante ressaltar que além das habitações, estes projetos devem atender à necessidade ao trabalho, escola, serviços de saúde e outras políticas sociais. Estes pontos são importantes quando consideramos a localização um fator primordial na implantação destes serviços.

Considerando os fatores e identificando a distribuição dos loteamentos no mapa, podemos observar que estes foram implantados em áreas diversificadas, sempre ao final do limite dos bairros, onde os serviços não estavam à disposição e passaram a ser implantados ao longo dos anos. Este fato nos trazem duas discussões, a questão social e a econômica.

Em relação análise das questões sociais, é possível, observar que diferentes impactos são gerados em torno das populações que passam a habitar estes espaços. Podemos chegar a esta definição a partir da observação da situação que estas populações passam a ser submetidas. A condição destes habitantes passa a ser outra, iremos esclarecer este fato descrevendo o seguinte fato, quando esta população é deslocada, elas são direcionadas a locais distantes do centro, ao final dos bairros, áreas que apresentam extensas áreas de terras não habitadas.

A área passa a receber os serviços mínimos necessários, estes acabam não suprindo a necessidade desta população, a mais evidente e a falta de emprego, considerando que boa parte destes trabalhavam de forma informal e que agora habitando locais distantes, não tem acesso cotidiano aos mesmos espaços. Outra dificuldade que encontram é em relação à violência, uma vez que estas áreas dificilmente têm acesso ao policiamento. Portanto, não ha uma resolução nos problemas sociais desta população, apenas a modificação deles.

> *Tales factores tienen que ver, en primer lugar con la propia intervención del Estado. La investigación somete a consideración la hipótesis que la intervención del Estado en la forma de complejos habitacionales, lejos de facilitar el acceso de los más pobres a la vivienda y a la ciudad, en los casos estudiados tendió a su segregación y fragmentación. La evaluación comparativa de las condiciones de vida en proporción al costo de generación de hábitat tiende a demostrar que la informalidad, a pesar de sus malas condiciones de vida, sigue siendo la opción más viable para satisfacer las necesidades de los más pobres, aun cuando signifique convivir expues-tos a riesgos ambientales y la mayor inseguridad en todo sentido. El mercado reproduce lógicas especulativas, cuando no es regulado adecuadamente, tendiendo a segregar a las clases populares* (NESTOR, 2011, p. 12).

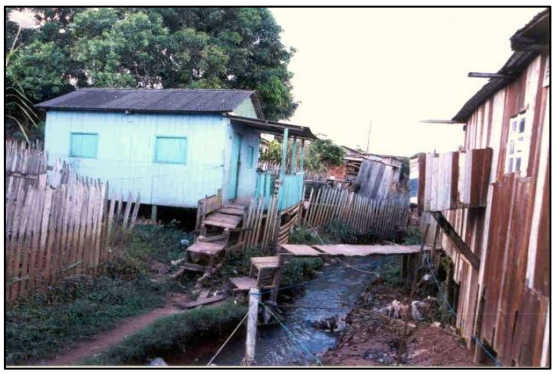
Uma desigualdade social ainda maior é gerada, pois, traz inúmeros problemas a população que é deslocada e provoca o benefício da valorização econômica, devido a rápida elevação do valor do solo, que é aderida às áreas ao entorno destes conjuntos habitacionais. A valorização ocorre pela presença de serviços básicos que são oferecidos, assim os proprietários de grandes áreas de terra que estão alocadas nas adjacências têm a valorização de seus terrenos sem nenhum custo pessoal.

Os problemas ambientais são implementados, visto que singularmente aos processos habitacionais, são tomadas medidas para a recuperação das áreas desocupadas e dos cursos d'água. A restauração das margens de cursos d'águas ocorreram através da implantação de áreas verdes, praças e serviços de âmbito social. Alguns igarapés tiveram o seu leito cimentado, tornando-se esgoto a céu aberto outros, porém foram mantidos com sua estrutura.

Segundo Aquino e Farias (2017) estas formas de administrar as APPs, podem tornar-se um valioso instrumento de desenvolvimento urbano, pois, assegura o equilíbrio ecológico ao mesmo tempo, em que proporciona a sociedade um local benéfico, trazendo lazer, a prática de esporte e a proximidade com a natureza.

A primeira área recuperada foi a área do igarapé da maternidade (29 e 30), uma das mais importantes obras públicas da cidade. O Parque da Maternidade, tem extensão de 6 km, e apresenta praças, quadras de esporte, pista de caminhadas, pista de ciclismo e outros.

Figura 27. Igarapé da Maternidade



Fonte: Melo (2017)

Figura 28. Parque da Maternidade

Fonte: Melo (2017)

Obras como estas, revitalizaram diversos espaços na cidade proporcionando qualidade de vida para a população, porém, apresentam também diversos impactos ao ambiente, como é o caso da poluição das águas, que torna o antigo igarapé em um esgoto a céu aberto, processo que é agravado ao longo dos anos por receber uma grande

quantidade de esgoto. Outro impacto observado é o fato de alguns desses canais estarem recebendo a cimentação de seu leito, o qual resulta em inúmeros impactos ao igarapé, ao solo e ao lençol freático.

Entre estes é observado em períodos de fortes precipitações, como o leito destes cursos d'água estão acimentados, não ocorre a infiltração da água, provocando a cheia do canal que transborda, provocando a enchente nas áreas ao entorno e por consequência o alagamento de vários pontos da cidade, atingindo casas, comércios e importantes vias de acesso (Figura 31 e 32).

Figura 29. Via Parque

Fonte: Ribeiro (2018)

Figura 30. Av. Antônio da Rocha Viana

Fonte: Ribeiro (2018)

Ao decorrer dos anos novas obras voltadas para a recuperação de áreas de APP, foram implantadas, como o Parque do Tucumã, Parque do Açaí, parque Ingá, Parque do São Francisco e outros. Estes projetos são beneficiados pelo PAC I e PAC II, os quais foram realizados a implantação da infraestrutura neste espaço, transformando-os em parque, ocorreu a retirada da população que estavam ao longo dos igarapés, estas foram beneficiadas com os programas de habitação.

Apesar de muitas áreas serem "recuperadas" a maior parte dos cursos d'água da cidade de Rio Branco continuam a ser habitadas, como é o caso do igarapé Judia e São Francisco.

3.4 - CLASSIFICAÇÃO DE USO DO SOLO NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – APP DO IGARAPÉ JUDIA, IGARAPÉ SÃO FRANCISCO E RIO ACRE.

Apesar de inúmeras medidas serem estabelecidas para a retirada das famílias das áreas dos cursos d'água, consideradas como áreas de risco, o número de habitações ao longo dos igarapés vem crescendo. Para compreender este processo foi realizado a

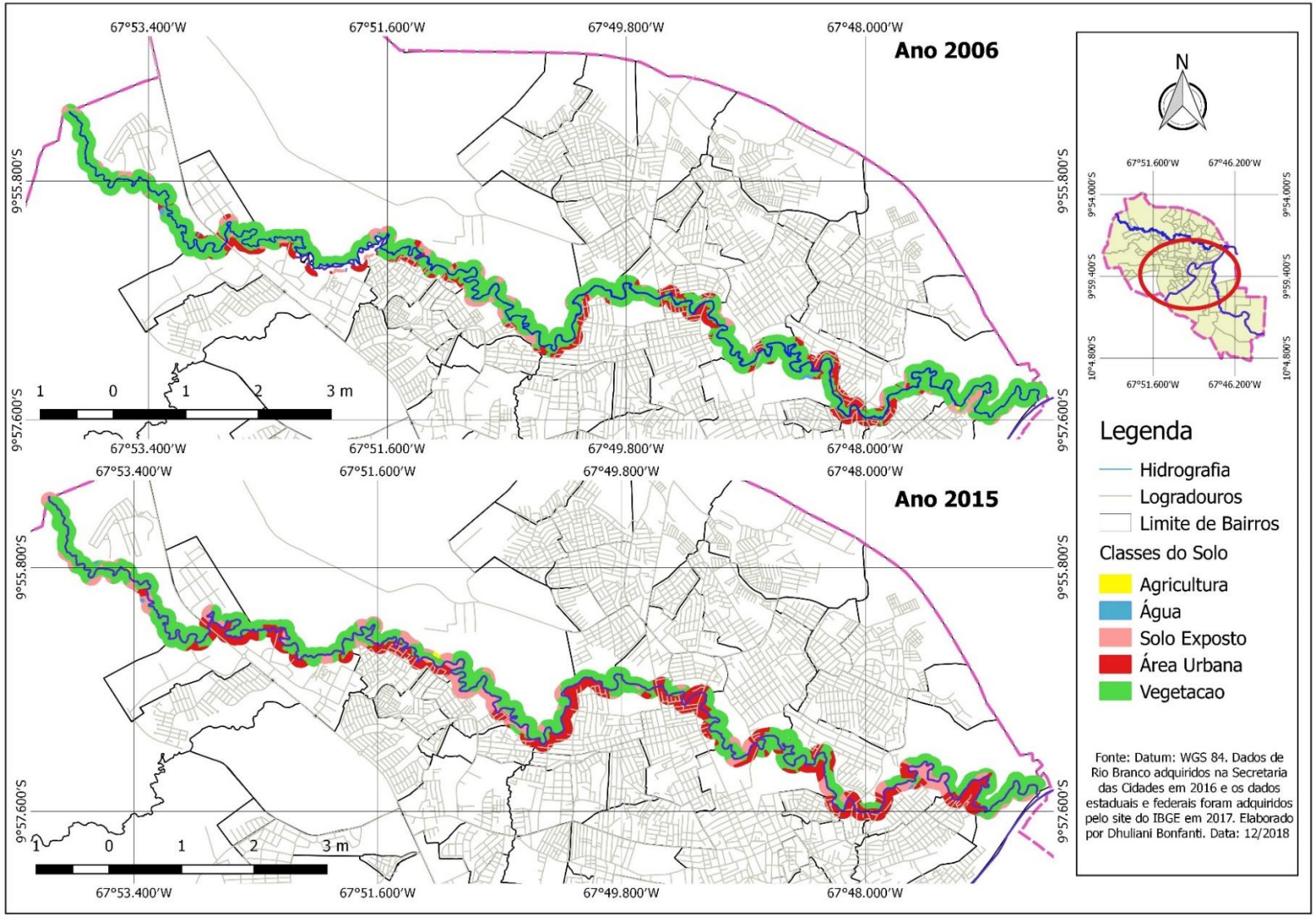
classificação das áreas de APP, dentro do perímetro urbano, referentes a três cursos principais, o rio Acre, com APP de 27,02 km² e os igarapés Judia com APP de 39,2 km² e São Francisco com APP de 44,4 km². Considerando uma diferença de 10 anos, buscando verificar as alterações que ocorreram ao longo deste período.

A área urbana da cidade de Rio Branco, apresentar apenas três itens de APPs, que são eles: as margens ao longo dos cursos d'água, as nascentes, os lagos e lagoas, porém o recorte espacial para a identificação da urbanização em áreas irregulares refere-se apenas as áreas aos cursos d'água, ou seja, apenas um tipo de APP é analisado nesta pesquisa.

A classificação das imagens resultou na identificação do índice de vegetação, água, solo exposto, agricultura e área urbana. Resultando em um mapa comparativo da área de limite da APP dos anos de 1996 a 2015 trazendo informações acerca do aumento da ocupação.

Através da identificação de cada classe do solo e o cálculo da área, foi possível identificar as modificações da paisagem ao decorrer de 10 anos, período pelo qual a cidade passou por intensas transformações, recebendo serviços sociais e de infraestrutura nos diferentes espaços urbanos. Assim, a primeira análise refere-se a APP do igarapé são Francisco. Ao longo das margens deste curso d'água, é possível observar o aumento expressivo da área urbana e da área de solo exposto, enquanto as classes de vegetação e agricultura tem decrescido neste período (Figura 33).

Figura 31. Classificação do uso do solo da APP do Igarapé São Francisco.



Fonte: Datum: WGS 84. Dados de Rio Branco adquiridos na Secretaria das Cidades em 2016 e os dados estaduais e federais foram adquiridos pelo site do IBGE em 2017. Elaborado por Dhuliani Bonfanti. Data: 12/2018

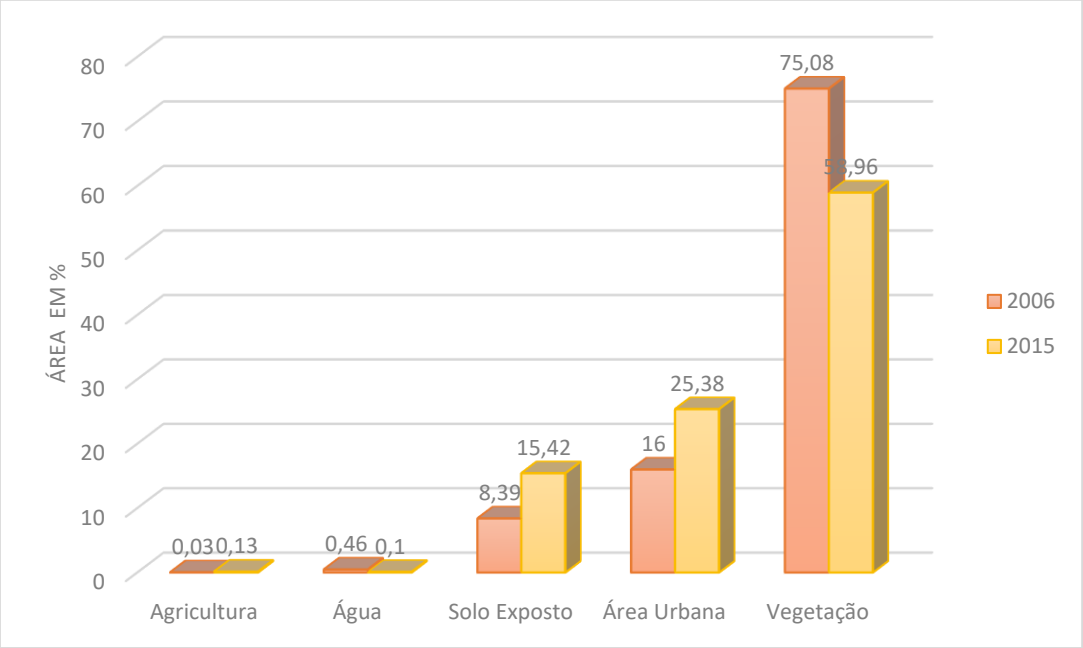
A área urbana representada pelas manchas vermelhas ao longo da área de preservação permanente-APP, do curso d'água do igarapé São Francisco, demonstram que as áreas urbanas têm avançado sobre as áreas de vegetação e solo exposto. As áreas de solo exposto são em sua maioria, locais de pastagem, onde o desmatamento já estava presente causando impactos no solo, já as novas habitações em áreas de vegetação demonstram novas alterações neste espaço.

O crescimento habitacional nestes espaços decorre dos inúmeros investimentos em relação à infraestrutura que este espaço vem recebendo ao longo dos anos. Um deles é a implantação dos conjuntos habitacionais populares e os serviços instalados. Os parques urbanos também são importantes atuantes nesta discussão, por serem obras que trazem infraestrutura aos cursos d'água e inúmeros serviços, principalmente voltados ao bem-estar e lazer da população, com parque infantil, pistas de caminhada, ciclovias, áreas para confraternização e outros.

Essas obras, como já discutido, proporciona a valorização do solo aumentando o número de habitações, tanto regulares, correspondente aos vazios urbanos que são transformados em loteamentos privados, quanto irregulares que refere-se as habitações que passam a habitar áreas ilegais e de risco, como os cursos d'água.

Para demonstrar estes fatores, foi realizado a identificação do valor da área, a qual indica a extensão que cada classe ocupa dentro de cada período. Temos assim a descrição do percentual de acréscimo ou decréscimo da APP, do igarapé São Francisco (Gráfico 02).

Gráfico 2. Relação dos dados das classes de uso do solo do igarapé São Francisco.



Fonte: Dados produzidos pela autora, 2018.

Os dados acima trazem informações sobre a modificação da estrutura das classes de uso do solo entre às duas décadas, através desta análise é possível identificar que as áreas de vegetação são predominantes em relação aos outros itens, mostrando que boa parte da APP apresenta a área da mata ciliar conservada. Porém, é observado que há um decréscimo da vegetação em relação ao ano de 2006 e um aumento expressivo do solo exposto e da área urbana, evidenciando que apesar dos inúmeros esforços para preservar algumas áreas, outras não apresentam a mesma precaução.

A preservação nessa área resiste devido aos parques ambientais como: Horto Florestal e Pague do Igarapé São Francisco (Figura 34 e 35) a APA do Irineu Serra e a APA do São Francisco que compreende parte de sua extensão, estando instalada na área exterior ao perímetro urbano.

Figura 32. Identificação da APA

Fonte: Arquivo pessoal (2018)

Figura 33. Área de Lazer na APA São Francisco

Fonte: Arquivo pessoal (2018)

Os parques e as APAs ocupam extensas áreas dentro do limite urbano e rural, porém boa parte destas já estão ameaçadas com a possibilidade de torna-se zonas de expansão para a habitação. Uma delas é a APA do Irineu Serra, a área de proteção carrega além da proteção natural e cultural, pois é caracterizada por ser o centro religioso da religião do Santo Daime.

Ao seu entorno estão sendo instalados condomínios de luxo, uma das formas de pressão para dar início a ocupação dessas áreas, realizadas pelos agentes imobiliários. Segundo Oliveira e Jesus (2011), as áreas verdes, por serem mais escassas em áreas urbanas, estão gerando a valorização do solo, uma vez que as pessoas estão cada vez mais, procurando esses espaços para moradia, pois o verde natural proporciona bem-estar e um microclima agradável.

Portanto, podemos citar que referente ao igarapé São Francisco temos inúmeros agentes de produção do espaço atuando. Entre eles, a população de baixa renda que habita áreas irregulares. O Estado que atua retirando essa população e levando para locais afastado, ao mesmo tempo, traz infraestrutura e serviços, que elevam o valor do solo tornando-se atrativo para as imobiliárias, tornando-as motores que trabalham para que esses setores possam vir a ser habitados e assim gerar altas renda, através da implantação dos condomínios de luxo.

Podemos identificar uma alteração habitacional também na área de APP do igarapé Judia, este curso d'água apresenta, um diferencial, o estado atuado de forma direta no desenvolvimento e expansão desse setor, tornando-o viável para o desenvolvimento e a habitação.

O Igarapé está localizado no segundo distrito da cidade, área que até a década de 1990 era pouco habitada por ser um local rapidamente atingido pelas cheias do rio Acre. Neste sentido, as novas áreas de habitações estão sendo direcionadas a uma zona de expansão que segue a direção sudeste do perímetro urbano.

Considerando o zoneamento estabelecido pelos Planos Diretores, podemos identificar que o Plano Diretor do ano de 1988, classifica como área de perímetro urbano dando enfoque ao primeiro distrito, apenas uma pequena extensão no segundo distrito, na área esquerda do Rio Acre, foi classificada como zona especial, por serem áreas sensíveis pelo processo de alagação e/ou movimento de massa, entre outros.

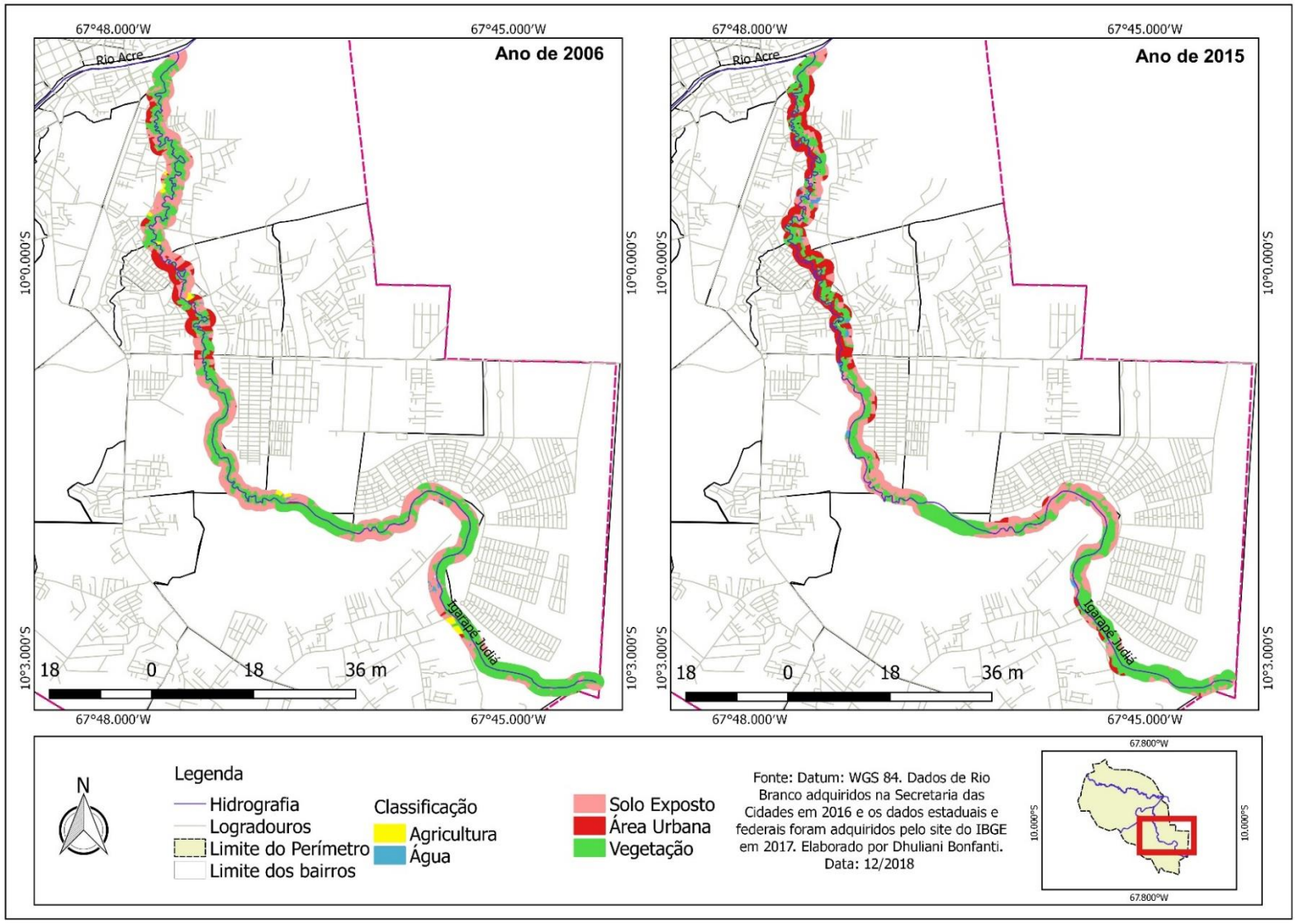
No Plano Diretor do ano de 2006, a área do segundo distrito foi acrescida e sofreu uma grande expansão na direção sul, sendo classificada como Zona de Ocupação Controlada – ZOC e como Zona de Expansão Urbana ZEU, neste período a área do segundo distrito já recebia uma área referente as áreas que concentram as antigas áreas rurais.

Devemos considerar aqui que a área do segundo distrito já estava parcialmente ocupada, está ocupação é resultante dos processos migratórios da década de 1970 e do aumento populacional natural. Período em que a cidade obteve um novo e rápido processo de crescimento, o qual, propiciou o surgimento frenético de novos traçados distribuídos entre o primeiro e o segundo distrito, levando a área urbana a expandir-se sem estrutura e planejamento. Em 1950 a cidade constituía-se com apenas quatro bairros, em 1970 esta já apresentava vinte e três, no ano de 2006 apresentava o limite de 61 bairros.

O processo de crescimento da cidade expandiu, com a deficiência de infraestrutura e as ocupações irregulares em sua maioria de risco. Outras áreas, com planejamento foram implantadas, para atender a população com renda média, estas classes em sua maioria era o público que vinham para a cidade a fim de atender as demandas de trabalho referentes a educação, a saúde, ao governo e outros.

Temos assim, a área do igarapé Judia, com a área de APP, delimitada em 100 m de cada lado, a qual, foram identificadas às cinco classes definidas. Neste sentido observamos que essas classes têm variado ao longo do tempo, as áreas urbanas têm crescido nestes espaços e como consequência do processo de urbanização a maior parte dessas áreas são ocupações irregulares recentes (Figura 36).

Figura 34. Relação dos dados das classes de uso do solo do igarapé Judia.



Fonte: Datum: WGS 84. Dados de Rio Branco adquiridos na Secretaria das Cidades em 2016 e os dados estaduais e federais foram adquiridos pelo site do IBGE em 2017. Elaborado por Dhuliani Bonfanti. Data: 12/2018

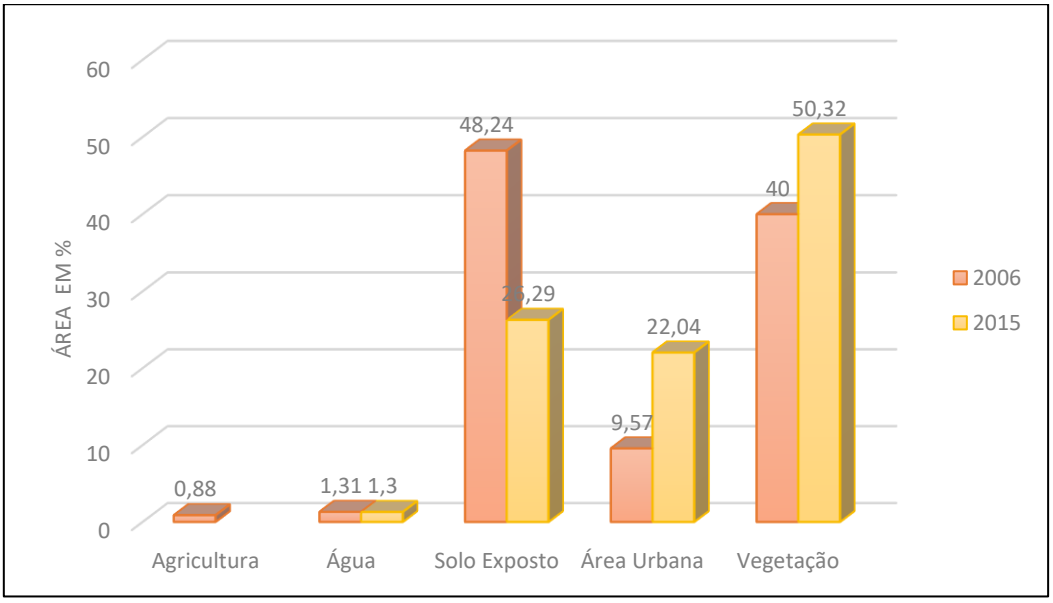
Em 2016, o segundo distrito tem a área do perímetro expandido no sentido sudoeste, seguindo a direção do igarapé Judia. Esta zona foi classificada como Zona de Qualificação Urbana – ZQU, considerada como uma área de pouca habitação, com infraestrutura parcialmente instalada e carências de serviços, ocasionando essa área susceptível a instalação de novos setores.

Este é o cenário do segundo distrito até o início de 2010, após este período, diversas obras estão sendo instaladas na região, fator que tem gerado a valorização do solo e a ocupação de diferentes bairros. A ocupação ocorre tanto de forma regular quanto irregular, as áreas irregulares passam a ser concentradas em volta ao igarapé Judia.

Através do mapeamento é possível observar, que o índice da área urbana é crescente nas margens do igarapé, considerando o índice de crescimento das três áreas de pesquisa, o igarapé judia é o que apresenta o maior índice, que só passa a aumentar, quando o processo de ocupação está sendo direcionando para estas áreas.

Neste sentido, foi realizado o cálculo de extensão das classes da área (Gráfico 03), o qual possibilitou identificar com maior precisão a intensidade de evolução das classes, é observado o crescimento de algumas, enquanto outras áreas passaram a diminuir sua extensão, como podemos observar no mapa que as áreas de vegetação e as áreas de solo exposto foram substituídas pelas áreas urbanas.

Gráfico 3. Relação dos dados das classes de uso do solo do igarapé Judia.



Fonte: Dados produzidos por Dhuliani Bonfanti, 2018.

Através do gráfico é possível observar que o índice de solo exposto e vegetação são altos no perímetro do igarapé Judia. Enquanto a área de solo exposto sofre uma queda com o aumento do índice de urbanização a área de vegetação não diminui, pelo contrário, tem uma rápida recuperação. Neste sentido, podemos afirmar que as áreas urbanas ocupadas após o ano de 2006, foram direcionadas para as áreas que não apresentavam vegetação.

A extensão da área do segundo distrito em volta ao igarapé Judia, são ocupadas por extensas fazendas, com grandes áreas de pastagens voltadas para a criação de gado, significando que estas áreas já apresentavam um alto índice desmatamento. Com a inserção destes espaços no perímetro urbano e o aumento dos serviços de infraestrutura, estas áreas que eram grandes fazendas passaram a ser loteadas, transformando-se ao longo dos anos em bairros.

Além dos bairros que surgem através dos loteamentos outros nascem por meio das inúmeras ocupações espontâneas (Figura 37). Este processo de ocupação tem crescido cada vez mais rápido ao longo dos anos, tornando as APPs cada vez mais vulneráveis a este fator.

Figura 35. Ocupações espontâneas as margens do igarapé Judia

Fonte: Bonfanti, Dhuliani Cristina, 2018

Ao observar as habitações em torno destes cursos d'água, podemos identificar facilmente a falta de infraestrutura, este fator é apresentado ao modo que observamos que a canalização de esgoto é direta ao igarapé, ao mesmo momento em que estão instaladas bombas para a captação de água. Descrevemos perante este cenário que esta realidade

traz um forte impacto tanto para as questões ambientais, quanto para a população que habita estas áreas, a população vai criando alternativas para habitar "*Se trata cada vez más de enten-der a la informalidad como estrategia de supervivencia de la población que no puede acceder a la vivienda for-mal, y, en función de ello, diseñar políticas de Estado que promuevan su inclusión social.*" (MURILLO, 2011, p. 14).

Estas obras aliadas a implantação dos loteamentos sociais urbanos têm direcionado a expansão da cidade, o plano diretor de 2016, tem demonstrado a orientação deste crescimento, a principal destas medidas e a modificação do perímetro urbano e a inserção de serviços para atender as novas áreas urbanas.

O mapeamento vem proporcionar a visualização da mancha urbana, a qual facilita a observação do direcionamento da mancha, através dela, pode ser observado que a cidade vem a ultrapassar os limites do perímetro urbano, ocorrendo a expansão em áreas rurais. Este processo de expansão é fruto de um direcionamento, mesmo que não seja diretamente planejado que tende a expandir cada vez mais, levando em consideração os novos investimentos aos qual a cidade vem recebendo.

São identificados dois cenários, o primeiro refere-se as áreas centrais, as quais são amplamente compostas por diversas obras de infraestrutura, já ao modo que distanciamos da área central os serviços tornam-se cada vez mais escassos (Figura 38 e 39).

Figura 36. Bairro 06 de agosto

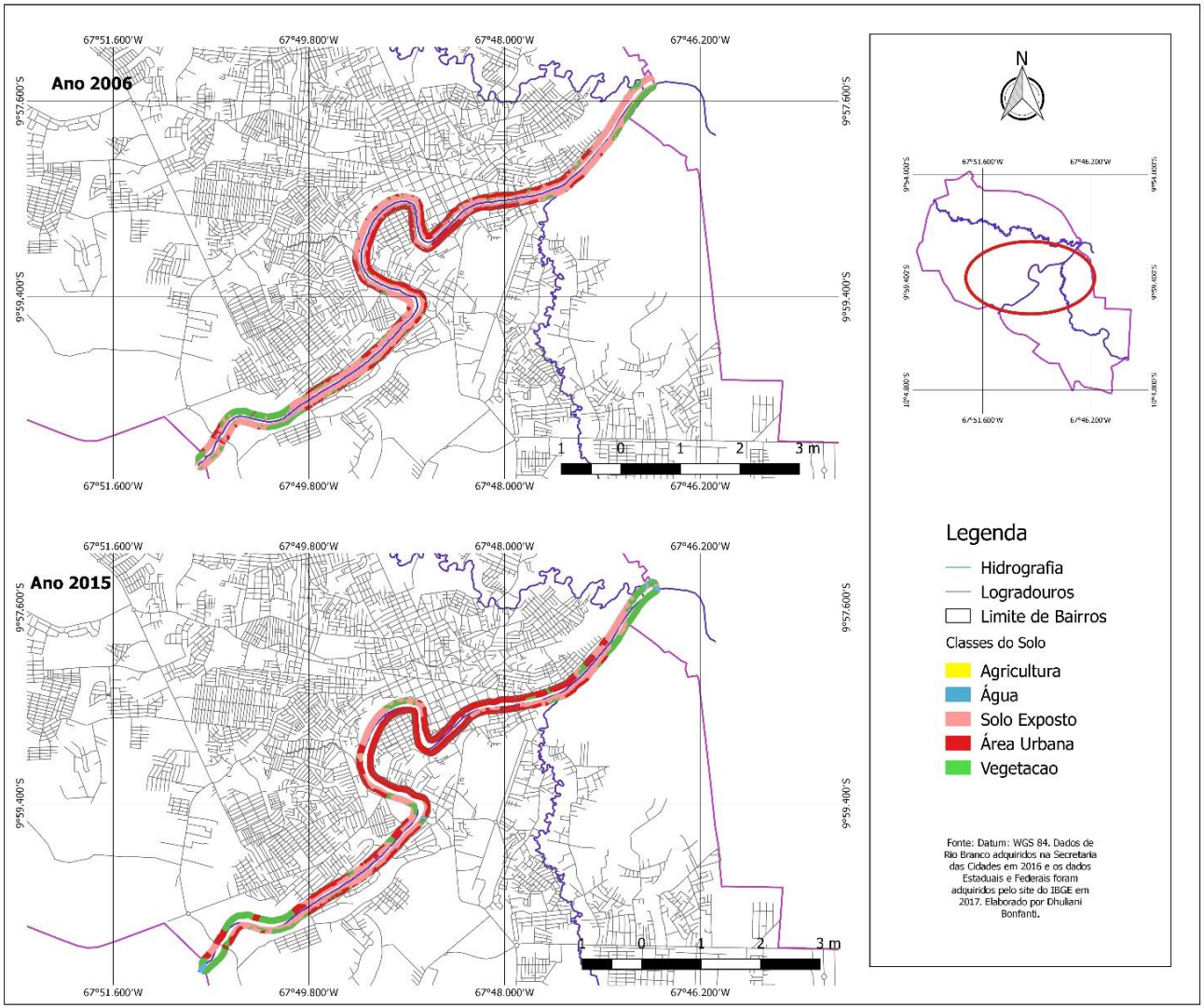
Fonte: Arquivo Pessoal (2018)

Figura 37. Gameleira

Fonte: Arquivo Pessoal (2018)

O rio Acre apresenta suas margens habitadas, a vegetação ocorre apenas nas áreas distintas ao perímetro urbano, o solo exposto é presente as margens do rio (Figura 40), além dos processos de movimentação de massa constantes nos bairros do segundo distrito.

Figura 38. Relação dos dados das classes de uso do solo do rio Acre



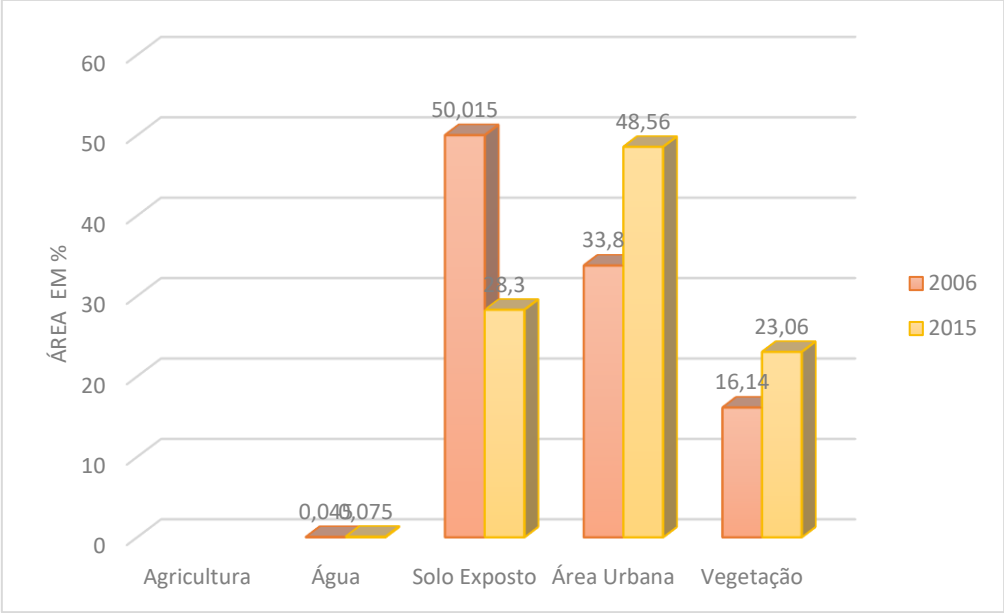
Fonte: Datum: WGS 84. Dados de Rio Branco adquiridos na Secretaria das Cidades em 2016 e os dados Estaduais e Federais foram adquiridos pelo site do IBGE em 2017. Elaborado por Dhuliani Bonfanti.

Nas margens do rio Acre, a predominância é o solo exposto e a urbanização, as áreas de vegetação aparecem apenas à medida que ocorre o afastamento das áreas centrais. Estes espaços vêm passando por um processo de modificação em sua estrutura, ao longo dos últimos anos, mais de três mil habitações foram retiradas.

O rio Acre apresenta um cenário distinto, aos igarapés, uma vez que o processo de ocupação a sua margem remete, como já exposto, a formação da cidade. Podemos definir por tanto, que o curso do rio Acre, já sofreu diversas modificações é hoje apresenta suas margens dentro do perímetro da cidade, inteiramente urbanizada.

Podemos identificar que a estrutura da paisagem do centro da cidade sofreu fortes modificações ao longo do período estabelecido, este espaço passou a receber inúmeras estruturas urbanas, com a implantação de serviços e restauração do patrimônio público. As áreas verdes são pouco encontradas nestes espaços (Gráfico 04).

Gráfico 4. Relação dos dados das classes de uso do solo do rio Acre



Fonte: Dados produzidos pela autora, 2018.

Podemos observar que as áreas de solo exposto têm diminuído por ser consolidadas com infraestrutura, diferente dos demais cursos d'água, a área do rio Acre não apresenta o aumento do número de habitação, as áreas urbanas são aqui identificadas com a distribuição dos serviços urbanos.

Através dos indicativos apresentados, que demonstram que as áreas de preservação permanente continuam passando por intensas transformações, apesar das inúmeras medidas para a regularização das habitações, principalmente as localizadas em

áreas de risco, essas medidas não são suficientes para conter o processo de ocupação nestes espaços.

Podemos identificar que nas proximidades das APPs, estão sendo instalados inúmeros serviços relacionados a saúde, educação, saneamento básico, logística. Estes visam atender os loteamentos sociais, que tem atendido inúmeras famílias, retiradas de áreas de risco.

Dependendo do ponto de vista, no entanto, este processo é disfuncional, uma vez que a população é retirada das áreas de risco. Com a inserção de serviços de infraestrutura estas áreas tornam-se espaços cada vez mais atrativos para habitação, ocasionando a formação de novos bairros. Estes surgem tanto pelo processo de formação espontâneo, como o planejado. Assim a paisagem urbana é modificada, mas o processo de formação capitalista da cidade continua presentes. “Se o sistema de produção muda, toda a relação paisagística será modificada em consequência, exceto alguns elementos que podem manter-se por inércia e constituir os casos de interesse” (BERTRAND (2007, p.228)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil até a década de 1940 tinha apresentava a maior parte de sua população vivendo nas áreas rurais, onde eram desenvolvidos a agricultura, em sua maioria, familiar. A partir da inserção da tecnologia, esse cenário foi modificado, uma vez que as cidades adotaram o sistema fabril de produção, ao mesmo tempo, o campo recebe os novos maquinários, que passaram a substituir cada vez mais o trabalho humano.

A inserção desse novo modelo de produção, fez com que as formas de morar, trabalha e viver, fossem modificados. As populações passaram a migrar do campo para as cidades, já no ano de 1970, a população urbana ultrapassava a população rural. Esse processo desencadeou uma repentina reestruturação dos espaços urbanos e rurais, que surgiam tão rápido quantos os inúmeros problemas ambientais e sociais.

A população migra do campo para as cidades em busca de saúde, emprego e moradia. Esperanças, que muitas vezes são transferidas pelas empresas, que atrelam as necessidades extremas de uma população sem recurso e com baixo nível de escolaridade, á mão de obra barata, e irrelevantes ou nenhum direito trabalhista.

A moradia, e um dos resultados desse processo, uma vez que, essa população passa a habitar lugares irregulares, adquiridos pelo processo de ocupação espontânea, sem infraestrutura e condições mínimas de habitação.

A região norte e principalmente o Estado do Acre, difere em relação as condições de formação das cidades, os atores que permeiam os processos de organização espacial. Com tudo, os resultados negativos que foram formadas a partir dos rápidos e intensos fluxos migratórios permanecem os mesmos.

Temos, na região do estado do Acre, a habitação de boa parte do território, por exploradores e explorados, que alocam os seringais. São milhares de nordestinos, que por meio da crise ambiental travada em suas terras e as inúmeras propagandas de acesso rápido e fácil a riquezas, foram induzidos a vir para o território Acreano, onde eram alocados para extrair o látex, que seria exportado e abasteceria fábricas estrangeiras.

Com a mudança governamental do país, uma nova estrutura espacial foi traçada, direcionando a ocupação da região Norte. Essa ocupação provocou a vinda de migrantes para ocupar espaços de terras, esses conhecidos como sulistas. Essa migração fez com que espaços até então ocupados por seringueiros, fossem reintegrados, forçando boa parte dessa população local a vir para as cidades, principalmente para a capital, Rio Branco.

Com o crescimento populacional vegetativo e migratório da população a reestruturação dos espaços passou a ser formado através das condições sociais. A expansão da cidade com a ocupação da população de baixa transformou o espaço, expandindo a mancha urbana. Em primeiro momento seguindo o canal do rio Acre, áreas centrais e posteriormente as margens da cidade, redimensionando as periferias.

Nesse momento a cidade foi remodelada, sem planejamento e com uma gestão mínima. Os bairros que caracterizava-se por ser espaços adquiridos através da ocupação espontânea, apresentavam condições mínimas de infraestrutura e moradia. Os espaços centrais e principalmente as áreas de calha do lado direito do rio – os quais eram atingidos esporadicamente pelos períodos de cheias – passaram a ser os locais de maior concentração populacional.

Rio Branco passa de 30 bairros para 130 na década de 1990, em pouco tempo a cidade tem a sua malha urbana formada de forma irregular e descontinua. Desta forma na cidade era produzida a riqueza e a pobreza, se de um lado apresentava-se belas construções em outro as invasões sem qualquer infraestrutura.

A cidade já reestruturada, primeiro pelos processos sociais e depois por intervenção do Estado, agindo através da resolução imediata dos problemas infraestrutura, ou seja, agindo através da gestão. O planejamento urbano, só vem ser estabelecido de forma efetiva a partir da década de 1990, o Plano Diretor, principal meio de implantação desse sistema na cidade, só é reformulado na capital, no ano de 2006.

Podemos identificar até este momento, como a cidade teve sua estrutura formada pelo processo espontâneo e sem uma gestão e um planejamento efetivo. No qual, as leis estabelecidas pela Constituição Federal, o Estatuto das Cidades, o Código florestal e o CONAMA, não eram efetivadas.

Tucci (2004) aponta, convincentemente, que a estrutura urbana nos países em desenvolvimento tem sido construída de forma insustentável com deterioração da qualidade de vida e do meio ambiente; a urbanização é espontânea sem planejamento para as classes pobres, de baixa renda e moradores das periferias.

Quando analisamos a formação das cidades, identificamos como os cursos de água, passam a fazer parte deste fluxo de acesso aos espaços até então vazios. No primeiro momento, a ocupação que ocorre as margens do rio Acre, por ser o local de fluxo econômico e social. Com as problemáticas instauradas pelas inundações, o sentido de desenvolvimento da cidade é redirecionado, as inúmeras instalações passam a ser implantadas no primeiro distrito da cidade.

Com a ampliação da cidade e a atuação dos agentes a área recebe a reestruturação do espaço urbano que ocorre procurando acompanhar o crescimento imposto pela sociedade e os agentes produtores. O desenvolvimento, não é para todos, pois como pode ser observado é a tendência de privilegiar os interesses dos segmentos das classes dominantes, que estão no poder, assim é observado o núcleo urbano de Rio Branco, onde os espaços são diferenciados mais coexistentes. Temos de um lado a população que cresce é necessita de um lugar para morar, e de outro os agentes que estão a todo o momento direcionando esta população.

Cabe entender como ocorre a ação destes agentes - entre eles o Estado e a população de baixa renda – na produção do espaço urbano. Desta forma, seguindo as discussões que se desenvolveram ao longo deste trabalho é possível afirmar que a cidade de Rio Branco é fruto da produção capitalista, formada de um lado pela necessidade de morar e de outro pela necessidade de produzir e reproduzir o capital. Passando desde sua fundação, pelo processo de produção é reprodução, através dos agentes produtores, que estão constantemente modificando os espaços, através do adensamento, da verticalização que é ainda pouco encontrada, e principalmente englobando terras rurais.

Por detrás deste crescimento, Rio Branco, diversos agentes produtores que atuam conforme a atingir aos seus interesses, entre eles destacam-se a população de baixa renda, os agentes imobiliários e o Estado. A população de baixa renda vem atuar principalmente após a década de 1970, quando passa a ocupar ilegalmente áreas de terras, estas procuram atender a necessidade de morar, através destas ocupações a cidade expande-se, transformando-se em novos bairros da cidade.

A década de 1970, marcada pelo rápido processo de expansão da cidade, reestabelece essa relação, uma vez, que as populações tendem a seguir, cada vez mais as margens do rio, mesmo estabelecendo-se em locais de risco. Além do rio Acre, outros cursos d'água, passam a ser ocupados, principalmente os afluentes principais, como é o caso do igarapé São Francisco, o igarapé Batista o Igarapé Judia, entre outros.

Estes bairros, porém, apresentam precárias ou nenhuma forma de infraestrutura, ao qual são ao longo do tempo adquiridas através das reivindicações pelos moradores. Com a introdução de infraestrutura e serviços, nestes locais os agentes imobiliários passam a atender aos seus objetivos que é a valorização do capital, uma vez que a valorização das terras atinge também, as áreas dos vazios urbanos.

Os serviços públicos implantados pelo Estado ocorrem devidos não somente a pressão dos moradores, mais pela valorização local que é de interesse dos agentes

imobiliários, que aliados ao Estado inserem benefícios para que a valorização ocorra desta forma o Estado atua ainda, implantando serviços em áreas de terras rurais, direcionando rapidamente a mancha urbana.

Quando à inserção de serviços, o espaço passa a conceber uma melhor qualidade de vida. As novas estruturas estão atreladas a um maior poder econômico, considerando que ao os novos serviços são atrelados a novas taxas de cobrança. Entendemos por tanto, que a situação estrutural do espaço, corresponde ao seu valor de uso e manutenção.

Considerando as informações acima, entendemos que os habitantes viventes em locais insalubres e irregulares, não tem a necessidades de arcar com as taxas de infraestrutura ou de serviços (água, luz, IPTU, entre outros) uma vez que não são oferecidas legalmente, a partir do momento que estes são instalados, além da valorização do solo, habitar estes locais torna-se alheio a realidade desta população, forçando-as a se instalar em novos locais, em sua maioria seguindo novamente o processo de ocupação espontânea.

Esse processo é visível quando avaliamos as novas estruturas de desenvolvimento da cidade, especializadas através do Plano Diretor do ano de 2016. Temos um crescimento da área da cidade, um novo direcionamento da expansão urbana, a inserção de serviços em locais que atingem os limites finais dos bairros, próximo as zonas rurais das cidades. São os novos direcionadores ao direcionamento da cidade.

Estes serviços referem-se aos loteamentos sociais, estes surgiram como uma forma de atender as populações que habitavam locais de risco, considerados como de risco e/ou irregulares, como as margens dos cursos d'água, ao longo dos igarapés, é em áreas que necessitavam ser desocupadas. A implantação destes ocorre, atrelados a inserção de infraestrutura, como: esgoto, escolas, pavimentação, iluminação, praças, postos de saúde, linhas de ônibus, entre outros.

Os novos loteamentos levantaram grandes questões em relação as dinâmicas sociais e espaciais da cidade. As dinâmicas sociais, estão atreladas ao distanciamento da população, em sua maioria de baixa renda, dos espaços centrais da cidade, considerando que maior parte deste público, tinha sua renda empenhada em espaços centrais, através de trabalhos informais, que não dão acesso a tributos que tornara-se necessários, pela distância, como por exemplo o vale transporte. Essas situações, como inúmeras outras, não foram consideradas ao direcionar das famílias.

Quanto a questão espacial, o principal ponto a ser debatido, em relação a localização dos novos loteamentos é as enormes áreas de vazios urbanos que viriam ser

originados com o distanciamento destas populações. Este ponto, trouxe ao enfoque as questões de valorização do solo, ao momento que inúmeros serviços passam a ser implantados para a aderir a necessidade de um local específico, todo o solo ao entorno é valorizado. Podemos verificar que vários agentes produtores do espaço passam a atuar junto ao Estado, no fomento deste direcionamento. As imobiliárias passam a ser uma delas, podemos observar este fator pelo rápido número de condomínios que são instalados nessas áreas.

O principal e maior loteamento implantado, foi o bairro Cidade do Povo, como já descrito. Este foi inserido sob o Plano Diretor de 2016, como um novo bairro, localiza-se ao final do perímetro da cidade, seguindo a BR-364. O principal objetivo foi transferir as populações que habitavam as áreas de alagações prioritárias. Mais de 3.000 famílias foram deslocadas para este espaço.

O bairro cidade do povo segue a conformidade da Lei, quanto as especificidades das habitações e os serviços necessários. Porém, assim como os demais loteamentos, o bairro não segue os quesitos sociais, boa parte da população tem sido inundada não pela água, mas pela distância, violência, desemprego e falta de inúmeros outros serviços.

Levantamos o questionamento referente principalmente ao bairro cidade do povo, da inserção de serviços e da localidade do bairro em proximidade ao igarapé judia. Por questões de preservação, inclusive legislativas, essas populações foram transferidas de uma área de proteção permanente – APP, para uma outra área, que viria afetar diretamente as margens do igarapé, ou seja, APP do igarapé Judia.

Com a implantação destes serviços, buscando solucionar a uma inconformidade que era agravada a cada ano, as novas medidas vêm causar de forma direta, outras circunstâncias similares e até mais problemáticas. Nos setores ambientais, temos como circunstância, o aumento cada vez maior de habitações nas áreas de APP, a perda de sua vegetação ciliar e a poluição das águas, que tem se agravado. É verificado ao longo dos anos, que as populações tendem a se alocar em volta aos cursos d'água.

É sabido que, os povos sempre procuraram viver próximo as águas, sejam elas ao mar, através do estabelecimento de portos, ou aos rios, que proporcionavam atender as inúmeras necessidades humanas. Estar próximo as águas, proporciona facilidade ao desenvolver de diversas atividades cotidianas. Essas duas perspectivas, resultaram na formação de inúmeras cidades antigas. Com a inserção da tecnologia, porém, essa realidade foi modificada, as cidades passaram a seguir um outro modelo de formação das

cidades, sejam elas a instalação de indústrias, estradas, áreas de exploração econômica, entre outros.

Apesar deste modelo ter se alterado na maior parte do país, não alcançou a maior parte da região Norte, que é caracterizada, pela grande malha hidrográfica, que tem no rio o seu meio de transporte, cultura, comunicação e economia. Estar próximo aos rios, significava e – em diversos locais – ainda significa, estar no centro da cidade.

É nessa perspectiva que a cidade de Rio Branco é formada, em primeiro momento, as margens do rio Acre, onde localizava-se os portos, a economia e o meio social estavam presentes. Posteriormente seguiu em direção aos igarapés, áreas irregulares, que atendiam a diversas necessidades das populações de baixa renda, que não eram assistidas com os serviços de infraestrutura.

E hoje essas áreas alocadas por grandes parques e praças, inflamadas pela propaganda do viver saudável junto a natureza, do ar limpo e a calmaria, traz aos cursos d'água uma nova perspectiva do morar, valorizando as áreas próximas aos cursos d'água e tornando-as cada vez mais atrativas.

Desta forma a expansão da cidade de Rio Branco, vem ocorrendo através das transformações do urbano que se revela como meio, condição e produto da ação dos diferentes agentes, modificando os espaços da cidade, inserindo novos espaços na distribuição do urbano, de forma a provocar a expansão da mancha urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE, Governo do Estado. **Acre, a grande cheia**. Rio Branco-Acre, 2015.

ALMEIDA NETO, Domingos Jose de. **"Aos trancos e barrancos"**. Identidade cultural e residencial de ex-seringueiros na periferia da cidade de Rio Branco-Acre (1970-1980). 2004.

AQUINO, Vinicius Salomão e FARIAS, Tadeu. **Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente sob a Perspectiva da Sustentabilidade Socioambiental**. Ed. UFPB. João Pessoa, 2017.

BASSUL, José Roberto. **Estatuto da Cidade:** Quem Ganhou? Quem perdeu? Brasília. 2004.

BATISTA. Márcio e CARDOSO. Adriana. **Rios e Cidades:** Uma longa e Sinuosa História. Ver. UFMG, Belo Horizonte, V. 20, N.2, P. 124-153. 2013.

BACON, Francis. **Novum Organum**: ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza, 2002. Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/norganum.html. Acessado em: 19 mar. 2014.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Por que a Participação Tardia da Amazônia na Formação Econômica do Brasil?** In: Araújo, T. P; Werneck Viannna, S. T; Mangabeira Jr. (Org.). 50 anos de Formação Econômica do Brasil. Ensaios sobre a obre clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: Editora do IPEA, 2009, v. 1, p. 54-82.

_____. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados, 2005.

_____. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia**: é possível identificar modelos para projetar cenários? Parcerias Estratégicas, nº12. 2001

BEZERRA, Maria José. Luzes na "selva": a cidade de Rio Branco dos anos de 1940. In. SILVA. Francisco Bento e NASCIMENTO, Luciana Marino (org.) Cartografias Urbanas: olhares, narrativas e representações. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

_____. Invenções do Acre: de Território a Estado – Um Olhar Social... (Tese) Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo. SP. 2005.

BERTRAND, Georges. **Paisagem e Geografia física global**: esboço metodológico. Caderno de Ciências da Terra, São Paulo, v. 13, p. 1-27, 1972.

_____. **Uma geografia transversal e de travessias:** o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá: Massoni, 2007.

BESER de DEUS, Leandro Andrei. **Espaço e Tempo como Subsídios à Construção de Cenários de Uso e Cobertura da Terra para o Planejamento Ambiental na Amazônia:** O Caso da Bacia do Rio Acre. Tese (doutorado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Planejamento Energético, 2013.

BORGES, Luís Antônio Coimbra. **Aspectos Técnicos e Legais que Fundamentam o Estabelecimento das Áreas de Preservação Permanente (APP).** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Lavras: UFLA, 2008.

BRASIL. **Decreto Federal n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934**. Decreta o código florestal. Brasília, DF, 1934. Disponível em: http://biblioteca.fecap.br/wp-content/uploads Consultado em: 26/08/2018.

_____. Programa de Aceleração do Crescimento. Ministério do Planejamento. Disponível em: http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/urbanizacao-de-assentamentos-precarios/ac. Consultado em: 26/08/2018.

_____. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto Da Cidade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Consultada em: 01/01/2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Consultado em: 27/10/2018.

_____. **Decreto Federal n. 4.771, de 15 de setembro de 1964**. Decreta o Novo Código florestal. Brasília, DF, 1934. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70311/722052.pdf?sequence=2>. Consultado em: 26/08/2018.

_____. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651compilado.htm Acessado em: 12/01/2012.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. **Os desdobramentos socioespaciais do processo de expansão territorial Urbana**. In. O espaço urbano em redefinição: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade. (org.) Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008. p. 240.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Da "organização á "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico**. _____, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação Beltrão Sposito (ORG.). A Produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios. – 1 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **O Espaço Urbano:** Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

_____. **A Cidade**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O espaço urbano e os movimentos sociais**. Boletim de Geografia Teorética, Rio Claro-SP, v. 22, n.43-44, 1992.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. **Manual de desastres:** desastres naturais. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2003.

CASTRO, Carolina Maria Pozzi e SILVA, Helena Menna Barreto. **Legislação e Mercado Residencial em São Paulo**. São Paulo: LabHab/FAUUSP, 1997.

CONAMA. **Resolução 302, de 20 de março de 2002**. Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno. Brasília, 2002.

_____. **Resolução 303, de 20 de março de 2002**. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. Brasília, 2002.

CORRÊA. Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. **Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço**: um texto para discussão. In Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação Beltrão Sposito (ORG.). A Produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios. – 1 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O Espaço Urbano.** São Paulo: ed. Ática. 1987.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

DAL FORNO, Marlise Amália Reinehr. **Os conflitos de Uso e Ocupação de Áreas de Preservação Permanente em área urbana consolidada:** a cidade de Santa Rosa, RS. (Tese) Doutorado. Universidade Regional do Nordeste do Estado do RS, UNIJUI, 2009.

DECARLI, Nairane e FERRARENZE, Paulo. **Plano Diretor no Estatuto da Cidade:** uma forma de participação social no âmbito da gestão dos interesses públicos. Senatus, Brasília, v.6, n. 1, p. 35-43, maio 2008.

DELCOL, Rafaela Fabiana Ribeiro. **A Discussão Urbanística e Ambientalista nas percepções das APP**. Simpósio de pós-Graduação em Engenharia Urbana. Maringá – PR, 2009.

DUARTE, Alejandro Fonseca Duarte. **As Chuvas e as Vazões na Bacia Hidrográfica do Rio Acre:** Caracterização e Implicações Socioeconômicas e Ambientais. Amazônia: Ciência e Desenvolvimento, Belém, v. 06, n. 12, 2011.

GANEM, Roseli S. e ARAUJO, Suely M. V. G. **Áreas de Preservação Permanente e a Constituição Federal, art. 224 § 4º**. Câmaras dos Deputados, 2010.

GERHARDT. T. e SILVEIRA. D. T. **Métodos de pesquisa.** coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

JENSEN. Jon R. **Sensoriamento Remoto do Ambiente:** uma perspectiva em recursos terrestre. Tradução: José Carlos Neves... [et al]. São José dos Campos. SP. Ed. Parêntese. 2009.

LANG, Stefan e BLASCHKE, Thomas. **Análise da Paisagem com SIG**; tradução Hermann Kux. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

LEFEBVRE, Henri**. A Revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte. Fd. UFMG. 2002.

_____. **O Direito a Cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Ary Pinheiro. **De Seringal a Capital:** A Evolução Urbana de Rio Branco – Acre no Período dos ciclos da Borracha do século XIX e XX. (Dissertação). Florianópolis- Sc, 2007, 89p.

LIBAULT, André. 1971. **Os quatro níveis da pesquisa geográfica**. In: Métodos em Questão. GEOG/USP: São Paulo.

MARICATO, Erminia. **Para Entender a Crise Urbana**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias.** In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.

MEIRA, Sandro Ivo. **Planejamento e Gestão Urbano em Sorocaba-SP**: Análise Das Políticas Públicas De Habitação Popular. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, 2005.

MELO, Quésia. **Parque da Maternidade é Ponto Turístico em Rio Branco**. G1.com. 01 de janeiro de 2017. Disponível em: < http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2017/01/parque-da-maternidade-de-esgoto-ceu-aberto-ponto-turistico-na-capital.html. Acessado em: abril de 2019. il.color.

MELLO, Sandra Soares de. **As funções ambientais e as funções de urbanidade das margens de cursos d'água**. Oculum Ensaios (PUCCAMP), Campinas, SP, v. 4, p. 49-61, 2005.

_____. **Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água**. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2008, p. 322.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação X Áreas de Risco:** O que uma coisa tem a ver com a outra? Brasilia: MMA, 2011.

_____. **Resolução nº 303, de 20 de março de 2002**. Disponível em: < http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30302.html> Acessado em: 28/11/2018.

MORAIS, Maria de Jesus. e VENTURATO, Raquel Duarte. **Reforma urbana nas cidades de Manaus (AM) e Rio Branco (AC):** entre o "deslocamento" forçado e a "despossessão" de bens materiais e simbólicos. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun pp. 89-110. 2013.

_____. **Rio Branco – AC, uma cidade de fronteira:** o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais. Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSC, 2000.

MOURA. Nina Simone Vilaverde. **A urbanização Brasileira e a qualidade ambiental**. In: SUERTEGARAY. Dirce Maria Antunes; BASSO. Luís Alberto; VERDUM, Roberto. Ambiente e Lugar no Urbano. A grande Porto Alegre. Ed. Universidades/UFRGS, 2000.

MURILLO, Fernando Nestor. **La planificación urbana - habitacional y el derecho a la ciudad:** entre el accionar del estado, el mercado y la informalidade. 1ed. Buenos Aires: Cuentahilos, 2011.

NARANJO, Florencio Zoido. Et al. **Diccionario de Geografia Urbana, Urbanismo y Ordenación del Territorio**. 1. ed. Barcelona: Ariel, 2000.

NOVO, Evlyn Marcia Leão de Morais e PANZINI. Flávio Jorge. **Introdução ao Sensoriamento Remoto**. São José dos Campos, 2001.

_____, **Sensoriamento remoto princípios e aplicações**. 2° ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1995.

OLIVEIRA, Kamile Andrade e JESUS, Ivana Silva. **Espacialização e quantificação das áreas verdes no perímetro urbano do município de Rio Branco – Acre**. Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Curitiba, PR, Brasil, INPE, p.0877. 30 de abril a 05 de maio de 2011.

OLIVEIRA, Vládia Pinto Vidal e AZEVEDO, Ruy Emmanuel Silva. **Reflexos do Novo Código Florestal nas Áreas de Preservação Permanente-APPs Urbanas**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 29, p. 71-91, abr. 2014.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa cientifica**. São Paulo: Cultrix, 1975.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO (PMRB). **Plano de Contingência Operacional de Enchente**. Disponível em: < http://portalcgm.riobranco.ac.gov.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PLANO-DE-CONTING%C3%8ANCIA-OPERACIONAL-DE-ENCHENTE-2016.pdf> Acessado em: Novembro de 2018.

_____. **A Rio Branco em que vivemos**, Registro Histórico dos 100 anos de Prefeitura. 2013.

RATTNER, Henrique. **Planejamento Urbano e Regional**. 2. Ed. São Paulo: Nacional, 1978.

RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz. "**O estatuto da cidade e a questão urbana brasileira**". In: RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. (orgs.). Reforma urbana e gestão democrática. Rio de Janeiro: Revan. 2003

RIBEIRO, Veriana. '**Período crítico está por vir',** diz Defesa Civil sobre chuvas em Rio Branco. G1.com, 08 de janeiro de 2018. Disponível em:< http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/01/periodo-critico-esta-por-vir-diz-defesa-civil-sobre-chuvas-em-rio-branco.html> Acessado em: abril de 2019. Il. Color.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **A matriz discursiva sobre o "Meio Ambiente":** Produção do espaço urbano – agentes, escalas, conflitos. São Paulo: 2012 p. 207 - 230.

ROSSINI, Denise. **Análise ambiental e do padrão espacial em áreas de expansão urbana de Limeira-SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia – Área de Concentração em Análise da Informação Espacial) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova:** da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. 3. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

_____. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2007.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado,** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. Hucitec. São Paulo. 1991.

SANTOS, Waldemir Lima dos. **O processo de urbanização e impactos ambientais em bacias hidrográficas:** o caso do Igarapé Judia-Acre-Brasil. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais) Universidade Federal do Acre, Rio Branco. 2005.

_____. **O Crescimento do Comércio Informal na Cidade de Rio Branco-AC a partir de 1970** – O Caso dos Camelôs. Rio Branco: UFAC: DEGEO, 2000.

SILVA, José Carlos Meireles da. **Soldados da Borracha:** Os heróis esquecidos na Amazônia. Revista do Exército Brasileiro. Vol. 151 – Edição Especial. 2015.

SOUZA, Sara Alves de. **Processamento digital de fotografias aéreas para análise e uso do solo**. (Dissertação) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências Agronômica, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. -2ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, 192p.

_____. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, ed. 6, 2010.

SOUZA, Sérgio Roberto Gomes de. **Fábulas da modernidade no Acre:** A utopia modernista de Hugo Carneiro na década de 1920. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2002.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão Sposito. A Produção do Espaço Urbano: Escalas, Diferenças e Desigualdades Socioespaciais. In, Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza, _____ (ORG.). A Produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios. – 1 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SPOSITO, Eliseu Sevério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **A Vida nas Cidades**. Ed. Contexto. São Paulo. 1994.

STEIN NETO, Ataulfo Alves. A ilegalidade na produção do espaço urbano. In: Maria José Martinelli Silva Calixto. (Org.). O espaço urbano em redefinições: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade. Dourados: Editora da UFGD, 2008, p. 147-191.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro. **A cidade e o rio na Amazônia**: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais. Terceira margem; Amazônia, V. 1, p. 171-183, 2012.

_____, **Laços & Nós.** Dinâmicas sub-regionais e interface cidade-rio na Amazônia. 2011, p. 15.

_____, **Agentes, Redes e Territorialidades urbanas.** Território (UFRJ), Rio de Janeiro, V. 4, n. 1, p 31-50, 1998.

VOLOCHKO, Danilo. **Escalas Geográficas:** Instrumentos de Observação ou Objeto de investigação? In: Carlos. Ana Fani Alessandri, Santos. César Simoni Santos e Alavarez. Isabel Pinto (Coord.). Geografia Urbana Crítica: teoria e método. São Paulo: Contexto, 2018.